



O DESEJO, O RELATO E A PRÁTICA DA CIDADE:
de como são produzidos *territórios marginais* na Cidade do Príncipe
(1880 - 1900)

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

O DESEJO, O RELATO E A PRÁTICA DA CIDADE:
de como são produzidos *territórios marginais* na Cidade do Príncipe
(1880 - 1900)

NATAL, RN
2011

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Santos, Rosenilson da Silva.

O desejo, o relato e a prática da cidade: de como são produzidos territórios marginais na Cidade do Príncipe (1880 -1900) / Rosenilson da Silva Santos. – Natal, 2011.

157 f. -

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

1. Cidade do Príncipe – História – Rio Grande do Norte. 2. Territórios Marginais - Discurso. 3. Caicó – Rio Grande do Norte. 4. Seridó – Rio Grande do Norte. 5. Homens infames. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(812/813)

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

O DESEJO, O RELATO E A PRÁTICA DA CIDADE:
de como são produzidos *territórios marginais* na Cidade do Príncipe
(1880 - 1900)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços, Linha de Pesquisa II, Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

NATAL, RN
2011

ROSENILSON DA SILVA SANTOS

O DESEJO, O RELATO E A PRÁTICA DA CIDADE:
de como são produzidos *territórios marginais* na Cidade do Príncipe
(1880 - 1900)

BANCA DE DEFESA

Professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Departamento de História – UFRN
(Professor orientador)

Professor Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo
Departamento de História - UFRN
(Examinador Interno)

Professora Dra. Lígia Bellini
Departamento de História - UFBA
(Examinadora externa)

Professor Dr. Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues Peireira
Departamento de História - UFRN
(Suplente)

Dedico a Helder Macedo, Eugênia Dantas e a Durval Muniz que, nessa ordem, acreditaram na possibilidade deste trabalho, quando não havia páginas escritas e ele era apenas, e qualquer coisa entre, idéias, rascunhos, hipóteses e um projeto.

AGRADECIMENTOS

Há um momento em que a possibilidade da descoberta nos fascina e conquista. Esse é o tempo maravilhoso da pesquisa. A primeira vez em que me deparei com um processo crime, me encantou a possibilidade de apresentar a cidade a partir de outros ângulos, de abrir portas para penetrá-la, outras que não as já abertas. Talvez, por isso, o único mérito deste trabalho seja esse, comunicar uma descoberta, oferecer outras entradas para a cidade. No entanto, não foi construído sozinho, é fruto de esforço coletivo, por isso é preciso agradecer aqueles com quem divido, caso existam, as qualidades, já os vazios, por eles, me responsabilizo solitariamente:

Agradeço ao professor Durval Muniz, primeiro pela carta de aceite ao projeto, depois pelas orientações que me ajudaram a construir o texto, sempre muito amistosamente e com o humor e responsabilidade que o caracterizam.

A Helder Macedo, historiador e amigo do peito, que esteve me acompanhando e ajudando a todo momento, como já o faz há bastante tempo, quando tive a oportunidade de conhecê-lo como (excelente) professor na graduação. Helder me sugeriu livros e deixou sua biblioteca pessoal a minha disposição, dela eu usei, e até abusei, me apontou fontes, me emprestou material de suas pesquisas e me deu ideias valiosas para o texto. Certamente, sem sua ajuda, o trabalho não seria o mesmo.

A minha Mãe e minha família, que torcem pelo meu sucesso com um vigor incomparável.

A Michele, que é um anjo disfarçada de amiga, um segredo que já descobri há algum tempo e agora revelo. A Ela, muito obrigado por absolutamente tudo.

A Gênisson, que além de um amigo maravilhoso e uma companhia valiosíssima, nos últimos momentos da escrita, me fez conhecer e perceber coisas que ainda eu não tinha percebido.

A Marcos, pelo precioso incentivo de sempre. Você é um exemplo! Com frequência discutimos sobre essas cidades marginais, paralelas e inerentes às cidades legais que se conhecem tradicionalmente e isso me incentivou muito a pesquisar o tema.

A Olívia e Alcinéia que me acompanharam ao IHGRN. É sempre uma satisfação as parcerias com essas duas historiadoras tão competentes.

A Hugo que me acompanhou nesta jornada, saindo em uma manhã silenciosa da cidade de Caicó rumo aos *novos espaços* que nos esperavam adiante.

A minha turma de mestrado, pelas discussões, pela companhia, pelos sorrisos, os momentos na cantina do setor 2. Lembro-me com muito carinho de todos: Adriana, Hugo, Diego, Fred, Thiago, Sartin, Maca, Arthur e Bruno (os dois

últimos, companheiros de orientação), Nívea, Catarina, Flávio, Gabriel, Giovana, Bel, Jossy (comigo nessa jornada desde a graduação), Paulo e Sonni.

Ao pessoal da Residência de Pós-Graduação, com quem dividi momentos muito especiais: Ivan(KF), Walmara(Wal), Marywila, João Batista(JB), Pedro, Renata(Rê), Edgley, Márcio, Leidiane(Leidy), Gil(Jhil), Anelisiê, Susany, Iberê(Berê) Ana Cláudi(Anita), Fatinha, Leonardo(o irmão), João Mário(Jhonny), Gabriel, Luís, Hugo, Nestor, Janaina(Jana), Gênisson, Michele(Maca), Alane(Alane Vitória) e Lucília. Em especial a Thiago (sem apelidos ...), companheiro de todas as horas, com quem aprendi o valor de uma amizade muito especial.

Aos amigos, também historiadores, Jéferson Alves e Deyvid Anderson, que me ajudaram a digitalizar algumas das fontes usadas.

A Ezequiel, João Paulo, João Batista, Deyvid, Jéferson e Jeyson, pelo incentivo, pelos momentos de descontração e pela amizade linda que a mim todos dedicam.

A Cristiano, Elton John, Edmilson, Diógenes, Jailson, Marcones e José Azevedo, sempre presentes. De minha parte, me perdoem pelas ausências.

A Sidney, por ser a força que é nos momentos de fraqueza, pelas palavras positivas e pela amizade sincera.

Aos professores da Banca de Qualificação: Muirakytan Kenedy de Macêdo e Henrique Alonso de A. R. Pereira, pelas ricas contribuições. A professora Lígia Bellini, que em companhia dos professores Muirakytan e Durval, fizeram da Banca de Defesa um momento de aprendizado.

Aos funcionários do IHGRN e bolsistas do LABORDOC, que foram muito solícitos quando estive nestes espaços realizando pesquisa.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pela concessão da Bolsa Moradia, que tendo chegado antes da Capes, garantiu minha estadia em Natal, em especial a Assistente Social Graça Soares.

Ao CNPq/CAPES, pela concessão da bolsa sem a qual não teria sido possível a realização do trabalho.

Aos professores Durval Muniz, Margarida Dias, Renato Amado, Haroldo Logércio e Flávia Pedreira, que ministraram as disciplinas no primeiro ano de curso. Aos professores Haroldo e Margarida, também pelo empréstimo de material.

E por fim, um agradecimento, talvez, inusitado: aos possíveis leitores, pois são eles a construir finalmente um texto. São eles algo no meio do caminho entre um amigo sincero e um inimigo íntimo, um álibe que nos coloca medo, pois tem eles o poder de desviarem o texto do sentido previsto pelo seu autor. Entrem e sintam-se a vontade!

RESUMO

O tema deste trabalho é o estudo dos *territórios marginais* da Cidade do Príncipe, esboço no tempo do que hoje se constitui como a cidade de Caicó/RN, tendo como recorte temporal os anos de 1880 a 1900. Nosso objetivo é investigar a construção desses territórios a partir dos múltiplos discursos dos sujeitos praticantes da cidade. Desta maneira, nos propomos a descobrir as cartografias do desvio na cidade em questão, como eram desenhadas, quem as experimentava e por meio de quais práticas. Investigar a construção desses espaços a partir dos discursos, além de suprir uma lacuna historiográfica, possibilita encontrar histórias cortantes, silenciadas ou ignoradas, abortos e loucuras encarceradas, paixões reprimidas e vingadas. Para o encontro com estes espaços as fontes são diversas, tais como o Jornal O Povo, os Códigos de Postura, os Relatórios dos Presidentes de Província e Chefes de Polícia e processos-crime. No que concerne aos aspectos metodológicos da pesquisa, optamos pela *análise do discurso*, discurso aqui concebido não somente como o que se diz sobre alguém ou alguma coisa, mas como um conjunto de enunciados que circulam em determinado momento na sociedade, articulando falas, intenções, gestos e pensamento. A cidade é então pensada a partir de seus *territórios*, imaginada como sendo um espaço configurado na/pelas relações de poder que a disputam, mas, também, como espaço de experiências múltiplas, de sentimentos diversos, do lugar e do não-lugar, da disciplina e da burla, do poder e da resistência.

Palavras-chave: Cidade - Territórios Marginais – Discurso – Caicó – Seridó – Homens infames

ABSTRACT

The theme of this work is the study of *marginal territories* of the Cidade do Príncipe, sketch in time than today is constituted as the city of Caicó/RN, with the time frame the years 1880 to 1900. Our goal is to investigate the construction of these territories from multiple speech subjects practitioners of the city. Thus, we propose to discover the mapping of the deviation in the city in question, as they were drawn, those who experienced and through which practices. Investigate the construction of these spaces from the speeches, and fill a historiographical gap, allows to find stories sharp, silenced or ignored, abortions and madness in prison, repressed passions and avenged. To meet these spaces the sources are diverse, such as the newspaper O Povo, the Codes of posture, the Reports of Presidents and Heads of Provincial Police and process-crime. Regarding the methodological aspects of research, we decided

by discourse analysis, discourse here conceived not only as what is said about someone or something, but as a set of statements circulating at any given time in society, articulating speech, intentions, actions and thought. The city is then considered from their territories, imagined as a space configured in/by the relations power that the dispute, but also as a space for experiences multiple, different feelings, place and non-place, the discipline and mockery, of power and resistance.

KEY WORDS: City - marginal territories - discourse analysis - Caicó – Seridó – infamous men

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

BCZN	Biblioteca Central Zila Mamede - UFRN
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CERES	Centro de Ensino Superior do Seridó
CX	Caixa
DIV	Diversos (série temática)
FCC	Fundo da Comarca de Caicó
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
LABORDOC	Laboratório de Documentação Histórica da UFRN, CERES, Caicó
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura	Descrição	Página
01	Província do Rio Grande do Norte - Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. Atlas do Imperio do Brazil , prancha 11.	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O DESEJO DA CIDADE: Do <i>Príncipe</i> a <i>Seridó</i>, relatos e desejos de uma cidade ideal e dos sujeitos ideais para a cidade	36
1.1. Uma cidade para <i>O Povo</i> e <i>um povo</i> para a cidade	45
1.2. A cidade e a norma(lização/lidade): com quantas normas se faz uma cidade?	51
1.3. Mulheres <i>da vida</i> na cidade e mulheres <i>para a vida</i> na cidade	57
1.4. A cidade é tornada relato e os relatos tornam o espaço em cidade	66
2. OS RELATOS DA CIDADE: <i>paisagens do medo</i> e da violência na Cidade do Príncipe	73
2.1. Violências além das fronteiras da Ribeira do Seridó	75
2.2. Violências nas fronteiras do Seridó: a Cidade do Príncipe	86
2.3. Sujeitos intelectuais e o Seridó como lugar e os sujeitos infames na produção de paisagens do medo	98
3. A PRÁTICA DA CIDADE: <i>a ordem, o corpo e as margens</i>	107
3.1. A cidade e as vozes da verdade, a ordem e a prática	107
3.2. A Cidade/território como corpo e o corpo como território	122
3.3. Territórios marginais na Cidade: (obs)cenas nos subúrbios	129
CONCLUSÕES	140
FONTES	143
BIBLIOGRAFIA	148

INTRODUÇÃO

Os fatos humanos são, por essência, fenômenos delicadíssimos, muitos dos quais escapam à medida matemática. Cumpre usar uma linguagem finíssima, uma cor adequada ao tom verbal, para traduzir bem os fatos humanos, e portanto para os penetrar bem¹.

O tema deste trabalho é o estudo de *territórios marginais* da Cidade do Príncipe, oficialmente criada em 1868 no sertão da Província do Rio Grande do Norte, a partir do território da antiga Vila Nova do Príncipe² (esta, criada por Alvará Régio de 1788). Essa urbe teve seu nome alterado para Cidade do Seridó em 1890 e, no mesmo ano, para Caicó, denominação que mantém-se até hoje, sendo considerado o principal território urbano da região do Seridó potiguar.

Selecionamos como recorte temporal as duas décadas compreendidas entre 1880 a 1900, espaço de tempo que se justifica por processos históricos que fazem da década de 1880 um período importante para a Cidade do Príncipe. O sertão da Província do Rio Grande do Norte, recuperando-se da crise trazida pelos anos de 1877–79³, presenciava uma complexificação da sociedade, que, não estando à revelia de outros fatos – a abolição do regime escravista, mudanças no Código Penal, movimentos de sedição contra a ordem imperial como o Quebraquilos, por exemplo –, pluralizava-se. O surgimento do semanário *O Povo*⁴ em 1889, mudanças na economia e emergência da cotonicultura⁵, são acontecimentos que se desdobraram neste contexto.

O ano de 1900 é o limite final do recorte, por tratar-se do período em que as estratégias de *cercamento* e controle da cidade já dizem respeito ao ideais higienistas e médico-sanitários, portanto época da emergência de uma nova

¹ BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 1942. p. 29.

² A respeito da construção cartográfica do Seridó, ver MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**, p. 29 - 65; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**, p. 55 - 90; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**, p. 145 – 189.

³ Conforme MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890: Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza**. 1985. p 52–3. Sobre a seca de 1877 nas províncias nortistas, verificar ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)**. 1988.

⁴ O jornal *O Povo* surgiu no ano de 1889, na Cidade do Príncipe, e circulou até o ano de 1902. Conforme MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. 1988.

⁵ Conforme TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. 1985.

sensibilidade sobre o espaço que emana dos universos da medicina, da engenharia e de uma educação pedagogizante sobre a cidade. Estratégias de controle sobre as quais não desejamos tratar, visto já terem sido tema de outros estudos sobre a cidade em questão⁶.

No entanto, em alguns momentos do texto, transbordamos essas balizas temporais, primeiro por entender que o processo histórico é dinâmico o suficiente para que os cortes temporais de uma investigação não o submetam, mesmo em tempos de especialização dos objetos de pesquisa. E fazemos isso, também, para que o entendimento de nosso objeto, a cidade e seus territórios marginais, se dilate. Por isso, ora recuamos alguns anos antes de 1880, ora ultrapassamos a barreira do ano de 1900, para que nossas hipóteses e argumentos possam ser verificados.

Um exemplo dessa distensão do recorte temporal se dá quando analisamos, no segundo capítulo do trabalho, o movimento do Quebra quilos que aconteceu em 1874. Por meio de um processo-crime instaurado no Príncipe em 1875, tentamos perceber que há a gestação de *paisagens do medo*⁷ no decurso das décadas de 70 e 80 do século XIX. Outros dois exemplos estão ligados ao conhecimento produzido sobre o território da Cidade do Príncipe pela historiografia. O primeiro é a *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte* (1877), de autoria de Manoel Ferreira Nobre, da qual nos apropriamos para compreender a *romantização* da história da cidade em questão, que antecede em muito os escritos atuais sobre esse território. O segundo é o *Municípios do Rio Grande do Norte* (1932), de Nestor Lima, do qual nos utilizamos para confirmar o fato de que a Cidade do Príncipe/Caicó foi reproduzida como um lugar *imaginado* como uma cartografia que nascera em um sertão romântico, livre de violências e crimes, onde a Igreja Católica e os bons costumes teriam moldado uma sociedade constituída sobretudo por homens e mulheres de lisura inquestionável, tributários de uma elite regional.

Se estes homens e mulheres existiram, não foram os únicos sujeitos da história do Príncipe, já que a documentação que mapeamos nos deixa ver uma série de atores que, na cena da vida, estavam longe de ser considerados *exemplares* para os padrões da época.

⁶ Ver: ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó**: uma cidade entre a recusa e a sedução. Programa de Pós-Graduação em História – PPGH-UFRN. 2007. ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Sobre pedra, entre rios** – modernização da cidade e transformações no espaço urbano de Caicó/RN (1950 a 1960). Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGe-UFRN. 2008.

⁷ Desenvolvemos a discussão deste conceito mais pontualmente no segundo capítulo.

Nosso objetivo, dessa maneira, é o de investigar a construção de *territórios marginais* a partir dos múltiplos discursos dos sujeitos praticantes da Cidade do Príncipe. Para dar conta de um trabalho desta envergadura, definimos como objetivos específicos: a) analisar a produção de um modelo de cidade para o Seridó a partir do discurso do jornal *O Povo* e dos Códigos de Postura da Cidade do Príncipe; b) problematizar a produção de paisagens do medo sobre a cidade através dos relatórios de presidentes da Província do Rio Grande do Norte e de documentos produzidos no âmbito da Justiça Pública da Cidade do Príncipe e c) discutir a formação de um geografia marginal no espaço da referida cidade.

Justificamos a realização do trabalho tendo em vista sua relevância acadêmica e pelo fato de que ele pode ocupar um novo lugar junto as pesquisas que discutem a cartografia urbana da Cidade do Príncipe, aquelas que analisam sua dinâmica demográfica, informações institucionais, organismos administrativos e dilemas econômicos⁸. Mas também, pela nossa proposição de trazer à tona elementos que foram esquecidos, calados ou negligenciados por uma historiografia “tradicional”. Encontramo-nos, portanto, na esteira de uma nova safra de autores que vem redescobrimo os caminhos da cidade a partir das vivências de seus sujeitos e suas práticas cotidianas⁹. Nosso trabalho, assim, se insere neste debate à medida que trata de territórios marginais e dos *sujeitos indesejáveis*¹⁰ na/da cidade em sua prática do espaço, temática explorada sumariamente pela historiografia *tradicional* já referida.

⁸ Nos referimos aqui aos trabalhos, principalmente, ligados ao Departamento de História e Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizados pelo corpo docente, mas também pelos discentes.

⁹ Tratando diretamente do espaço do Príncipe/Caicó, a referência é feita a DANTAS, Eugênia Maria. **Retalhos da cidade:** revisitando Caicó. 1996; ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó:** uma cidade entre a recusa e a sedução. 2007; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Sobre pedra, entre rios:** modernização da cidade e transformações no espaço urbano de Caicó/RN (1950 a 1960). 2007; SILVA, Edivalma Cristina da. **As mulheres entram em cena:** da construção do *script* burguês a desconstrução da peça “O Feminino”. 2009. Outros trabalhos, embora não tenham como temática central o território que estamos explorando, acabam por fazer incursões em sua história, a partir de novas abordagens: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó:** uma história do regionalismo seridoense; ARAÚJO, Douglas. **A morte do Sertão Antigo no Seridó:** o desmoranamento das fazendas agropecuarísticas em Caicó e Florância. 2006; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais.** 2007; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande.** 2007.

¹⁰ A categoria está sendo tomada de empréstimo de FERREIRA, Angela Lúcia Araújo; DANTAS, George Alexandre Ferreira. “Os indesejáveis na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930)”. 2001. A discussão sobre os *indesejáveis* também foi operada em SANTOS, Rosenilson da Silva. **Para não dizer que não falei das flores:** sobre *homens infames* na obra fotográfica de José Modesto de Azevedo. 2007.

A importância social deste trabalho se delinea à medida que se dará vez e voz a sujeitos, práticas e espaços marginalizados no senso comum de uma época e entre os estudiosos da contemporaneidade, quando, através de um esforço como este, pode-se conhecer outras faces da cidade. Do ponto de vista pessoal, justificamos nossa proposta segundo um certo *lugar de produção*¹¹ e pela simpatia por estudos com este perfil, que se deu desde o início da graduação, seja no estudos de gênero e masculinidade, das mulheres no Seridó colonial, ou dos homens infames¹². Acrescente-se, também, que, em nossa opinião, a história deve deixar de ser apenas dos grandes homens, mas, se localizar entre, sobre e sob eles.

De certa maneira, nos propomos a descobrir as cartografias do desvio na Cidade do Príncipe: como eram desenhadas, quem as experimentava e por meio de quais práticas. Investigar a construção de *territórios marginais* a partir das narrativas de moradores do Príncipe, além de suprir uma lacuna historiográfica, possibilita encontrar histórias cortantes, silenciadas ou ignoradas, abortos e loucuras encarceradas, paixões reprimidas e vingadas, ódios vorazes. Para o encontro com estes espaços, além das fontes, é necessário o diálogo com autores que discutem conceitos ligados ao estudo dos espaços.

Michel de Certeau é autor de ricas reflexões acerca da relação homem-espaço, preocupando-se, de modo particular, com a discussão em torno dos conceitos de *espaço* e *lugar*. Sua linha de pensamento pode ser percebida como paralela às concepções fenomenológicas de Maurice Merleau-Ponty, filósofo francês, segundo o qual o conhecimento nasce e se faz sensível na corporeidade do ser humano. Merleau-Ponty já traçava antes da década de 1960 uma linha fronteira entre o que considerava “espaço antropológico” e “espaço geométrico¹³”, discussão que encontra fortes ecos nos escritos de Michel de Certeau. Foram exatamente as pesquisas sobre práticas culturais que levaram Certeau a se interessar pelos estudos urbanos¹⁴ e da mesma forma que seu famoso artigo sobre a revolta

¹¹ CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. 2003, p. 222

¹² Projetos de Iniciação Científica nos quais estivemos na condição de bolsista durante a nossa graduação em História: “Sangue da Terra” (DHG/UFRN, 2004/05); “Fotografia e Complexidade” (DHG/UFRN, 2006); “Espaço e Memória” (DHG/UFRN, 2006 – 07 e 08) e “A organização do espaço cidadão” (DHG/UFRN, 2008). O primeiro, sob a orientação do Professor Muirakytan Kennedy de Macêdo, os demais, orientados pela Professora Eugênia Maria Dantas.

¹³ VON ZUBEN, Newton Aquiles. “Fenomenologia e Existência: Uma Leitura de Merleau-Ponty”. 1984.

¹⁴ DOSSE, François. “O espaço habitado segundo Michel de Certeau - descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo”. 2004. p. 83.

estudantil de maio de 1968 o fizeram despontar no mundo acadêmico, foram suas contribuições aos estudos do urbano que o tornaram célebre nos Estados Unidos.

Do 110º andar de uma das torres, hoje extintas, do World Trade Center, Certeau desenvolveu uma perspectiva de oposição entre observadores e caminhantes, que encontra-se discutida na terceira parte de *A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer*. De modo geral esta oposição reflete a postura dualista das Ciências Sociais nos anos 1970 entre o conhecimento erudito e o conhecimento popular e também materializa a postura crítica desse filósofo, de contestação à ciência e também ao pensamento de que o poder e coerção são panópticos e assim alcançariam a todos, como teria sugerido Michel Foucault, na leitura que é feita de sua obra por Certeau. Para esse último, existiriam pontos de fuga onde o sujeito social não era alcançado pelos olhos de quem de cima observava.

Segundo Michel de Certeau o conhecimento panorâmico – construído na distância e por isso distante daquilo que se propunha a analisar – não oferece segurança e conhecimento das práticas. O panoptismo nem tudo permite ver e controlar. Ao contrário: no pensamento de Certeau esta postura, a do *deus-voyeur*, sublinha o esquecimento e o desconhecimento. É um saber ignorante em relação às práticas¹⁵. Para Michel de Certeau, se localiza no medievo a idealização da cidade-perspectiva e, portanto, a vontade de ver a cidade em sua completude, que precede, até mesmo, os meios de satisfazê-la. As pinturas medievais e renascentistas representam a cidade em panorama, uma utopia que nos dias atuais, segundo o autor, pode ser realizada por meio das modernas e imponentes construções. Estas permitem, de seu alto, ver a cidade em um quadro “que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas¹⁶”. Nesse contexto, proferindo palestras em New York, Certeau esboça o norte de seu pensamento no que se refere à cidade, o meio urbano e as espacialidades: é a atividade que caracteriza o espaço.

Essa idéia chave não apenas vai estar presente em suas discussões a respeito da cidade, das práticas culturais e do conceito de lugar e espaço, mas também modificará a perspectiva do pensamento urbano entre os engenheiros e planejadores urbanos com os quais manteve contato, superando em alguma medida

¹⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. 1994. p. 83

¹⁶ Idem, 1994. p. 171.

a postura que limita-se a pensar o espaço urbano em termos apenas de funcionalidade.

Segundo François Dosse¹⁷, “a intervenção de Certeau no campo da reflexão sobre o urbano surgiu como um meteoro entre os urbanistas. Ele não era citado pelas revistas sobre urbanismo ... sua reflexão neste ponto apresentava-se isolada ... outra razão para explicar esta ausência de recepção”, talvez possa ser explicada pelo fato do filósofo não se interessar por arquitetura em si. A virada nesta situação se dará somente na década de 1980, quando do aparecimento de novas idéias sobre a cidade, época em que Certeau será muito assediado para proferir palestras para arquitetos, engenheiros e interessados nas urbanidades.

Para Certeau¹⁸, há o desenvolvimento de um comportamento na cidade que transforma as pessoas em *espectadores* ao invés de *atores*. Criadores de sociabilidades não cartografadas pelo olho dos urbanistas, são transmutados em *voyeurs* contemplativos, testemunhas passivas desejosas de um luxo distante, de aventuras amorosas da televisão, de drogas e de um verdadeiro paraíso das crenças. Trata-se de um projeto transformador do *povo* em *público* a partir de uma cidade em imagens, destinado a produzir sonhos fictícios, nem sempre possíveis de serem alcançados, mas erotizados em uma paisagem vendável. Para ilustrar essa dinâmica da venda de sonhos, da tentativa de homogeneização e da transformação do *povo* em *público*, o filósofo usa de uma metáfora: a da tentativa de colonização do *rígido* sobre o *flexível*, da tecnocracia contemporânea sobre a cultura.

Esta cidade configurada pelo “imperialismo econômico¹⁹” é saturada e superabundante de significados. Tem uma atmosfera carregada, fazendo-se necessário livrá-la de um monte de lixo. A intenção de fazer das pessoas meros *observadores* – porque os *consumistas* não são tantos assim – representa a tentativa da “cultura no singular” se impor contra a multiplicidade, unificando e eliminando diferenças e a heterogeneidade da “cultura no plural²⁰”. Diante dessa massificação, como as pessoas agem? Segundo Michel de Certeau, “as maneiras de utilizar os espaços fogem à planificação urbanística”. O urbanista pensa a cidade vazia e a fábrica, quando chegam os habitantes eles se retiram, como se estivessem diante de selvagens que perturbarão o plano elaborado sem esses. É a chegada

¹⁷ Dosse, François. “O espaço habitado segundo Michel de Certeau”. In: **ArtCultura**. 2004, p. 86.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 1995. p. 43.

¹⁹ Idem, p. 234.

²⁰ ibdem, p. 241.

destes “selvagens” e sua *relação com o lugar* que compõem espaços ocupados e vazios²¹, que resignificam a circulação, os caminhos e as direções, que organizam a ocupação efetiva dos espaços.

São os ocupantes da cidade – seus usuários, portanto – que a configuram. Eles fogem à visibilidade, não podendo ser observados pelo poder panóptico. Estão embaixo, onde a visibilidade não os acessa. São estes praticantes da cidade que Certeau desejava analisar²², bem como suas práticas estranhas ao espaço geométrico dos urbanistas e geógrafos e suas formas específicas de operações, criadoras de uma espacialidade poética, metafórica e mítica. Há, no pensamento de Certeau, uma valorização do movimento como gesto criador e, aliado a este, os atos de caminhar e relatar. São os jogos de passos que moldam o lugar e tecem o espaço. Os passos não podem ser contados, já que sua ação é qualitativa. Até podem, caso sejam identificadas as suas zonas de fluxo e trajetórias, mas, nesse caso, vão falar do que já não é. Isto porque os gestos, os olhares, as atividades, o vagar, “as práticas pululantes, microbianas e plurais²³” não são identificados pelas estatísticas, pois fazem parte de gestos ilegítimos, táticas ilegíveis e criatividade sub-reptícias e ocultas.

Caminhar é uma indefinida diversidade. Conforme Certeau, essa prática não pode ser resumida a seu traçado gráfico, considerando que o caminhante cria atalhos, desvios, relega espaços ao esquecimento e outros à disputa. As práticas do espaço assemelham-se a objetos que se mexem e perturbam a fotografia, desvios relativos a um sentido literal definido pelo sistema urbanístico²⁴, manipulação sobre um elemento de base de uma ordem construída. Distorção, portanto, transformação daquilo que é planejado.

Assim como a caminhada, “os relatos de espaço” também são gestos criadores: organizam, selecionam, reúnem e fazem itinerários²⁵, já que “todo relato é uma prática de espaço”. Ao contrário do que se pode pensar, os relatos não apenas transpõem a caminhada ao campo da linguagem. Eles organizam a própria caminhada e podem, junto a ela, atribuir algo de inútil às legendas, indicações e

²¹ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 1995. p. 233.

²² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1994. p. 171.

²³ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1994. p. 176

²⁴ Idem, p. 181.

²⁵ Ibidem, p. 199.

notificações do planejamento urbano. A prática do espaço produz, assim, um anti-texto²⁶.

Certeau estabelece uma diferenciação entre *lugar* e *espaço praticado*. O lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos²⁷ e o espaço é o lugar praticado. De modo mais simples: a rua geometricamente planejada pelo urbanista é um lugar, que é transformada em espaço pelos pedestres. Através desta definição, fica clara a filiação de seu pensamento ao de Merleau-Ponty, para o qual, o espaço é experiencial e a experiência é espacial. Só existe, portanto, espaço, se houver experiência.

Na mesma linha de pensamento de Michel de Certeau encontra-se o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan. A perspectiva desse autor também se aproxima da fenomenologia da experiência, da valorização das experiências do ser e da subjetividade, bem como da ideia de que os valores pré-estabelecidos em uma sociedade não são determinantes na forma como seus membros vivem. Apesar de ter diversas publicações, no Brasil, as duas mais conhecidas são *Topofilia* (1974)²⁸ e *Espaço e lugar* (1977)²⁹.

Na primeira dessas obras Tuan discute o amor pela natureza do ponto de vista da percepção, da atitude e do valor. Já na segunda, problematiza as diversas formas como os sujeitos históricos sentem e conhecem o *espaço* e o *lugar*, propondo uma inversão conceitual em relação à definição de Michel de Certeau. Se neste o espaço só é possível a partir do lugar, em Tuan é a inversão desse processo que tem sentido: o lugar só é viável através do espaço e das relações que se estabelecem aí. Para Tuan todo lugar é um espaço, mas nem todo espaço é um lugar; em Certeau, todo espaço praticado é um lugar, mas nem todo lugar é um espaço praticado.

Para Tuan, *espaço* e *lugar* são termos familiares que indicam experiências comuns. O lugar enquanto *segurança* e o espaço enquanto *liberdade*, como o *lar* e a *rua*. O lugar é uma rede de valores, significações materiais e afetivas. É fruto da atribuição de significado ao espaço, de sua organização através da cultura³⁰. A transformação do espaço em lugar é algo que passa pela ordem da experiência, seja ela sensório-motora, tátil, visual ou conceitual. Em outras palavras, a relação do

²⁶ Ibidem, p. 188.

²⁷ Ibidem, p. 201 – 202.

²⁸ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. 1980.

²⁹ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. 1983.

³⁰ TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. 1983. p. 05.

homem com o espaço é intermediada pela cultura, pela experiência e pelos sentimentos.

A experiência diz respeito à capacidade de aprender a partir da própria vivência. Ela é constituída de pensamentos, valores, sentimentos e conhecimentos³¹. Nesta ordem, os sentidos são indispensáveis para experienciar o espaço. Segundo Tuan, gestos simples como esticar os braços e as pernas são elementares para que tomemos consciência do espaço que nos envolve. Assim, o homem e seu corpo são a medida de todas as coisas; o homem não apenas ocupa o espaço, mas, o dirige, organiza e ordena à sua vontade³².

É, portanto, na relação do corpo com o espaço que se define o lugar, remetendo-nos para a afeição, o afeto, a pausa, o sentimento, a familiaridade. O espaço, ao contrário, concerne à indiferença, ao fluxo, ao desconhecimento, ao movimento e à velocidade. O espaço é abstrato e distante; se o pensarmos como algo que permite movimento, o lugar se torna pausa; cada *pausa* no movimento torna possível que a *localização* se transforme em *lugar*³³.

Outra aproximação entre Certeau e Tuan diz respeito às posturas críticas em relação aos urbanistas e a certo modo, negativo, de experienciar/praticar a cidade e o espaço. Assim como Certeau dirige sua crítica a geógrafos e urbanistas (tradicionais), Tuan também o faz, embora reconheça que a arquitetura é uma das chaves para o entendimento da realidade³⁴. Segundo Tuan, as análises métricas e inventariantes feita pelos “matemáticos do espaço” são relevantes, mas precisam ser observadas na perspectiva da experiência, pois é ela que diferencia os homens dos animais. São os pensamentos e sentimentos que nos fazem diferentes.

A exemplo da crítica de Certeau ao consumismo do mundo moderno, à produção de modelos inalcançáveis ao homem comum e à reprodução de uma cultura no singular, Tuan dirige algumas farpas ao “homem moderno”. Personagem que ele chama de o homem do fluxo, que, em movimento crescente e célere, não tem tempo ou não vive um dimensão temporal que lhe permita criar raízes no espaço – o que resulta em uma experiência superficial de apreciação dos lugares.

A proposta de Tuan, assim, é a de uma humanização da geografia, de um conhecimento que enxergue os elos de pertencimento que conectam o homem ao

³¹ Idem, p. 11.

³² Ibidem, p. 39 - 40.

³³ Ibidem, p. 61.

³⁴ Ibidem, p. 113.

espaço, que produzem os lugares. Não diferente disso, Certeau pensou em uma cidade planejada para pessoas, que fosse possível praticá-la sem interdições, sem obstáculos, livremente. Os dois autores propõem a observação do espaço através de um ângulo sensível, em uma ótica que considere as subjetividades, os sonhos e desejos humanos. Ambos enxergam a cidade pensada por/pelos homens, por isso a preocupação não é a arquitetura em si, mas, aquilo que ela pode oferecer de positivo àqueles para quem é construída, ou seja, não pode ser um obstáculo ao caminhante e à prática do espaço.

A perspectiva de diferenciação dos dois conceitos de Tuan – espaço e lugar – não deve, no entanto, fazer-nos pensar que estes são elementos excludentes. Ao contrário, são dimensões intimamente relacionadas, só podendo ser vividas e compreendidas na relação que mantêm entre si. No entanto, o conceito de lugar, quando relacionado à cidade, remete a um espaço que é organizado nas emoções, nos sentimentos e nas identificações dos sujeitos com o seu meio. A cidade, sentida como um lugar, liga-se a um sentido topofílico. Topofilia³⁵, na definição de Tuan, é o elo *afetivo* entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, é o que se sente em relação ao lugar onde se nasce, ao bairro onde se mora, à escola onde se estuda. O lugar pode ser tido como um segmento de espaço “apropriável pela vida, através do corpo, dos sentidos, dos passos de seus moradores”, a sua escala sendo medida pelo particular, pela subjetividade³⁶. É o espaço que pode ser apropriado pelo corpo. Contudo, o tema de nosso trabalho, que remete ao estudo dos *territórios marginais* da Cidade do Príncipe, suscita um conceito que possa considerar outras práticas e experiências espaciais, que não passam apenas pela afetividade, mas que deem visibilidade ao espaço cartografado por acessos de raiva, furor ou ódio. Um estudo da cidade por esse viés exige que outras experiências possam ser pensadas como produtoras de espaço, a exemplo da violência, do crime e aquilo que possa ser considerado imoral.

A cidade pensada a partir de seus *territórios* é imaginada como sendo um espaço configurado na/pelas relações de poder que a disputam, mas, também, como espaço de experiências múltiplas, de sentimentos diversos, do lugar e do não-lugar, da disciplina e da burla, do poder e da resistência. A etimologia não esconde isso, pois território é resultado da aglutinação de dois termos, *terra* e *torium*: *territorium*,

³⁵ TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. 1980. p. 106

³⁶ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. 1996. p. 26.

ou, “terra que pertence a alguém³⁷”, ou ainda, grande área ou extensão de terras delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição, que vem do latim *territor[um]i*³⁸. Os *territórios*, em sua dimensão urbana ou não, são desenhados pelos indivíduos ou grupos na apropriação de um segmento do espaço, demarcando-o, controlando-o, defendendo-o. Os territórios têm uma face de fechamento, de isolamento de algo em defesa e relação ao outro. Sua essência é mesmo a da organização, dominação e controle, seja efêmero ou duradouro, seja através da matéria ou por meio de elementos intangíveis.

Durante muito tempo esse conceito foi exclusivamente relacionado ao recorte do Estado-Nação e ao seu desenvolvimento. Tinha, portanto, uma aura política, como herança do pensamento de Ratzel na Geografia, para quem o Estado não existia sem um território – que seria, segundo esse pensador, o seu “espaço vital”, o espaço necessário para a expansão e desenvolvimento de um povo, justificativa para seu uso com finalidades político-administrativas e expansionistas, que durante o período anterior a segunda guerra teve aplicabilidade.

Para Milton Santos, nome relevante na geografia brasileira, o espaço é um conjunto de relações realizadas através de funções e formas, mas há um espaço especial “o espaço de uma nação – sinônimo de *território*, de *estado* [...]”³⁹. No entanto, a resignificação deste conceito se dará nas décadas de 1970 e 80, com o surgimento da Geografia Humanística, com inspiração na Geografia Francesa, quando o espaço passa a ser entendido como fruto da experiência social e como lugar do vivido, considerando-se a relação do meio com a cultura⁴⁰. Como eco dessa nova forma de pensar as espacialidades podemos pensar em Certeau e Tuan, já referidos, que definem o espaço a partir da experiência. Esse pensamento também é confirmado no trabalho de Marcelo Lopes de Souza, que anuncia:

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas nos espaços concretos (...) podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (...) ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo⁴¹.

³⁷ GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Revista Sociedade e Território**. 1999. p. 19.

³⁸ Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. 2009

³⁹ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 1980. p. 120.

⁴⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 1995. p. 30.

⁴¹ SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Idem*, p. 87.

O território se constitui, desse modo, em um conjunto de relações sociais espacializadas pelo poder, ou, dizendo de outra maneira, trata-se de uma expressão espacial das relações de poder. Pode ter dimensões variadas, durações longas, médias ou curtas, se materializar em um substrato sólido ou ser uma superfície líquida, como o mar⁴². Além de líquido, o território pode ser cíclico, movediço, flutuante, efêmero. Marcelo Lopes de Souza⁴³ menciona como exemplo as microterritorialidades da prostituição nos espaços citadinos do Rio de Janeiro, que, segundo o autor, além de móveis, são instáveis e deslizantes. Trata-se de territórios relativos a uma série de outras questões, que apenas o suporte material – a rua, o beco, a calçada – não pode defini-los.

Um ponto importante a se considerar quando se pretende a compreensão do conceito de território é a sua diferenciação em relação ao conceito de espaço. Para Claude Raffestin, em “uma certa época, a distinção não era feita e não parecia representar grande interesse⁴⁴”. Para o autor, o território procede do espaço e este o precede⁴⁵. O território, assim, “se apóia e se ancora no espaço, mas não é o espaço”, e sim, um local de relações.

Como se percebe, as conceituações são muitas. A partir disso, Rogério Haesbaert pensa em uma definição que congregue as diversas interpretações e abordagens de *território*, levando em consideração três arestas, que em suas palavras são:

A *jurídica-política*, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; a perspectiva [...] de Allié, (1980) e a abordagem clássica de Ratzel podem ser consideradas nesta versão; a *cultural (lista)*, que prioriza a sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como um produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; Guattari (1985) e, na Geografia, Tuan (1980, 1983) são autores que, em diferentes posições se aproximam desta abordagem; e a *econômica* (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho⁴⁶.

Haesbaert pensa o território como produto da ação humana que envolve dimensões simbólica, cultural, concreta, de caráter político-disciplinar, ordenação e domínio dos

⁴² Ver: CORBIN, Alain. **Território do vazio**. 1989.

⁴³ SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Geografia: conceitos e temas**. 1995. p. 88.

⁴⁴ RAFFESTIN, Claude. In: **Revista Formação**. 2006. p. 3.

⁴⁵ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. 1993, p. 143 - 144.

⁴⁶ HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. 1997. p. 39 - 40.

indivíduos⁴⁷. Os territórios são produzidos nas relações de força, não podendo existir, portanto, sem algum tipo de identificação e valoração simbólica – positiva ou negativa – do espaço pelos seus habitantes⁴⁸.

Para Michel Foucault, por sua vez, o “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é, antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. É um espaço controlado por certas relações de poder⁴⁹” – uma definição muito próxima da de Haesbaert. O poder que atravessa as relações sociais – e também as espacialidades que são por essas produzidas – não foi e nem é criação única do Estado, partindo-se da premissa de que os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Para Foucault ele é oblíquo, capilar e disperso. Não se localiza em um centro privilegiado, mas também nas margens e franjas da sociedade, onde menos aparece e onde mais está. O poder é produtivo⁵⁰, não é somente repressivo. Também não é apenas uma força que diz *não*, pois o poder induz, cria, faz saber.

O espaço, enquanto território, é o cenário onde seus nós são desenhados, suas teias são elaboradas e sua força se exerce – aí, sim, produzindo cartografias várias, centrais, laterais, periféricas, relacionadas, dependentes, proibidas ou permitidas.

Se o território é esse espaço marcado pelas relações e definido pelo poder que lhe penetra/ atravessa/caracteriza, que espaço é o que as sociedades produzem quando as favelas escalam os morros, quando as feiras livres são realizadas, quando a rua não pode ser praticada durante a noite, quando, no escuro de uma praça, os códigos do dia são ininteligíveis? Que território se plasma quando as prostitutas se distribuem em uma avenida e quando uma festa produz sociabilidades inconvenientes? Além de interessar a *natureza* desses espaços, que nomenclatura pode lhe ser atribuída? São por estes espaços que nos interessamos, sendo eles alvo do olhar deste trabalho: o espaço da contraposição, da contestação, dos invertidos, “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares⁵¹”. A estes espaços Foucault dá o nome de *heterotopia*, ou seja, “outros espaços”, diferentes, onde o desvio se faz possível em relação a uma suposta média, suposta norma,

⁴⁷ Idem, p. 42.

⁴⁸ HAESBAERT, Rogério. “Identidades Territoriais”. **Manifestações da cultura no Espaço**. 1999. p. 172.; SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Geografia: conceitos e temas**. 1995. p. 78.; HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2002. p. 56.; HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização** 2006. p. 35, 37, 78.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 1995. p. 157.

⁵⁰ Idem, 1995. p. 7 – 8.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. “Outros Espaços”. 2001. p. 415.

estabelecida pelo social. Para este autor a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar vários espaços.

É partindo desse conceito que buscamos conexões com nosso objeto: o estudo da Cidade do Príncipe a partir dos crimes, violências e proibições que eram ali praticados entre 1880 e 1900. É através de uma concepção do espaço como desenho das relações sociais e como fruto dos choques de interesses que nos propomos a pensar a cidade e sua representação. Mais que isso, a pensar em um conceito que possa dar conta de nosso objeto, já que o de *território* deixa aberto um campo de interpretação para muitas possibilidades. Neste sentido, pensamos na formulação da idéia de *territórios marginais*.

Se o território se configura, então, como o espaço tramado a partir e pelas relações de poder, numa batalha incessante pela apropriação simbólica ou material do mesmo, o que vemos é a formação de diversos territórios na Cidade do Príncipe: o da ordem e dos desejos, o do escândalo e da denúncia e o da prática do desvio. Podemos, portanto, enxergar se delineando *territórios marginais*: espaços insólitos, apropriados de modo acelerado ou não por sujeitos em práticas contestatórias ou contrárias àquilo que é aconselhado como sendo de bom tom à moral, honra e costumes dignos e saudáveis. O *território marginal* é o espaço do jogo, da embriaguez, dos amores proibidos, das vinganças levadas a cabo, dos crimes cometidos, das insatisfações dos sujeitos sociais diante do Estado, das paixões compradas, das violências, das proibições e interdições.

O território marginal, assim, é o espaço da fuga. Nele sentimentos como a ânsia, o furor, o ódio ou o medo podem fazer com que o caos sobrepuje a ordem da sociedade, configurando paisagens do medo, da punição e/ou da violência. Temos notícias de territórios marginais na documentação produzida no âmbito da justiça, de manicômios, da polícia e de agências de censura. É, portanto, um espaço de penetração mais tímida para os historiadores, que, normalmente, se sentem mais à vontade aonde a luz já chegou, parecendo, até, que no escuro não há história – lembrando, em tom de crítica, as páginas de estudos que já lemos quando seus autores se propunham a “lançar luz” sobre objetos (provavelmente) obscurecidos. Acreditamos que, também, no escuro, há história. Muitas crianças foram feitas no escuro, às vezes até nos territórios marginais dos quais falamos, quiçá no canto taciturno de uma praça, num beco infame de uma cidade, em uma ruela deserta do centro, no canto mal iluminado de uma festa...

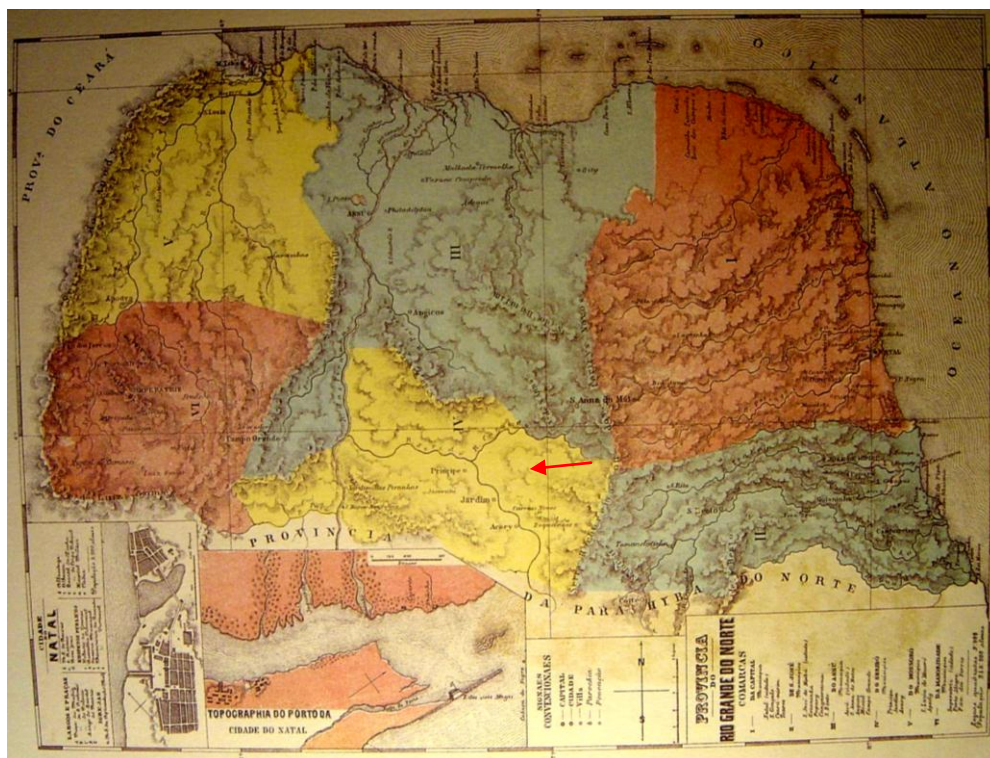
Como nos diria Robert Moses Pechman, há um descompasso entre a vontade e a intenção das autoridades e sua efetiva realização⁵², algo que foge à vontade estetizante, à obsessão pela aparência, manchando de infâmia a história das cidades. O *território marginal*, como o concebemos, é o espaço caracterizado pelo descompasso, pela fuga, pela mancha e pelo borrado da infâmia, ocupado pelo homem tido como injusto. É o espaço que estabelece homens criminosos e degenerados, homens bons e adeptos de práticas perturbadoras da ordem. O *território marginal*, em sua conformação e existência, é o espaço resguardado ao ladrão, ao assassino, ao esturador, ao vagabundo e ao malandro de que nos fala Pechman. Ele só existe na relação, não sendo independente dos espaços que lhe cercam e definem. Sua localização, como bem o termo pode sugerir, não é necessariamente a periferia ou bordas da cidade, é parte e parcela do/no social, pois ele é produzido também no centro da cidade e do poder. Ele é *marginal*, portanto, não somente por causa de sua geografia, mas porque é ocupado, temporária ou fixamente, por alguém que, ao territorializar o espaço, se torna marginal à lei ou a um código qualquer de conduta.

São estes *territórios marginais* que nos interessam neste estudo, tendo a Cidade do Príncipe e a Comarca de Caicó como pontos de referência de nosso recorte espacial. A Comarca de Caicó, também chamada de Comarca do Seridó em documentos judiciais do século XIX, foi criada pela Lei Provincial nº 365, de 19 de julho de 1858, possuindo, como termos judiciários, os atuais territórios de Jardim de Piranhas, São João do Sabugi e Serra Negra do Norte⁵³. Olhando para a representação cartográfica da Província do Rio Grande do Norte, que foi elaborada por Cândido Mendes Almeida e publicada em 1868, é possível verificar, aproximadamente, quais os limites dessa comarca, que tinha como sede a Cidade do Príncipe. No mapa, que integra o *Atlas do Império do Brasil*, a Comarca do Seridó está indicada pelo algarismo romano IV, em cor amarela, na porção centro-sul da província, sendo cortada pelo rio Seridó. A seta vermelha que inserimos no mapa indica a localização da Cidade do Príncipe.

Figura 01
Província do Rio Grande do Norte

⁵² PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. 2002. p. 9.

⁵³ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 1984. p. 296.



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. **Atlas do Império do Brasil**, prancha 11.

As histórias que tentamos rastrear – esquecidas, silenciadas e acinzentadas – nestes cenários marginais ocorrem dentro dos limites desta comarca, sobretudo na urbe do Príncipe. Para encontrar estes territórios, partimos de uma questão: que faces da cidade podem ser reveladas pelo historiador? Para responder a esse questionamento, estaremos utilizando três tipos de fontes: judicial, administrativa e jornalística.

As fontes judiciais, que se encontram sob a custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN), compreendem processos-crime, habeas corpus, guias criminais, exames de corpo delito, exames cadavéricos, autos de vistoria e petições, que integram o Fundo da Comarca de Caicó. No que diz respeito às fontes de natureza administrativa, dispomos dos Códigos de Postura do Príncipe, armazenados na documentação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN); de documentação avulsa da Câmara Municipal do Príncipe, que integra o Fundo Joaquim Martiniano Neto, custodiado pelo LABORDOC; e das mensagens dos presidentes de província – onde estão inclusos relatórios de chefes de polícia –, digitalizados pelo Projeto Brazilian Government Documents da Universidade de Chicago e disponibilizados no site

<<http://www.crl.edu/brazil>>. As fontes jornalísticas que usamos compõem um conjunto de edições do semanário *O Povo*, fundado na Cidade do Príncipe e que circulou entre 1889 e 1902, cujos exemplares digitalizados encontram-se sob guarda da Biblioteca Central Zila Mamede, BCZN/UFRN.

A pertinência da escolha dessas fontes para responder aos objetivos de nosso trabalho se justifica pela riqueza de informações que prestam, de informações sobre os espaços onde foram cometidos crimes e violências, onde ocorriam prisões e julgamentos dos que estavam envolvidos nos processos. Partimos da idéia de que as informações que nos interessam encontram-se dispersas na documentação, fazendo-se necessário, portanto, o exercício de comparação e cruzamento com outras fontes para que se possa chegar às informações sobre o período em estudo. Do mesmo modo, enxergamos estas fontes como um discurso, carregado de intenções, conceitos e filtros denunciadores do lugar social ao qual estavam ligados os seus produtores. São por isso, cacos e fragmentos a serem localizados, agrupados, juntados e problematizados. Ademais, são documentos que portam várias visões sobre as histórias dos homens infames, apresenta-se em seu corpo escrito o espaço do crime, da punição, da lei, da noite, enfim, a cidade em multifaces.

No que concerne aos aspectos metodológicos desta pesquisa, optamos pela “análise do discurso”. Concordamos, todavia, com uma fala do filósofo Michel Foucault, que, em uma determinada ocasião, interrogado sobre seu método de pesquisa, afirmou que preferia ser tido como um curioso, tentando responder à sua insaciável sede de contar histórias⁵⁴. Portanto, não nos colocamos na situação de reféns de uma metodologia, já que esta é por nós pensada menos como um código pronto e mais como uma receita aberta a novos ingredientes, misturas e combinações, podendo desaguar, inclusive, em resultados imprevistos.

Por remeter-se ao estudo dos *territórios marginais*, por mais que não pretendamos fazer uma leitura unidirecional do nosso objeto, nossas abordagens nos direcionam ao campo da História Cultural. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, esse campo nasce da complexidade instaurada no pós-guerra e em meio ao surgimento de novos grupos sociais, para os quais os paradigmas históricos vigentes eram insuficientes para explicar a realidade. Como alvos das críticas dos historiadores

⁵⁴ VEYNE, Paul. “Foucault, sa pensée, sa personne”. 2009. p. 19.

estavam os marxismos e os *Annales* franceses. Emerge deste contexto de transformações históricas e na História a *Nova História Cultural*, envolvendo nomes de diversas posturas, como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg⁵⁵.

De um modo geral, os autores que se alinham a esse campo trabalham com a ideia de *reconstrução* dos sentidos, que se manifestam nas palavras, discursos, imagens, coisas e práticas. O que aproxima estes pensadores, consoante Pesavento⁵⁶, e que reorienta a postura de diversos historiadores é o conceito de “representação”, isto é, aquilo que indivíduos e grupos utilizam para atribuir sentido ao mundo e construir a realidade. Ainda segundo Pesavento, a proposta da História Cultural seria, pois, rerepresentar realidades do passado por meio de suas representações e discursos, passando aquelas formas imagéticas pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo. Esse pensamento leva-nos a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio da representação⁵⁷. A História Cultural traz, para a História, novas temáticas, ou faz releituras de outras já em uso – como a política – e é atravessada por conceitos como poder, discursos, representação e imagem. Hoje abarca tanto um grande número de objetos, como também de metodologias, reacendendo discussões por algum tempo adormecidas como a dinâmica entre discurso e prática.

Para Roger Chartier⁵⁸, segundo o qual a história cultural nasce da tentativa de distanciar-se do rótulo de *História das Mentalidades*, traz à baila questões em torno da linguagem como sistema de signos e da realidade como não sendo uma referência objetiva e exterior ao discurso. Chartier afirma que, para pensar a questão, os historiadores têm se apoiado na distinção proposta por Michel Foucault entre *formação discursiva* e *sistemas não-discursivos* ou em Pierre Bourdieu, através de sua definição de *sentido prático* e *razão escolástica*. Roger Chartier chama atenção para duas situações-chave para os historiadores. Para ele as conceituações dos autores acima citados convidam ao cuidado com o uso incontrolado da noção de *texto*. Por outro lado, é preciso refletir sobre a coerência da Nova História Cultural, pela diversidade de objetos, perspectivas metodológicas e referências teóricas que os autores propõem abarcar.

⁵⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2004. p. 8 -16.

⁵⁶ Idem, p. 39.

⁵⁷ Ibidem, p. 42.

⁵⁸ CHARTIER, Roger. “A ‘nova’ história cultura existe?” 2006. p. 19.

Essa discussão problematizada por Chartier toca de perto a metodologia que pensamos para nossa pesquisa, a “análise do discurso” sobre a cidade, com vistas a construir uma história cultural dos espaços a partir da leitura crítica dos discursos. No entanto, ao contrário de certa postura, não concebemos que depois dos eventos históricos só haja discurso e ao historiador reste a interpretação deles, ou que não haja evento. O historiador é sempre consciente que *algo* aconteceu em algum lugar no tempo e no espaço, mas também o é que esse *algo* é irrecuperável, pois inédito, irrepetível, e que nos chega aquilo que se disse ou se registrou sobre esse *algo* no tempo e no espaço. Investigar através dos discursos não é uma postura de estreitamento da história. Ao inverso, ao optar-se por esse prisma ratificamos o que disse Estevão Martins Rezende: “lidar com a ação humana e com a busca de seu sentido, impacto e duração é uma tarefa complexa⁵⁹”. Tão difícil quanto tentar manter distinto o que se supõe ter *ocorrido* e o que se *diz* a respeito deles, nos fazendo deslizar entre a velha – quase caduca – questão de acesso direto ou mediado à realidade.

O discurso, pois, é concebido não somente como o que se diz sobre alguém ou alguma coisa, mas como um conjunto de enunciados que circulam em determinado momento na sociedade, articulando falas, intenções, gestos e pensamento. Sua análise consiste, portanto na problematização destes enunciados, questionando e concatenando fragmentos de: quem, como, quando, onde e o porquê de terem sido produzidos⁶⁰. Neste sentido, a fonte tem um papel muito importante. Se o historiador acredita que ela é um meio através do qual se pode acessar a realidade de uma sociedade no tempo, ela é vista como testemunho. Caso pense a realidade como algo inatingível em virtude da separação que o tempo provoca, a fonte é vista como o discurso de uma época⁶¹.

Nossa postura diante da fonte e do discurso é sinônima à que Marc Bloch⁶² sugere em sua *Apologia à história*: a palavra merece crédito, até os policiais sabem disso, “do mesmo modo devemos estar alertas, no sentido de não aceitar cegamente” tudo que se diz. Não reside em ninguém, ou em nenhum documento, palavras que sejam igualmente dignas de fé sobre todos os assuntos, pessoas e todas as

⁵⁹ MARTINS, Estevão C. de Rezende. “História, Discurso e Estrutura”. 2008. p. 57.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 2004. p. 10.

⁶¹ Sobre a fonte como “testemunho” ou “discurso” de uma época: BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. 2005. p. 64.

⁶² BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o Ofício de historiador**. 2001. p. 89 - 103.

circunstâncias. Pode-se inferir disso que tanto a *credulidade* como a *desconfiança* são atitudes intelectuais estimáveis, desde que consideradas juntas e assim usadas, para não incorrerem no risco de simplificar em dubiedades aquilo que está presente no documento – criando e nutrindo a ambiguidade viciante, entre alguns historiadores, de verdade e mentira, de erro e de prova.

Para Marc Bloch, ocorre progresso quando há *dúvida* quanto ao que está presente no documento e mesmo sobre o próprio, uma vez que não apenas partes do *texto* podem ter sido alteradas, mas o próprio documento pode ser falsificado. Neste sentido, a dúvida não existe por ela mesma, mas, sim, na lógica de um sentido examinador. Para o autor dos *Annales*, quando a dúvida diante do documento histórico tomou este sentido, houve um avanço na história do “método crítico”, sobre o qual discorre em seu texto.

As fontes que utilizaremos, apesar de cheias de intenção – não diferindo de qualquer outro tipo de documento histórico – não foram pensadas para que, no futuro, servissem a alguém que pretendesse investigar a cidade a partir de suas margens. Daí a prática cada vez mais corrente do historiador de tornar fontes “testemunhos” involuntários, além de considerar as afirmações que se encontram mais implícitas. Da mesma maneira, também nos é indicado extorquir informações que os documentos não tencionavam dizer⁶³, seja sobre práticas, sujeitos, normas ou da própria cartografia da cidade, mas, de modo especial o que nelas se quis dizer, o que nos textos se desejava explicar. Essa ação de leitura crítica à fonte, que é apontada como necessária por Bloch, permanecerá sempre “uma arte de sensibilidade. Não existe para ele nenhum livro de receitas”, mas também é uma operação racional, porque na base de qualquer crítica existe um trabalho de comparação⁶⁴, que não oferece resultados automáticos, mas permitem verificar semelhanças e diferenças. O historiador, portanto, deve estar atento às armadilhas da própria documentação, aquelas que fazem as médias, os números, as tabelas e os gráficos não serem tão matematicamente seguros, por um dado negado, alterado ou sobre-estimado.

O que Marc Bloch sugere, em linhas gerais, é que o investigador esteja atento à fonte; que sua postura seja crítica; que deslize entre o crédito e a dúvida, sempre a partir de uma preocupação examinadora. A questão ou o problema são, em sua

⁶³ Idem, p. 95.

⁶⁴ Ibidem, p. 109.

escrita, instrumentos para o conhecimento. Esses cuidados não devem, no entanto, sugerir que esperemos que aconteça sempre como prevemos, já que isso faria de qualquer ciência algo não “divertido”⁶⁵ – e nem nos deixar na expectativa de atingir certezas, considerando que, segundo Bloch, sabemos isso melhor que antes. Precisamos pensar o documento como discurso fruto ou produto de relações pessoais, institucionais, sociais e políticas.

O texto de um documento, por conseguinte, é simultaneamente “objeto de significação” e “objeto de comunicação cultural entre sujeitos”. Segundo José d’Assunção Barros⁶⁶, avaliá-lo como objeto de significação e como uma totalidade de sentido em si gera uma análise interna ou estrutural do texto. A semiótica é uma das possibilidades de fazer isto. Já como objeto de significação visa-se uma análise do contexto histórico e social que lhe envolve e de alguma maneira lhe dá sentido, podendo se aproximar das intenções do autor, suas motivações pessoais, ou das razões e objetivos institucionais. Para este autor – e esta é uma postura que nos parece relevante – a análise do discurso deve contemplar, ao mesmo tempo, três dimensões fundamentais: o intratexto, o intertexto e o contexto⁶⁷. De tal maneira se contempla os aspectos internos do texto, sua relação com outros documentos e sua dinâmica com a realidade sócio-histórica que o produziu. Representa a possibilidade, portanto, de alcançar e relacionar as dimensões internas e externas do texto ao mesmo tempo em que revela a natureza múltipla de um discurso.

O discurso do historiador não pode ser o discurso da fonte. Não aceitamos o que o documento afirma. Quando um historiador escreve, está usando um recurso de argumentação, já que nos é permitido escolher o que, como, onde e porquê falar. Os jornais, mensagens de presidente de província e a documentação judicial e administrativa são percebidos, assim, como discursos, produtores de realidade. A respeito disso, sugere Durval Muniz de Albuquerque Júnior⁶⁸,

não nos preocuparemos em usar os documentos como prova, mas como matérias de expressão, como material a ser trabalhado, despedaçado em sua inteireza de sentido. Não podemos esquecer que *dis-cursus* é, originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, *démarches*, intrigas (...) os discursos não se anunciam a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõe para se legitimarem.

⁶⁵ Ibidem, p. 115.

⁶⁶ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**. 2004. p. 136.

⁶⁷ Idem, p. 137.

⁶⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2009. p. 45 e 34.

Considerando as premissas, olhamos as fontes com desconfiança, mas certos também de que as palavras merecem crédito, que seus sentidos devem ser explorados. Investigaremos estas idas e vindas das quais fala Albuquerque Júnior, os espaços produzidos e legitimados pelos discursos.

No que se refere a divisão do trabalho, está organizado em três capítulos que atendem em linhas gerais à lógica da *cidade desejada*, da *cidade relatada* e da *cidade praticada*, entendendo estas três dimensões como elementares, antagônicas ou complementares, na relação dos homens no espaço e no tempo. Desejar, relatar e praticar o espaço são formas dinâmicas de conhecer, adaptar e dominar o espaço. São pontos de interação na rede formada por homem, ambiente, cultura e sociedade. Embora cada capítulo trate de um destes aspectos, os três processos se dão simultaneamente, por isso fragmentos da abordagem mais particular de cada uma dessas partes se encontram espargidos nos outros.

Deste modo, o primeiro capítulo é intitulado de *O DESEJO DA CIDADE: Do Príncipe a Seridó, relatos e desejos de uma cidade ideal e dos sujeitos ideais para a cidade*. Nele problematizamos a intenção de determinados grupos sociais – sobretudo os sujeitos vinculados à Câmara Municipal e a redação do semanário *O Povo* – de plasmarem o perfil de uma cidade que, além de esteticamente apreciável, também o seria no sentido moral, para o que lançaram mão de códigos de conduta e comportamento úteis a uma vida cidadina. Desta forma, procuramos os contornos de um desejo – ou desejos – da cidade e localizamos nesta empresa anseios ligados às edificações, práticas e comportamentos imaginados como ideais para a Cidade do Príncipe: análise dos nomes que se lhe deram em um percurso relativamente curto de vinte anos; os desejos de um povo para a cidade; a figura da mulher ideal para este povo e, por fim, discutimos textos escritos por eruditos que perenizam, direta ou indiretamente, a representação da Cidade do Príncipe como uma cartografia da ordem, dos bons costumes e de vidas exemplares.

O segundo capítulo é nomeado de *OS RELATOS DA CIDADE: paisagens do medo e da violência na Cidade do Príncipe*, onde nos deteremos, em um primeiro momento, sobre aspectos relacionados às denúncias de violências e criminalidade nos espaços da província e do estado, como forma de contextualizar o nosso recorte na realidade que o cercava – se fazendo necessário, em alguns momentos, incursões aos períodos anteriores a 1880. No segundo momento do texto nos

aproximamos dos atos de violência que se deram no tecido da cidade, percebendo que, nos relatos analisados emergem paisagens do medo, fruto das violências praticadas, mas também, da intenção de explorar a sensação de insegurança por parte das autoridades da administração provincial e estadual.

O último capítulo, *A PRÁTICA DA CIDADE: a ordem, o corpo e as margens*, reflete um exercício de aproximação da documentação judicial (auto de perguntas, processos crime, exames de corpo delito e inquéritos policiais) onde os territórios marginais aparecem mais claramente. São as práticas que se desenvolveram no espaço da cidade, de modo a desenhar os territórios marginais, que vão ser alvo de nosso olhar, problematizando a ideia de justiça e ordem, a forma como a cidade por vezes é tratada tendo o corpo humano como referência e como os corpos são alvo de violências várias, configurando o que chamamos de territórios marginais.

CAPÍTULO 1

O DESEJO DA CIDADE:

Do Príncipe a Seridó, relatos e desejos de uma cidade ideal e dos sujeitos ideais para a cidade

1. O desejo da cidade: *Do Príncipe a Seridó*, relatos e desejos de uma cidade ideal e dos sujeitos ideais para a cidade

A imagem que a tradição divulga é de uma cidade de ouro maciço, com tarraxas de prata e pontas de diamante, uma cidade-jóia, repleta de entalhes e engastes, que supremas e laboriosas pesquisas, aplicadas a matérias de supremo valor, podem produzir. Fiés a essa crença, os habitantes de Bersabéia cultuam tudo o que lhes evoca a cidade celeste: acumulam metais nobres e pedras raras, renunciam aos efêmeros, elaboram formas de composta compustura⁶⁹.

Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras – respondeu Marco [a Kublai Khan]. É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos (...) e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de, e sempre por causa das exceções, existe⁷⁰.

Quão relativa, por vezes ignorante, é a nossa percepção sobre o espaço, este imenso quase indefinível que está dentro e fora de cada um de nós, sujeitos históricos. O nosso próprio corpo é espaço, e não apenas por ser possível mensurá-lo, tocá-lo, percorrê-lo, sentir a sua profundidade, perceber o relevo de cada uma de suas partes, saber se está próximo ou distante de algo, dar-lhe uma direção; mas porque ele é alvo de diferentes investidas para dominá-lo, contê-lo, possui-lo e essa é a linguagem que a história usa para o espaço: “dominar o espaço”, fazê-lo propriedade de um dono (o Estado, um partido, um indivíduo, uma instituição, *um santo*). Para Harvey⁷¹, a noção de progresso ao longo da história sempre esteve atrelada à idéia de conquista do espaço, esfacelamento das barreiras espaciais e dominação da natureza. E em resumo: da aniquilação do espaço através do tempo. No contexto de expansão das culturas europeias pela terra, a partir do século XV, remetemo-nos aqui ao processo já batizado por expansão marítimo comercial e/ou europeia, mundialização ou ocidentalização⁷², essa era a noção que se tinha sobre os espaços, que eles precisavam se tornar exploráveis, se líquidos⁷³, necessitavam ser transpostos, se desconhecidos, deveriam ser parte de uma lógica e uma realidade comercial que lhes era anterior, neste sentido, litorais até então imaginados, separados de uma Europa por oceanos quase desconhecidos, foram se tornando partes de uma cartografia *mundi*.

⁶⁹ CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. 1990, p. 103.

⁷⁰ Idem, p. 67.

⁷¹ HARVEY, David. “A experiência do espaço e do tempo”. 2004, p. 191.

⁷² Ver: GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. 2001.

⁷³ Sobre a disputa e imaginário do mar como território: CORBIN, Alain. **Território do vazio**. 1989.

Hoje, pensamos o litoral como *margem*, no sentido de *limite* palpável do território nacional; como a *linha* onde as cidades vão ter seu fim, por mais que a especulação imobiliária esteja empurrando cada vez mais suas construções sólidas para as malemolentes areias destas áreas, a ponto de uma tecnologia ousada de uma certa arquitetura e engenharia terem feito alguns países se estenderem, literalmente, sobre os mares, através de ilhas artificiais ou projetos semelhantes, a exemplo dos Países Baixos.

Mas, durante muito tempo, como um dia o Mediterrâneo foi o centro da Europa⁷⁴, o litoral o foi para a América portuguesa. Por motivos inumeráveis, por mais que salientes sejam o fato de ali se concentrarem os primeiros núcleos populacionais e ser também o ponto de partida e chegada dos navios que ligavam essa porção de terra ao velho mundo. Concomitantemente, suas verdejantes florestas ou ressequidos sertões poderiam ser considerados as margens dessa fatia do Império Português. Longe de desejarmos-nos anacrônicos, no contexto ao qual nos remetemos, se a cidade de Brasília tivesse sido referida, pensada ou construída, seria não no centro do Brasil, mas em uma de suas margens.

E nesse intuito de manter como centro o litoral, já que a expansão europeia assumiu um caráter econômico que reservou para o litoral e o interior diferentes funções na estrutura mercantil de produção⁷⁵, é que determinados recantos foram sendo - de modo pacífico quase nunca - ocupados. E não é surpreendente, na verdade é quase redundante, dizer que o que chamamos hoje de “Rio Grande do Norte”, teve seu interior povoado em nome da cana-de-açúcar. Neste processo alguns bois foram postos capitania a dentro, e junto a eles, os homens⁷⁶ a caçar os *sem espíritos* e desalmados índios, para que a boiada-carne-pele-força e leite, pudesse ser tudo isso em outros espaços, distantes do litoral, e a cana ser açúcar daqui para o além mar, tornando o espaço sem fronteiras dantes no território dos currais⁷⁷.

⁷⁴ Ver: BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 1983.

⁷⁵ MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense**. 2005. p. 60. Para uma leitura mais específica sobre estrutura mercantil de produção consultar obras-sínteses de história do Brasil de Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior ou Celso Furtado.

⁷⁶ Sobre os conflitos que aconteceram no interior do Rio Grande entre luso-brasílicos e os índios, ver: LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2008. p. 127 – 161; MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 2007. p. 45 – 58. MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. 2005. p. 95 – 106 e MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da capitania do Rio Grande**. 2007.

⁷⁷ MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense**. 2005. p. 59.

Em um ponto desse interior do que então era conhecido como Capitania do Rio Grande, seria plantado, pelo coronel Manoel de Souza Forte em 1700, um arraial de nome Queiquó, elevado a foros de povoação em 07 de julho de 1735, a Povoação do Caicó. Este mesmo povoado seria alçado a categoria de vila em 31 de julho de 1788, sob o nome de Vila Nova do Príncipe. Em 16 de dezembro de 1868 a vila passaria então a condição de cidade: a Cidade do Príncipe.

É provável que o nome da Vila *do Príncipe* tenha sido escolhido em virtude de, em 11 de setembro de 1788 ano oficial de criação da vila ter sido o mesmo em que faleceu o Duque de Bragança, tendo o “Rei Clemente”, futuro D. João VI do Brasil, que se tornar o sucessor ao trono da coroa portuguesa. Por homenagem estendida é que o nome da cidade também será *dado* a D. João VI. No Jornal *O Povo*, por ocasião de mudança do nome da cidade, diz-se:

Todos sabem que o nome de Príncipe foi dado a esta localidade, pelo facto casual de ter coincido a criação desta Villa com a epocha do nascimento de Pedro I de trágicas memorias. O povo, porem, durante dois séculos foi sempre surdo a esta injustiça e descabida homenagem do cortezanescos espirito monarchico e só conhecia a nossa povoação *Caicó*, nome da primeira fazenda que existio no lugar⁷⁸.

No entanto, o nascimento daquele que seria o primeiro imperador do Brasil, esse de trágicas memórias de quem fala o jornal, se deu no ano de 1798, logo, dez anos após o povoado se tornar vila, impossibilitando que a homenagem se desse em louvor a sua data natal. Para outros⁷⁹, a elevação de povoado à vila tem um outro interesse muito claro, que não apenas homenagear: por preceder em uma década à fundação de novas vilas no Rio Grande do Norte, não por coincidência, à fundação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, precisamente em 1759. Essas vilas deveriam cumprir com três funções, visando a integração do território da colônia por meio de três vieses: o social, o econômico e o territorial,

⁷⁸ **O Povo**. Sabado. Cidade do Seridó. 18 de fevereiro de 1890. Ano 2, n. ?, p. 3. O Jornal *O Povo* foi fundado no ano de 1889 por José Bernardo, junto a um grupo de jovens acadêmicos de Direito da Faculdade de Recife, dentre eles, o mais importante para o semanário foram Olegário Vale, Manoel Dantas, Janúncio da Nóbrega Filho. Foi o primeiro órgão de imprensa da região do Seridó do Rio Grande do Norte. Com simpatia pelas idéias republicanas era esse jornal a expressão dos ideais de uma elite letrada, que sentia a necessidade de divulgar suas idéias. As referências a esta fonte, de modo geral, seguirão o seguinte esquema: Título do Jornal, lugar, data, ano, número e página. No entanto, em algumas situações específicas, quando o Jornal substituir por exemplo o nome da Cidade por “Zona Seridó” ou “Estado do Rio Grande do Norte”, como tomando estas espacialidades como suas áreas de influência e seu publico leitor, a referência será adequada, custando tais mudanças.

⁷⁹ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**. 2009. p. 423 – 424.

respondiam portanto a outros interesses que não homenagens aos membros da Coroa, sua função seria, nesta perspectiva, também, unidade de produção e comercialização já que sua localização possibilitava controle, comunicação e comércio.

Neste capítulo que se segue nosso objetivo é, a partir do Jornal O Povo e de alguns Códigos de Postura, traçar o perfil que se pretendia para esta cidade a partir dos anos 1880, entendendo essa década como período de mudanças sociais importantes, questionando que planos foram traçados para aquela territorialidade e para os sujeitos que ali residiam e problematizando como autores eruditos *representaram* o espaço e a cidade em seus escritos.

É possível que a cidade em questão tenha surgido como fruto de uma pequena fortificação que fora erigida em torno do ano de 1683⁸⁰, em virtude da necessidade de proteção dos colonos em guerra com os índios, conhecida por Casa-Forte do Cuó, que ladeava o então Rio Acauã, depois Rio Seridó, supostamente em área que hoje faz parte do Bairro Penedo. A mesma casa-forte também teria sido chamada de Casa-Forte do Seridó ou do Acauã⁸¹.

Se ali, em meio a tantos rochedos, tivessem sido plantadas as sementes que dariam origem a referida cidade, teria razão, inclusive em relação a esta cidade, Emanuel Araújo⁸² ao discutir sobre o cenário urbano das cidades coloniais. Para o autor, era medieval a insistência portuguesa em escolher-se para os sítios matrizes de suas cidades, não as planícies, mas os relevos altos e de difícil acesso, onde as ruas que dali se desdobrassem seriam, necessariamente, tortuosas e irregulares, espaços penosos para se alcançar e perigosos para se descer, neste sentido, não seriam diferentes a Cidade do Príncipe, que se *originaria* sobre os penedos altos que ladeavam o Rio Acauã e outras cidades da América Portuguesa, como Olinda e Salvador, ou de outras parte do Império Português, como Goa, Macau e Luanda, ou mesmo Funchal. Todas essas cidades formadas por serpenteantes ruas, fruto da *liberdade* com que eram construídas as edificações à portuguesa.

⁸⁰ MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense**. 2005. p. 76.

⁸¹ As primeiras doações de terra que contemplariam essa parte da província possivelmente datam de 1670 e/ou 1676. Conforme: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. "Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó". In: **MNEME**. 2004. p. 1, 2 e 4; GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo**. 2001. p. 17. Também faz referência a Casa-Forte do Cuó: MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense**. 2005. p. 74 – 76.

⁸² ARAÚJO, Emanuel Oliveira de. **O teatro dos vícios**. 2008. p. 30, 31 e 36.

O urbanismo renascentista dos séculos XVI e XVII, baseado nos padrões de proporção e princípios arquiteturais do romano Marcus Vitruvius Polio (Marco Vitruvius Polião), não foi preocupação das autoridades portuguesas, o urbanismo à lusitana se fez diferente daquele das cidades da América espanhola, submetidas desde cedo a regras fixas e esquemas geometrizarantes, que evitaram, obviamente, os labirintos intrincados que se poderiam, e podem, encontrar em qualquer Salvador, Ouro Preto e Rio de Janeiro, que cresceram sem planejamento, a torto e a direita, a esquerda também, em um esquema indefinido e desenhos espontâneos que ganhavam forma a partir do momento em que iam sendo erguidas as paredes.

Caso a Cidade do Príncipe tivesse se originado ao redor de uma hipotética “capela anterior à atual catedral de Sant’Ana (...) construída nas proximidades do Poço da Casa-Forte do Cuó, a Capela da Senhora Santana do Vale do Acauã (...) benta⁸³” em 1696 pelo frei Antonio João do Amor Divino, paroquiano de Olinda-PE, corresponderia em sua forma ao perfil descrito por Emanuel Araújo, mas não foi isso que aconteceu. Ainda segundo o historiador Helder Macedo, citando Olavo de Medeiros Filho, a antiga capela “viria a ruir, pelo final do século XVIII”, mas antes disso, em 26 de julho de 1748 a cartografia religiosa era ratificada sobre o espaço, nessa data, fora instalada a Freguesia da Senhora Santana do Seridó, desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, Paraíba⁸⁴.

Seria, portanto, em torno de um outro templo, supostamente construído em substituição a capela supracitada, que a cidade se desenvolveria. Diferente do que Emanuel Araújo descrevera como sendo o modelo da cidade colonial portuguesa, a nova área escolhida era de relevo plano, não pedregoso ou acidentado como aquele em que estavam localizados a Casa-Forte e a capela, a coincidência com o primeiro ponto ficava por conta da aproximação com a fonte de água, o rio, que lhe custaria, graças a uma junção não muito feliz, de relevos baixos ou planos com as margens de uma fonte fluvial, em futuras enchentes que não pouparão nem o templo religioso em torno do qual nasceria a cidade.

No entanto, feita essa digressão temporal sobre a construção histórica da Cidade do Príncipe, poderíamos dizer, não para causar surpresa, que não é ela,

⁸³ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. “Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó”. In: **MNEME**. 2004. p. 5.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 6; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da capitania do Rio Grande**. 2007. p. 33.

esta cidade, o nosso objeto de estudo, ou mesmo o recorte espacial deste trabalho. E por que não?

Primeiro, entre os anos de 1880 e 1900 não há uma cidade que responda por Um nome, entre 1868 e 1890 este espaço será chamado de “Cidade do Príncipe”, por motivos que já tentamos explicar, após isso, precisamente em 01 de fevereiro de 1890 terá por alcunha “Cidade do Seridó”, reivindicando para si o nome de todo um território: o Seridó, que posteriormente será reconhecido por região, como chama atenção Muirakytan Macêdo⁸⁵. Sobre esta última mudança de nome da cidade há uma notícias na imprensa:

o ilustrado governador deste Estado, por decreto número 12, datado de 1 do corrente mez, acaba de satisfazer um dos mais ardentes anhelos da população seriodense, mudando o nome extemporaneo de Cidade do *Principe*, pelo nome indígena e popular de Cidade do Seridó (...) O nome de seridó dado a esta cidade é preferivel ao de Caico, não só por ser aquele mais geralmente conhecido, como também por ser esta cidade a mais importante da zona, a quem compete, portanto, o nome de Seridó. Salve Cidade do Seridó⁸⁶!

Poucos meses após essa acalorada justificativa para a mudança do nome da cidade, dando a entender que “do Seridó” ela permaneceria para sempre, em 07 de julho do mesmo ano, será rebatizada “Caicó”, que até hoje permanece.

A complexidade toponímica da cidade a qual nos referimos, não foi se reduzindo com o tempo, apesar de oficialmente Caicó, ainda é a “Cidade Rainha”, a “Rainha do Seridó” e “Cidade de Fé e Alegria”, alusões encontradas na imprensa, *marketing* de eventos e em logomarcas comerciais e propagandas políticas, algo semelhante com o que acontece com Campina Grande na Paraíba, a essa foram emprestados epítetos que se prestam a fixar no imaginário campinense uma valorização positiva da cidade, como: Liverpool Brasileira, Capital do Trabalho e Rainha da Borborema⁸⁷.

E não somente nos *veículos* comerciais aparecem títulos para a cidade, na licença poética há passagens que nos transportam para uma cidade fora da América, fora do tempo em que esse continente foi alcançado pelos europeus, ao invés do século XVII, Caicó seria a “mesopotâmia sertaneja⁸⁸”, um lasca de terras permitida ali pela generosidade de dois rios, o Seridó e o Barra Nova, uma aproximação entre a civilização antiga que viveu em uma porção de terra delimitada entre os vales dos

⁸⁵ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**. 2005. p. 142.

⁸⁶ **O Povo**. Cidade do Seridó. Sabado, 18 de fevereiro de 1890 – ano II – nº? p. 3.

⁸⁷ CABRAL FILHO, Severino. **A cidade desejada**: Campina Grande, imagens e história. 2009. p. 49.

⁸⁸ Ione Rodrigues Diniz Moraes. **Seridó**. 2004.

rios Tigre e Eufrates, como um dos berços da civilização, por volta do VI milênio antes de Cristo.

Ou ainda Caicó seria uma dádiva do açude Itans, o “Nilo Sertanejo⁸⁹”. Assim como o Egito, que assimilara sua riqueza das águas tranbordantes de *humus* do rio que lhe banha, Caicó teria absorvido a *força, perseverança e seus homens fortes das águas barrentas* do Itans.

Mas, o que queremos dizer com isso, com essas informações a respeito da toponímia da cidade, da relação tecida entre este cartografia e outras distantes no tempo e no espaço? Nosso objeto, a cidade, será mais de uma na forma como era chamada, podendo o leitor encontrar referências diferentes para designar, supostamente, o mesmo espaço, em nosso recorte temporal: Cidade do Príncipe, Cidade do Seridó e Caicó. Sublinhemos então que mais do que simples vontade de mudar os termos através dos quais nomeamos os espaços, tornando-os territórios, fazemos deles o objeto de nossos interesses, deste modo, Comarca, Freguesia e Vila, nomes diferentes que se deram a mesma localização geográfica, indicam o domínio que determinados grupos pretendem sobre o espaço, para tanto utilizam-se de uma linguagem que lhes é particular como uma forma de garantir sua força sobre aquilo que pretendem ter como seu. Por assim dizer, não há *uma* cidade que seja objeto deste trabalho.

Podemos afirmar então que o esforço de nomear indica uma das formas de domínio sobre o universo ao nosso redor, e neste sentido não podemos esquecer dos rituais que no ocidente são eleitos para nomear, a exemplo: o batismo católico-cristão, o golpe violento da garrafa sobre o casco do navio, as fachadas incomuns do comércio. Nominar é de fato um ato de poder sobre alguma coisa ou alguém que passa a se chamar e portanto a ser reconhecido pelo nome que se lhe dá. O nome é substantivo e em alguns casos adjetivo, por vezes exprime circunstâncias de lugar, tempo e modo, recorrendo a locuções adverbiais de intensidade, e afirmação ou negação. A toponímia dos espaços, podem a partir desta ótica, revelar os interesses que no tempo os fizeram ser reconhecidos pelas formas como o são, em alusão a vegetação, a influência religiosa, formações rochosas, vias fluviais, fauna ao interesse de grupos econômicos ou de poder político.

⁸⁹ Verso de entrada do capítulo 4 da obra “Â penúltima versão do Seridó”. p. 168.

Se faz da cidade *território* quando a ela se dá um nome, ou quando a renomeiam, e o termo território na apreensão etmológica de sua raiz significa exatamente “terra que pertence a alguém”, ou que é delimitada por uma jurisdição ou por outra terra. O território é a espacialização das relações sociais, é uma produção, o espelho da ação dos homens sobre o espaço, deste modo, ao ser batizada Cidade *do Príncipe* ou do *Seridó* a mesma cidade se torna ou se mostra campo de batalha de interesses sociais diversos, seja pela homenagem a um sistema, ao seu concorrente ou mesmo pelo interesse em produzir uma identidade ou identidades sociais.

Mas não somente por isso, a cidade, ainda, não é nosso objeto, por que nenhuma cidade é somente uma, todas elas, as cidades, engendram em si uma infinidade de espaços, conectados ou dissonantes, paralelos ou antagônicos, que as fazem, além da obra máxima da engenharia humana, verdadeiros *palimpsestos*, sintomas disso é a indicação da sensação de aversão e afeição em relação a mesma cidade, ou seja, simultaneidade do sentimento de topofilia e topofobia⁹⁰, atração e repulsa na/da cidade. Cada cidade é então um mosaíco, é um todo que responde pelo nome de cidade, e é tão fragmentada quanto as experiências que se dão nela, como bem traduziria Calvino ao afirmar que “(...) cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem formas, preenchida pelas cidades particulares⁹¹”. Perceber a cidade como um palimpsesto⁹² implica dizer que sua paisagem é formada de acúmulo e superposições, essa é uma metáfora, uma imagem arquetípica para a leitura do mundo, para dizer que é preciso desfolhar, fazer uma arqueologia para perceber as marcas desse acúmulo.

Ainda não poderíamos dizer que a cidade é nosso objeto por uma razão de ordem prática, não é o território da Cidade do Príncipe, somente em sua acepção de centro urbano mais importante da Freguesia, mas o território que era abarcado pela Comarca do Seridó⁹³, que tinha a Cidade do Príncipe como sede, que não se limitava apenas à cidade, se estendia pelos municípios já listados na introdução, que é nosso objeto de estudo.

⁹⁰ MARANDOLA Jr., Eduardo. “Lugar e território: entre a topofilia e a topofobia”. 2003. p. 200.

⁹¹ CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. 1990. p. 34.

⁹² PESAVENTO, Sandra Jatthy. “Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto”. 2004. p. 25 – 26.

⁹³ Lei provincial de n. 365 de 19.07.1858, com denominação de Comarca do Seridó. Instalada em 1859. CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 1984. p. 296.; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense**. 2005. p. 109.

Quando o emprego de termo município é utilizado, já indica-se uma concepção da unidade da cidade e seu entorno, e considerar estas *margens*, nos distancia de um história que José de Sousa Martins critica, que tem sido escrita do centro para a periferia, uma perspectiva elitista, o autor afirma, usando São Paulo com exemplo, que “mesmo quando se estuda a história da classe operária, que sempre viveu nos bairros e no subúrbio, prevalece esta orientação (...)”⁹⁴ em que o centro é o recorte privilegiado, destarte, como diria Fábio Sousa, “já se escreveu muito sobre a cidade do Estado, que demonstram uma atração cogênita pelos arroubos heróicos de parte da elite⁹⁵”, é hora de fazer história de outras cidades, sem ser preciso sair dessas de que já se escreveu, a das elites, ao contrário, olhando para elas mesmas, com um olhar desconfiado de quem pergunta se foi mesmo o rato que comeu o último pedaço de queijo e colocando qualquer das respostas em investigação, é hora portanto de entender que as cidades são multifacetadas.

E é exatamente por acreditarmos que há mais de uma cidade, ou há plurais espaços em uma mesma cidade que este trabalho foi um dia proposto. Partindo desta premissa, nos questionamos que perfil de cidade se pretendia para a Cidade do Príncipe nos anos 1880.

Alguns autores afirmam que a partir dos anos 1880⁹⁶, o movimento cultural da Cidade do Príncipe aumentou, em virtude da nova dinâmica econômica inaugurada pela produção e comercialização do algodão, plumas que já davam sinais, segundo Macêdo, de que superaria o açúcar no papel ocupado por este na receita estadual, que também tornaria visível o Seridó Potiguar até mesmo na política nacional. Além disso, essa movimentação também poderia ser percebida por que se consolidaria a estrutura urbana, segundo Sandra Assis⁹⁷, o casario ao redor da matriz se expandia e passou a abrigar “outros logradouros públicos de relevância para a vida social como a agência postal, a Escola Primária, a Comarca, o Mercado, a Prefeitura e o 1º Cartório Judiciário”, também a imprensa escrita que nascia, ali, naquela época através do Jornal *O Povo* (1889 - 1892), um periódico de vida curta, durará cerca de

⁹⁴ MARTINS, José de Sousa. Subúrbio. **Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**. 2002. p. 9.

⁹⁵ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade**. 2001. p. 4 – 7.

⁹⁶ MACÊDO, Muirakytan Kennedy. **A penúltima versão do Seridó**. 2005. p. 168 – 169; 175 a 204. ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **Jornal das Moças (1926 - 1932)**. 2002. p. 43. ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. In: **Revista Mneme**. 2002. p. 114.

⁹⁷ ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. 2002. p. 114 e 121.

três anos, seis meses e dez dias, encerrando suas atividades no dia 19 de setembro de 1892, que no entanto nos deixou quadros ressonantes de que cidade se desejava.

1.1. Uma cidade para *O Povo* e um povo para a cidade.

O período em questão é marcado por uma batalha simbólica pela fixação e *progresso* de uma nova *ordem*⁹⁸ e a cidade não escapa aos interesses daqueles que desejavam instituir um novo espaço naquela velha cidade, ou mesmo uma nova cidade naquele velho espaço. É preciso sublinhar que os editores do Jornal ao qual nos referimos imaginavam-se em um momento de mudanças, se sentiam “na época evolucionária sob a impressão dos *mysterios*; no grande século XIX⁹⁹”, neste sentido, se colocavam em posição de crítica àqueles que, *hypocritamente* acreditavam que a salvação comum estava na *missa*, que a *confissão* era o único meio de conciliação e que o *purgatório* era a chama ardente que queimavam os espíritos maus no além túmulo, refletindo de certa forma a cisão que distanciava a Igreja e o Estado a essa época.

Vivia-se, pelo menos aqueles que tinham acesso às cadeiras da Faculdade de Direito de Recife, a única escola de estudos jurídicos do norte do Brasil, em um universo de “crenças nas leis, fenômenos naturais e sociais, a humanidade caminhava para o futuro radioso¹⁰⁰” e era nesta direção que os planos tinham que ser guiados, de contribuir para o progresso.

Neste cenário, como estudantes desta Faculdade, estavam os editores do Jornal *O Povo* Diógenes Celso da Nóbrega, Janúncio da Nóbrega Filho e Manoel Dantas. Estes três intelectuais tinham entrado em contato com os ares de tudo aquilo que era conhecido como “ciência moderna” e seu desenvolvimento, é provável terem conhecido as escolas filosóficas, políticas e jurídicas mais em voga na Europa do final do século XIX. Segundo Almir Bueno¹⁰¹, receberam todo o impacto da influência do evolucionismo darwinista, nas versões cientificista e sociologizantes de Hebert Spencer e principalmente Ernst Haeckel, então predominantes na Faculdade.

⁹⁸ MACÊDO, Muirakytan Kennedy. **A penúltima versão do Seridó**. 2005. p. 141.

⁹⁹ **O Povo**. Cidade do Príncipe. ? de setembro de 1889. Ano 1; n. 2(7)? p. 3.

¹⁰⁰ BUENO, Almir de Carvalho. **Revisitando a História do Rio Grande do Norte**. 2009. p. 94.

¹⁰¹ Idem, p. 94.

Desperta interesse o fato desta Escola, criada por decreto imperial de D. Pedro I em Olinda, ter sido palco de expansão do movimento que levaria D. Pedro, o segundo, a tomar o Atlântico como caminho para a Europa. Sua criação remonta ao início do século XIX¹⁰² e foi uma das duas inaugurada no Brasil, a outra era a localizada no Largo de São Francisco, a de São Paulo. Seu movimento cultural, em especial os debates em torno das discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época, remonta a um tempo em que os bacharéis analisavam e debatiam sobre todos os temas sociais, que depois seriam objeto mais específico das discussões dos antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Seu nome anda em paralelo, na produção cultural, intelectual e o progresso da ciências sociais no Brasil, junto com a Escola de Medicina da Bahia.

Apesar da formação em Direito, a mais reconhecida, era também escola de filosofia, ciências e letras, e fez com que muitos não precisassem viajar a Coimbra para receber instrução nestas áreas. Os articulistas do Jornal O Povo viveram no universo destas discussões e Diógenes Dantas era ciente de que vivia um momento de evolução na história do homem, em seus escritos cita autores como Stuart Mill, Spencer e o desenvolvimento que Darwin teria dado a teoria desses dois, afirmando que evolucionismo e transformismo andariam juntos e deveriam ser aplicados a política dos Estados. Eram leis-naturais, mas também sociológicas, era “a lei mais eminente do grande sábio inglês Darwin, a lei da seleção¹⁰³” natural.

Podemos dizer então que havia a idéia de que era a culminância da tendência natural do século às reformas que estavam acontecendo. Evolução social e república andavam de mãos dadas, como afirma Bueno em obra já referenciada. A cidade era o palco vivo onde essa evolução se daria, e nela, a imprensa contribuiria para o desenvolvimento físico, moral e intelectual do povo, como fica patente nesta fala de março de 1889:

(...) nossa meta é a evolução social e o desenvolvimento physico, moral e intelectual d’O Povo. Em todos os terrenos atacaremos as irregularidades sociaes. Seremos inexoráveis em profligar os erros e atacar os preconceitos, desfazer os sophismas e derrocar as superstições em toda ordem de idéias¹⁰⁴.

¹⁰² Carta de Lei de 11 de agosto de 1827 assinada por D. Pedro I e intitulada de “Carta de lei de criação dos cursos jurídicos de Olinda e São Paulo”. Em Olinda a Faculdade só seria inaugurada em 18 de abril de 1828.

¹⁰³ Em correspondência a`O Povo em 14 de janeiro de 1890. Em: **O Povo**. Cidade do Príncipe. Sabado, 25 de janeiro de 1890. Ano 2, n. ? P?.

¹⁰⁴ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 09 de março de 1889. Ano 1, n. 1, p. ?

A imprensa, especialmente O Povo, seria então o canal através do qual as noções de civilidade e evolução se disseminariam, por ser um espaço privilegiado, capaz de adaptar-se ao “meio não culto (...) acanhado (e) afastados dos centros civilizados¹⁰⁵” em que viviam seus idealizadores.

Esse meio acanhado de que falam deveria estar, portanto, sob a vigilância da Câmara Municipal, que dentre os cuidados necessários teria que *manter limpas as ruas, praças e becos*, que estavam, segundo denúncia de 1889¹⁰⁶, *sendo convertidos em monturos*. O asseio era considerado condição necessária para a *salubridade pública* e as boas condições da sociedade, embora a “afirmação da higiene como a ideologia das transformações urbanas da virada do século esteve[esse] longe de ser um processo livre de conflitos¹⁰⁷”. Mas para O Povo não bastava somente a limpeza, que fossem também estabelecidas multas para os infratores que porventura viessem o sentido destas considerações.

E como que confirmando o que previam os articuladores do jornal, de que seriam os orientadores para o desenvolvimento social, e de que era necessário um cuidado especial com as questões da *hygiene publica*, a Câmara Municipal, na sessão 19 do ano 1889¹⁰⁸ tornou ponto de sua pauta o útil asseio das vias urbanas, deixando claro, entretanto, que não dispunha de recursos para executar o esmero das ruas, becos e vielas.

Esta não foi a primeira e nem a última vez em que o jornal O Povo, se pondo no lugar de guia através do qual uma instituição como a Câmara poderia seguir, obteve resposta dessa última. No exemplar de 23 de março de 1890, *animados pelo dever e direito*¹⁰⁹ que tinham de representar os interesses da cidade, o jornal condena *o fatal vício do jogo* e seus efeitos deletérios. Após essa matéria ser publicada, não muito tarde, em junho do mesmo ano¹¹⁰ é publicada outra matéria comunicando que a Câmara Municipal daquela cidade *prohibio os jogos de parada, sob multa de 2\$000 aos jogadores e de 8\$000 ao dono da casa*. A resposta de uma instituição como a

¹⁰⁵ Idem, p?.

¹⁰⁶ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 09 de novembro de 1889. Ano1, n. 30, p. 2.

¹⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. 1986. p.36.

¹⁰⁸ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 23 de novembro de 1889. Ano 1, n. 3?, p?.

¹⁰⁹ **O Povo**. Cidade do Seridó. 23 de março de 1890. Ano 2, n. ?, p. 4.

¹¹⁰ **O Povo**. Domingo, Estado do Rio Grande do Norte – Zona Serido. 8 de junho de 1890. Ano 2, n. 11, p.2.

Câmara aos anseios dos articulistas do jornal talvez fosse responsável pela forma como aqueles se reconheciam, como tendo o

(...) o direito e o dever de condennar os vícios, de combater o mal, de fustigar-o e fazel-o envergonhar-se de si. No caráter de jornalista (...) temos o direito e o dever rigoroso de denunciar, julgar e criticar os fatos ou ascoos que afectam a moralidade publica e causticar desapiedadamente toda espécie de grangrena moral que corrompa o corpo social. (...) Peja-nos confessar, mas a verdade deve ser dita toda inteira e é essa nossa missão na imprensa¹¹¹.

Essas são situações que reforçam nosso argumento de que o jornal O Povo nos dá a ver o perfil da cidade que se desejava neste período em que a república tentava se fazer forte em lugar da cambaleante monarquia. Mas a construção de uma cidade não se daria independente das transformações daqueles que nela tinham seus lugares, a rigor, a mudança do espaço sinaliza transformações nos hábitos dos seus sujeitos, isso demonstra o caráter cultural do espaço, sua dimensão humana¹¹².

Os articulistas puseram no papel um desenho tímido do que Certeau estruturaria como sendo o pensamento sobre o urbano quase um século depois, referindo-se a cidades em outro contexto temporal e social, mas que se aproxima da realidade de qualquer cidade. Este autor elabora a noção de que são os ocupantes da cidade, *seus usuários*, que a configuram¹¹³, mesmo que suas práticas sejam estranhas a geometria em grade dos urbanistas e planejadores urbanos, são as operações de quem a usa que lhes dá forma, algumas até deformam o planejado.

Com essa raciocínio Certeau confirmaria uma fala de um importante historiador que lhe antecederia, quando esse último afirma que “a uniformidade social não detém tanta força que dela não consigam escapar certos indivíduos ou pequenos grupos¹¹⁴”. Há uma pluralidade de interesses e experiências tão complexas na cidade que mapeá-los ou controlá-los é algo praticamente impossível, mas isso não desencoraja os projetos de urbanização, limpeza, ordenamento urbano e controle da criminalidade, esse jogo de poderes que por si já criam as matrizes entre o que é certo e errado, mas para Certeau é algo impossível ao urbanista articular a racionalidade do concreto com os sistemas culturais múltiplos e fluídos por que há

¹¹¹ “O dever do Jornalista”. **O Povo**. Cidade do Príncipe. 24 de agosto de 1889. Ano. 1, n. 25, p. ?.

¹¹² Sobre essa discussão ver: CORRÊA, Roberto Lobato. “A dimensão cultural do espaço: alguns temas”. In: **Espaço e Cultura**. Ano 1. Out. 1995.

¹¹³ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1998. p. 171.

¹¹⁴ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. “A crítica”. 2001. p. 115.

diversas “maneiras de utilizar o espaço [que] fogem à planificação urbanística: capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaços vazios...”¹¹⁵

Neste sentido, os articulistas d`O Povo escreveram textos que apontam para o que precisava mudar nas sociabilidades e hábitos das pessoas, descreveram *um povo para a cidade*. Esses *relatos*¹¹⁶ do que poderia mudar para que uma nova cidade pudesse emergir tem *uma dimensão criadora, organiza, seleciona* e atribue sentido a um espaço que *pode ser* através do que nele é, e do que dele é feito.

Os relatos, especialmente os de autoria de Manoel Dantas, que entre 1885 e 1890 bacharelou-se pela Escola de Direito de Recife, já foram utilizados, com singular apuro, na problematização¹¹⁷ a respeito da elaboração da imagem do homem sertanejo, um sujeito que teria respondido ao *meio* duro em que vivia se tornando um resistente, imagem e semelhança entre espaço e homem.

Para Muirakytan Kennedy¹¹⁸ o esforço de produzir uma imagem do homem sertanejo no Seridó potiguar remete a um período de crise da indústria pastorícia, justificada pelos *efeitos deletérios das constantes secas*, quanto pela queda do preço do gado no principal centro consumidor dos produtos da pecuária exportados do Seridó, a cidade de Recife. Ironicamente, o algodão nascera durante as secas de 1877, 78 e 79 e junto a queda da pecuária desejava a elite que caísse também a imagem de que o sertanejo era rude como a natureza que o cercava, justo em tempos que Darwin era muito bem acolhido no pensamento científico.

Ao contrário do que possa imaginar, o que o historiador¹¹⁹ identifica é que para ser *seridoense* era preciso deixar de ser *sertanejo*, pelo menos no sentido corrente do último termo, vez que este era sinônimo de ante-progresso e nisso, se o darwinismo se distanciava em um lado, se aproximava do outro, mas triste daquilo que o seleção natural/social deixasse a margem, e não era nesta posição, de margem, que a elite do *ouro branco* se pensava. Se o sertanejo era um problema para o desenvolvimento, coube a Manoel Dantas a crítica ao atraso, usando como ferramentas o darwinismo social e o positivismo comteano difundidos pela Escola de Direito de Recife, cuja concepção de história era a da evolução do homem e das sociedades cujo modelo austero era o europeu.

¹¹⁵ CERTEAU, Michel de. “Espaços e práticas”. In: _____. **A cultura no Plural**. p. 33

¹¹⁶ Idem, p. 199.

¹¹⁷ MACÉDO, Muirakytan Kennedy de. “Espaço da superação”. 2005. p. 123 a 164.

¹¹⁸ Idem, p. 133 – 35.

¹¹⁹ Ibidem, p. 143, 145, 147.

No entanto, antes de Manoel Dantas utilizar-se do Jornal O Povo para essa crítica, outros articulistas escreveram sobre que povo nasceria neste tempo de mudança em que viviam, desenhando os planos de uma gente ideal para a cidade. Neste sentido, tomamos uma direção paralela àquela tomada por Muirakytan, percebendo o que haveria de ser feito para que o homem deixasse de ser sertanejo e abraçar o progresso, mas também o que não poderia ser feito. Nossa questão é, que perfil era preciso para habitar a cidade imaginada?

E neste sentido, não somente o europeu era tido como modelo para a construção do povo do Seridó, do povo para a Cidade do Seridó, para a cidade que era a mais importante da zona sertaneja/Seridó¹²⁰. Se viviam em um *meio não culto*¹²¹, era preciso que se *americanise*¹²² (americanisasse) tanto as pessoas deste lugar como o próprio brasileiro, pela sua *inexperiência e ingenuidade*, próprias de um *povo jovem*.

Era indicado nesta edição um problema do povo brasileiro, sua juventude, sua falta de evolução no tempo, do que o americano se diferenciava, por isso deveria servir de exemplo ao povo da Cidade do Seridó. No entanto, da mesma forma como dizia as boas vindas ao tempo de mudança, os articulistas reafirmavam valores dos quais não queriam se ver longe, como se observa nesta passagem: a família “objeto de veneração e respeito. Constituída nos moldes da família primitiva, onde imperava a vontade absoluta do chefe e portanto seu egoísmo (...) era mais livre, e, em vez de autoridade, havia respeito¹²³”. A família aqui é referenciada com saudosismo, o mesmo homem que apontava a dureza como atributo e problema, creditava no *bom senso*¹²⁴, no caráter “ordeiro e manso¹²⁵” “do povo másculo e viril do Seridó¹²⁶” para combater a “perversidade dos costumes¹²⁷”. São então duas imagens recorrentes no jornal, a de uma cidade que atualiza as mudanças pelas quais o século passa e um povo que as incorpore. No entanto, este *desejo da cidade* não é algo presente apenas nesta fonte.

¹²⁰ **O Povo**. Cidade do Seridó. 18 de fevereiro de 1890. Ano 2, n. ?, p. 3.

¹²¹ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 09 de março de 1889. Ano 1, n. 1, p. ?

¹²² **O Povo**. Cidade do Príncipe. ? março de 1889. Ano 1, n. ?, p. 4.

¹²³ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n. ?, p. 1.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 17 de agosto de 1889. Ano 1, n. 24, p. 1.

¹²⁶ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 28 de julho 1889. Ano 1, n. ?, p. ?.

¹²⁷ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n. ?, p. 1.

1.2. A cidade e a norma(lização/lidade): com quantas normas se faz uma cidade?

A cidade como território é o espaço da disputa, se configura através dos embates que em torno de seu domínio são tramados. Se os intelectuais formados pela Escola de Direito de Recife imaginaram uma cidade a partir do seu lugar de fala, com base em sua formação sócio-acadêmico-pessoal, que nos comunica do contexto histórico em que estão inseridos e da forma como esse aparece em seus textos, há por sua vez um outro espaço de fala, os documentos que são oriundos da Câmara Municipal.

Esta instituição, que por vezes foi referenciada pelo Povo, na tentativa de sobre a cidade plasmar seus desejos, também empreendeu ações no sentido de organizar o espaço ao seu próprio modo, tentando configurar a cidade. Através dos Códigos de Postura projeta a cidade ideal, nas resoluções, códigos e leis definindo o que era permitido e proibido, tanto em termos de comportamento, como em termos de edificações (residenciais e comerciais e públicas).

Ao analisar estas posturas municipais, além de uma preocupação com a forma como a cidade era erigida, a organização, alinhamento e nivelamento das suas ruas, a altura das calçadas, também se percebe um cuidado com as sociabilidades entre as pessoas que ali residiam ou estavam passageiramente, de modo especial no que diz respeito à práticas que pudessem gerar violência ou desconforto público.

A ação das pessoas na rua era uma preocupação constante, por isso proibiu-se em 1884 o uso de “espingarda, clavinote, bacamarte, garruncha, pistolla, revolver, espada, sabre punhal, lança suco, cacête, faca de ponta, gazúa e qualquer aparelhos próprios para roubar”.

Com estas interdições, possivelmente, acreditava-se que era possível eliminar os riscos de crime, violência e morte. Com esse objetivo, também a mesma Câmara propôs à Assembleia Legislativa Provincial¹²⁸, que aprovou em 1884, o pedido, uma

¹²⁸ Em 1834, por meio de um Ato Adicional à primeira Constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I em 1824, que não previa poderes legislativos às Províncias do Império, cria-se as Assembleias Legislativas Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos Gerais. As Assembleias tinham a função de legislar sobre assuntos municipais e provinciais. Posteriormente, com o advento da República e a mudança das Províncias para Estados, passaram a se chamar Assembleias Legislativas Estaduais e os seus representantes os Deputados Estaduais.

regulamentação para o mercado público da Cidade do Príncipe. O regulamento¹²⁹ considerava temas como limpeza, presença de ébrios e loucos, pernoite e outros pontos mais que dissessem respeito a questões de bom comércio e bons costumes. Dentre outros pontos, uma limitação dizia respeito a questão dos horários em que se poderia frequentar àquela *casa de mercado*, que ia das seis da manhã às sete da noite, neste horário, a todos era permitido o ingresso naquele estabelecimento, sendo vetado, no entanto, a ébrios e loucos¹³⁰, que poderiam ser dali expulsos por um fiscal, ou qualquer autoridade policial, *para cumprimento da Lei*. Era também digno de multa e prisão aquele que, de acordo com o Artigo 05, pernoitasse na Casa de Mercado, a menos que fosse *reconhecidamente uma pessoa de bons costumes*. A questão dos horários não era preocupação exclusiva referente ao Mercado, também às Posturas deixam claro que era proibido, *expressamente*, conservar abertas, fossem na cidade ou em suas povoações, lojas e tabernas além das dez horas da noite, exceção se fazia para as noites da Festa de Sant'Anna e para as festividades do Natal. Os fiscais e policiais que encontrassem um *contraventor*, poderiam prendê-lo, o mesmo teria que pagar uma multa de elevado valor¹³¹.

As restrições ao consumo de bebida alcoólica sempre foram assunto entre as autoridades administrativas do Brasil, em alguns períodos mais que outros, pelo fato da bebida estar quase sempre vinculada ao mundo da desordem. A sua utilização no Brasil de outros tempos estava atrelado tanto a receitas de cura como ao crime e toca em pontos relevantes da vida como medicina e religião, farmácia e folclore, amor e alimento. No Brasil colonial por muito se confundiu produtos de origem vegetal, animais e minerais, usados normalmente como remédios. Neste contexto a palavra drogas referia-se mais especificamente a “um conjunto de riquezas exóticas, produtos de luxo destinado ao consumo, ao uso médico e também como ‘adubo’ da alimentação, termo pelo qual se definiam o que hoje chamamos de especiarias¹³²”, do que a substâncias alucinógenas como hoje significam.

Não havia, concluem Carneiro e Venâncio, no Brasil Colonial, uma distinção muito fixa entre droga e comida, como em algumas culturas não há entre remédio e alimento. No entanto, essa definição vai sendo projetada ao longo dos séculos até

¹²⁹ Lei Nº 918. 14 de março de 1884. Assembleias Legislativas da Província do Rio Grande do Norte. Presidente em exercício: Francisco de Paula Salles. p. 66. LABORDOC/CERES/UFRN.

¹³⁰ Idem, Artigo 01.

¹³¹ Idem, Artigo 28.

¹³² CARNEIRO, Henrique.; VENÂNCIO, Renato Pinto (Orgs.). **Álcool e drogas na História do Brasil**. 2005. p. 14.

que questões ligadas ao consumo de substâncias não produzidas na metrópole, como vinho e aguardentes oriundas de outra fonte que não a cana-de-açúcar, vai ajudar a dizer o que era ou não droga.

No contexto ao qual no referimos, a partir de 1880, já se remetem à bebida alcoólica com toda a propriedade de quem sabia o que era ou não droga, o que poderia ou não acionar uma população que “comparecia nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo de desordem, vadiagem e *embriaguês*¹³³”. Segundo José Murilo de Carvalho, embora tenhamos que considerar a sua propalada simpatia pela monarquia, era época de quebra dos valores antigos e costumes mais soltos, pelo menos no Rio de Janeiro de então, “o pecado popularizou-se e personificou-se¹³⁴”.

A ligação entre bebida e estímulo aos sentidos, ao imaginário da felicidade, prazer sexual é que fez das drogas objeto de interesse político e econômico. O domínio sobre o comércio das substâncias inebriantes representou e representa fonte de poder e riqueza, por isso a disputa pelo monopólio de seu controle e normas de uso. Seu consumo, durante o período colonial, também posteriormente, era sinônimo de perigo à sociedade, fazendo com que do lado de cá do Atlântico fosse sempre vinculado a imoralidades. O consumo de bebida foi normalmente vinculado aos desvios, segundo Luiz Mott¹³⁵, em vários processos dos sodomitas luso-brasileiros referências ao consumo dessas substâncias em estratégias de sedução, encorajamento e mesmo durante os atos sexuais.

Se de fato o hábito de beber cachaça era generalizado entre as classes mais humildes, como sugere Algranti¹³⁶, sendo inclusive comprada clandestinamente por escravos, justifica-se mais uma vez as proibições ao seu consumo, pelo receio de que, encorajados pela bebida, esses homens poderiam fazer.

Certo é que além da presença de bêbados nas ruas ser proibida a partir de um determinado horário, algumas atividades que poderiam ser desenvolvidas a noite também eram vetadas pelas Posturas Municipais, os

¹³³ CARVALHO, José Murilo de. “O Rio de Janeiro e a República”. In: **Revista Brasileira de História**. 1985. p. 120.

¹³⁴ Idem, p. 126.

¹³⁵ MOTT, Luis. “In vino veritas”. In: CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato Pinto (Orgs.). **Álcool e drogas na História do Brasil**. 2005. p. 47.

¹³⁶ ALGRANTI, Leima Mezan. “Aguardente de cana e outras aguardentes”. In: **op. Cit.** p. 83, 85 e 88.

theatraes, cosmoramas, dansas de corda, mágicas, comedias ou outro qualquer divertimento, que chame a atenção popular nesta cidade, e povoações do município, sem obter da camara uma licença, pela qual pagará a quantia de quatro mil réis para o cofre, e no caso de infracção seis mil réis de multa, ou prisão, por seis dias, guardados os regulamentos policiaes.

Certamente, sociabilidades viáveis eram aquelas em que a família pudesse estar presente, como notícia de 1890 nos dá a ver:

Soirée na noite de 23 do corrente o Dr. José de Sá reuniu em suas casas diversas familias desta cidade, tendo proporcionado-lhes um noite amena e de intima familiaridade. Tanto S. S. como sua Exm.^a Sr.^a foram incansaveis em dispensar atenção de cordialidade aos convidados¹³⁷.

Para além destas restrições, em documentos avulsos e manuscritos da época, entre 1884 e 1889, ficam ainda proibido de acontecer na Cidade do Príncipe bebedeiras, jogos, como “bilhar, xadrez, damas, gamão, dominó e vésperas” também os carteados como solo, espadilha e outros; tiros para o alto, jogos de cartas com dinheiro e mesmo falar “palavras obscuras e ações idolentes¹³⁸”, coisa que muito se via quando da briga de mulheres, nesta situação eram abundantes os insultos verbais, “que por comprometerem a honra a dignidade e desqualificar a insultada, tais insultos ensejavam pendengas que iam parar na justiça¹³⁹”.

Além de proibidas às palavras que ofendessem à moral, também eram vetadas “publicidades de vulgarização de pasquim, ou quaisquer papeis que ofendam a religião e a moralidade pública”¹⁴⁰.

Não é por acaso que esses fragmentos de posturas, leis, códigos e normas foram reproduzidos neste texto, eles sustentam o nosso argumento que há um desejo por uma dada cidade, um interesse de que ela corresponda a uma cidade ideal, uma cidade imaginada. Esse sonho de uma cidade que assuma uma forma típica acaba por sobreviver nos escritos, no patrimônio e na memória. Sobre este aspecto, Sandra Pesavento afirma que as cidades possuem essa força do imaginário e de qualificar o mundo. Para a autora, essas representações da cidade são capazes de

¹³⁷ **O Povo**. Cidade do Seridó. 29 de junho de 1890. Ano 2, n. 14. ? p.

¹³⁸ Avulsos, manuscritos, página 07.

¹³⁹ ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. 2002. p. 149.

¹⁴⁰ Idem, p. 08.

nos soar como verdadeiras, vez que chamamos o mundo real aquele que nos chega pelos sentidos, que nos permitem compreender a realidade¹⁴¹.

A Cidade do Príncipe aparece nas Posturas Municipais como um corpo a ser regrado, limpo e educado, não por acaso, suas intenções centram-se no controle da cidade enquanto materialidade e enquanto espaço da moralidade, que precisa ser limpo em diferentes dimensões. Há um medo que se percebe por trás dos escritos, um medo da noite, do que nela pode ser feito, da bebida alcoólica e dos bêbados, dos loucos e de um modo geral, de uma virtualidade pulsante e desviante. Se as ruas eram para ser retilíneas, as vidas que ali tracejavam o espaço teriam de assim o ser também. Por isso as posturas definem os espaços a serem praticados, mas também os horários em que isso pode acontecer, deste modo, o Mercado, como centro de encontros, compras, comércio e troca, com todo o potencial de sociabilidade que um espaço como este representa, era alvo de um olhar metrificante, tanto do que ali poderia ser vendido e como isso deveria acontecer, aludindo a pesos, medidas e preços, mas também, quem, quando e quais pessoas poderiam ali ficar durante o dia e a noite.

Um aspecto a ser mencionado, os jogos e as festividades, como as peças de teatro e dança, eram também motivo de preocupação para as autoridades policiais e fiscais que em nome da Lei poderiam prender e multar os desregrados, caso não apresentasse licença. Assim também poderiam agir em relação ao *porte* de armas que pudessem ser usadas em furto ou violência de qualquer tipo, denotando uma preocupação com a propriedade particular e pública.

Os códigos nos dão a ver que modelo de cidade se quis para a Cidade do Príncipe, para a cidade que homenageava a um príncipe. Certamente estes recursos não foram únicos desta espacialidade, na mesma documentação consultada, pode-se encontrar referências aos códigos de Acary e Jardim, o que nos remete ao que sublinha Bernardete Flores¹⁴², o encontro com a documentação nos apresenta narrativas que simultaneamente falam de uma cidade e de muitas cidades, que nos leva também a uma questão, falamos de cidade ou de cidades?

É possível que façamos os dois, mas é preciso marcar, recortar, como diz Flores, é preciso pensar a cidade enquanto tema, como uma costura de espaços, de

¹⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”. 2007. p. 11.

¹⁴² FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. “Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)”. 2007. p. 268.

reverberação de falas, dos (des)encontros, cidades dentro de cidades, “um fim e um começo, mas sempre a cidade”.

E nesse espaço ninguém passa em branco, nem na cidade e nem nos relatos que dela são feitos. Se existiu de fato a perspectiva de que a cidade pudesse ser diferente do que era, mais bonita, organizada, limpa, bem visitada, bem ocupada, há um personagem que no meio do povo deveria se fazer notar de um modo especial, ou não se fazer notar: a mulher, ou as mulheres. Se era o de silêncio o lugar que deveria ocupar, temos nossas dúvidas.

1.3. Mulheres *da vida* na cidade e mulheres *para a vida* na cidade

Como já se disse, havia o medo da noite, do que nela se poderia fazer. Um dos receios era das vendedoras de amor, mulheres que comercializavam a ilusão através do seu corpo, dando a cobrar aquilo que somente se poderia oferecer em nome do matrimônio e do nascimento. Mas elas não causavam furor apenas a noite, tanto é que entre os *indigentes* ocupados na construção da Casa da Câmara da Cidade, muitas eram as *cauzas* que estavam contribuindo para o “desenvolvimento da prostituição. A Comissão [responsável pela obra] tinha se esquecido de separar meninas e mocinhas do grupo das mulheres publicas, que sem respeito a innocencia das donzelas, conversa[va]m desbragadamente entre si¹⁴³”. Aquelas mulheres misturadas entre moças, homens, rapazes eram um atentado à cidade e a moralidade, *a virgindade tinha direito a ser por todos respeitada*, inclusive por aquelas que não dava-lhe o menor valor, ou lhes atribuía outro sentido.

As prostitutas além de ofenderem valores cultivados com muito afincio pela igreja católica e a família, como a virgindade e os bons costumes, ofendiam a projeção de uma cidade que tinha por modelo sociedades desenvolvidas no tempo como a europeia e a americana, como se nestas as prostitutas não existissem.

Outros serão os escritos a mencionar as mulheres no Jornal O Povo, especialmente os escritos por Manoel Dantas sobre a mulher sertaneja. Segundo Muirakytan Kennedy, Dantas reconheceu a necessidade dela influir no convívio social,

¹⁴³ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 9 de novembro de 1889. Ano 1, n. 30, p. 2.

rompendo com o enclausuramento doméstico que lhe era de costume, ganhando espaço, mas limitando-se a algo que começava pela cozinha e não passava da sala¹⁴⁴.

Para Manoel Dantas a mulher sertaneja tinha *qualidades nobres* que a tornavam *respeitável e respeitada*, embora seu espírito girasse *em torno de uma esfera de erros* e nisso talvez residisse o problema, por que a família daquele tempo, *já abria suas portas ao convívio mundano*¹⁴⁵ e uma vez inclinadas pela sua natureza, uma porta aberta poderia soar como um convite irrecusável. Essa preocupação com o comportamento das mulheres era especialmente direcionado para as brancas e ricas, visto elas serem “preparadas para exercer o papel da esposa e mãe e seu espaço era restrito a casa, espaço privado e familiar¹⁴⁶”, aí, na casa, elas eram consideradas o alicerce da boa moral e com bases nos princípios cristãos e no que aprendiam com as mães, é que serviam aos seus homens e garantiam a sobrevivência da ordem vigente, assegurando a imagem para si construída de boa filha, mãe e esposa.

A República dará novos contornos a essa mulher que tem no verbo *servir* o tema da sua vida, ela servia aos filhos, ao marido, a Igreja e somente servindo aos outros era que servia para si, caso saísse desse traçado não serviria para mais nada, a não ser como referência de maus exemplos.

Um dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República, é provável que graças a isso Manoel Dantas tenha desejado abrir frestas para a inserção da mulher na sociedade. Segundo José Murilo de Carvalho, a monarquia, representada pela figura do rei era naturalmente masculina, posta a chão restava um vazio, a figura que ocuparia o espaço vazio seria exatamente a feminina. A inspiração teria vindo de Roma, onde a mulher já era símbolo de liberdade, daí a “figura da primeira república trazer a efígie de uma mulher de pé, vestida a moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio¹⁴⁷”.

A lança era uma arma popular, representava a presença e força do povo no novo regime. Para os positivistas, “que julgavam ter chegado a hora de exercerem a tutela

¹⁴⁴ MACÉDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**. 2005. p. 150.

¹⁴⁵ O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40, p. 1.

¹⁴⁶ ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. In: **Revista Mneme**. 2002. p. 132.

¹⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. 1990. p. 75.

intelectual sobre a nação a que se julgavam destinados¹⁴⁸, na escala de seus valores que construíram, vinha em primeiro lugar a *humanidade*, depois a *pátria* e por último a *família*, e a mulher representava idealmente a humanidade, essa lógica vê-se nas palavras de Manoel Dantas: a mulher destas bandas de cá era *honesto em seu dever, dedica-se até o sacrifício*¹⁴⁹, era nisso, a mulher, uma figura altruísta¹⁵⁰ e poderia fornecer à base na nova sociedade.

Embora tenha sido essa a percepção de alguns sobre o papel renovador que a mulher teria em um período de mudanças na história, no Brasil, a penetração desse imaginário no cotidiano da população encontrou impecílios, pela falta da participação objetiva das pessoas no processo da *proclamação* dessa era de mudanças, na análise de José Murilo de Carvalho, o alcance desse imaginário ficou restrito a seus participantes/criadores e

O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência do envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio, como foi particularmente o caso da alegoria feminina¹⁵¹.

Ratificando de algum modo a fala dos autores, os valores que recortavam a mulher a partir de uma nova ótica encontravam ecos nas vozes de alguns mais céticos nas mudanças naturais da história e noutros encontrava a ironia como suporte para entender, ou não, as transformações históricas. O Ministro do Império José Cesário de Faria Alvim Filho, deputado para a 20ª legislatura (1886-1889), a última do Império, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, declarou *aos quatro cantos*, para desagrado do *bello sexo*, que

as mulheres não têm o direito de votar: o governo proíbe-lhes que mettam o bedelho na *cosinha* política, e recommenda-lhes que ponham o maior cuidado nos arranjos domésticos e na educação dos bebês; que dividam methodicamente o tempo entre a dispensa, a machina de costura, o berço e o piano. Dar-lhes o direito de votar seria dar a cada marido o direito de votar duas vezes; e os numerosos pelintras, que têm uma namorada em cada rua, disporiam de mais votos que o Sr. Nobre da Ilha de Governador e o Sr. Malvino em Campos dos Goytacazes¹⁵².

¹⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República". In: **Revista Brasileira de História**. 1985. p. 124.

¹⁴⁹ O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40, p. 1.

¹⁵⁰ Segundo José Murilo de Carvalho, essa foi uma palavra criada por Comte e a mulher era para ele quem melhor representava este sentimento. **Op. Cit**, p. 81.

¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. 1990. p. 141.

¹⁵² **O Povo**. Zona Seridó - Estado do Rio Grande do Norte. 01 de junho de 1890. Ano 2, n. 10, p. ?.

A declaração do ministro, que a exemplo de outros entrou em descrença na monarquia tão logo vira a república iminente, traduz o sentido do feminino para alguns representantes do Império e da monarquia. O espaço feminino, por excelência, deveria ser a cozinha, e não qualquer cozinha, a dos assuntos políticos era área proibida ao seu acesso, por outro lado, a máquina de costura, o berço e o piano, bem como o bebê estavam para ela como o voto estava para o homem. Agora nos perguntamos, qual das damas que se submetiam a essa lógica que não apresentava problemas de coluna, afinal, sentava-se para costurar e tocar, se curvava para o berço e para o fogão e ainda tinha que aguentar o *peso* do homem a orquestrar o que deveria fazer pelo resto do dia, o *bello sexo* deveria ser além de *bello*, torto.

Mas não eram todos, mesmo entre os republicanos, que desejavam uma mulher indo a sala e saindo a rua, ainda prevalecia o desejo por uma

... menina sisuda,
E que a todos trate bem;
Trabalhe e converse pouco,
Não sorria com ninguém.

...

Quero que seja educada,
Amável, séria e modesta;
Getil, docil, carinhosa,
Não goste, porém, da festa.

...

Mas é preciso que ela,
Dirija bem uma casa,
Seja jeitosa, gordinha,
E que cheire bem na brasa¹⁵³.

Estes eram os predicados que um anônimo esperava de uma mulher, ele escreveu em poesia para *O Povo*, nela ele despede-se dizendo quais são as condições para a sua esposa, que não se importa do casamento se realizar apenas no civil, uma alusão a nova forma de matrimônio que a República vem inaugurar, e prefere que seja morena, pois as loiras *amarelam como gema* ao passar do tempo, por fim, que não seja ciumenta.

¹⁵³ *O Povo*. Zona Seridó - Estado do Rio Grande do Norte. 22 de junho de 1890. Ano 2, n. 13. p. 3.

Difícilmente este casador encontraria moça com todas estas *qualidades*, talvez uma atriz as reunisse, mas no palco da vida haviam aquelas que as condições da própria existência não lhes davam outra escolha que não usar a rua, a exemplo, “as mulheres pobres, [que] muitas vezes obrigadas a prover o sustento de seus dependentes desempenhavam inúmeras funções na cidade. A rua era seu território de ação. Alguns lugares públicos eram das mulheres por excelência, como a cacimba, a praça e o mercado¹⁵⁴”. Que homens se interessavam por esta “mulheres da rua”, da rua por decisão que não era exclusivamente sua? O que acontecia com estas mulheres que ao invés de aprenderem com a mãe “a terem um comportamento manso e tolerante” aprendiam outras coisas no espaço público? A rua não era, a priori, para as mulheres, ali, segundo Assis¹⁵⁵, predominava o ir e vir das

escravas com o lixo das casas ou das mucamas com os potes de barro na cabeça em direção às fontes d’água (rios e cacimbas), das lavadeiras com suas trouxas à cabeça carregando os filhos menores pelas mãos; das vendedoras que ofereciam seus produtos às janelas das casas.

Normalmente esse era um outro desenho de mulher, mesmo em meio a uma sociedade em que lhes legava um papel secundário nas decisões públicas, ocupavam um espaço importante na sua própria história, eram donas de seus próprios destinos e por mais diferentes que fossem do padrão que se desejava, branca, servil e com pouco sorriso na face, é possível que também sofressem de coluna, por um esforço que era mais familiar às escravas. Essas, pobres e trabalhadoras, além de tortas, corriam o risco de não serem consideradas membros do bello sexo.

Certamente eram mais visadas pelos homens que desejavam aventuras fora de seus casamentos, dispostos a encontrar uma *Zefinha* qualquer, que diante de seus pais fizesse cara de santa e por trás fosse capaz de agradar com mimos ao seus pretendentes, e mais uma vez fazemos uso da licença poética publicada no jornal O Povo como forma de perceber os possíveis anseios dos homens daquele tempo:

¹⁵⁴ ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. In: **Revista Mneme**. 2002. p. 116.

¹⁵⁵ Idem, p. 139.

Gosto muito de Zefinha,
Por ser sosinha demais;
Sabe fingir de innocencia
Na presença de seus pais.

É muito feliz quem ama,
Cousinha que ama *innocente* assim
Na presença de seus paes,
Não olha nunca p´ra mim

Porem na ausecia destes
E da sinha (sua tia)
Faz mimos e faz caretas,
Dansa, canta e assobia.

A tarde quando ella brinca,
Pelos muros ou quintaes
Já tenho visto ella dar
Até saltinhos mortaes¹⁵⁶.

O escritor destas linhas, que assinava como Cazuzza era a figura de receio dos pais, um homem que fizesse sua filhas saltarem por suas costas pelos muros e quintaes, que seduzisse as candidatas ao casamento. Manter a filha no trajeto retilíneos que as levava ao bom casamento era provavelmente uma tarefa difícil, de acordo com o ressenhecimento de 1872, a maior parte da população da Cidade, 66%, constituia-se de pessoas solteiras, imaginemos essa quantidade de homens e mulheres a procura de pares para fazer coisas que não se devia antes do casamento. Tanto era um exercício dos mais difíceis manter as moças *puras* até o matrimônio, por tentação de um Cazuzza solteiro como de um homem casado disposto a reviver os tempos em que não era preso a uma senhora, e esta última figura não era coisa rara, como adverte este outro poema d`O Povo:

O homem que for casado
Não se metta com namoro;
Pois, tão grande desaforo,
Não tolero.

...

No fim de conta à [mulher] caseira
Mette o pau.

...

Briga a mulher com o marido
E a namorada.

...

¹⁵⁶ **O Povo.** Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40, p. 4.

E Fica esta [última] diffamada¹⁵⁷.

As mulheres na Cidade do Príncipe deveriam estar para os afazeres que a ligavam a vida doméstica de um modo umbilical. Sua possibilidade de contribuir para a evolução da sociedade em que estavam inseridas era exclusivamente através da educação dos seus filhos, por isso tinha como principal responsabilidade manter a ordem e a moral sobre os filhos, principalmente as filhas. Deveriam conservar distantes de si os exemplos de mulheres que usavam a rua e o espaço público para outras atividades que não fosse ir a missa ou as festividades religiosas.

Se estas mulheres da vida na cidade eram um perigo, também o eram os homens que porventura procurasse no colo de uma dozele o sossego para seus anseios sem desejar casar. Na mesma medida em que se anunciava uma transformação que trazia o progresso para a ciência, a sociedade e a política, se denunciava um avizinhamo de costumes mundanos que atingiam em cheio costumes familiares bem antigos, e desses, nem em nome do progresso se abria mão.

A cidade é então um espaço estilhaçado entre o que deseja à Câmara, os articulista do Jornal O Povo e o interesse das pessoas. Pensar a cidade a partir de seus diversos territórios nos conecta com experiências que não são somente de afetividade com o espaço, pode nos levar a uma prática do espaço que se desenvolva na contra-mão disso, a territorialidades da violência, da prostituição, do crime. Uma investigação da cidade a contrapelo suscita que práticas desmoralizantes possam ser pensadas como produtoras de espaço, como força para a configuração de *territórios marginais*.

E a historiografia é uma esfera privilegiada para se perceber como se dão os jogos pelo poder sobre o espaço, para entender como os territórios são erigidos através do tempo, neste sentido, cabe-nos questionar como uma certa escrita definiu o espaço da cidade em que nos detemos neste texto, como traçou as territorialidades e se posicionou a respeito do espaços não-centrais.

Selecionamos alguns textos importantes para ensair respostas à estas perguntas, eles atendem alguns critérios, a começar, pela anterioridade em que foram escritos, um deles, de 1877, portanto, três anos antes da data em que elegemos como ponto de partida para o nosso recorte, o que não invalida a sua inclusão aqui. Outro

¹⁵⁷ **O Povo**. Cidade do Príncipe. 29 de junho de 1889. Ano 1. n. 17. p.3.

predicado é o fato de todos eles de algum modo serem atravessados pela problemática dos espaços, seja em uma dimensão mais física ou mais sensível, por isso não tratam a história como se ela fosse suspensa apenas sobre os fios do tempo, neste textos os homens vivem no tempo e no espaço, são históricos em todas as dimensões possíveis.

Antes de entrar propriamente na leitura do textos, é interessante que sejam elucidadas as regras de sua produção, as matizes que os conduziram e as regras de sua escrita, especialmente aqueles ligados ao IHGB.

A criação do IHGB remete ao ano de 1838¹⁵⁸ na capital Rio de Janeiro e diz respeito ao momento em que se pretendia a consolidação do Estado Nacional, portanto, os novos *historiadores brasileiros* tinham de montar estratégias para produzir uma história nacional e apontar os pilares da identidade nacional, inspirado no maior estilo dos congêneres europeus, especialmente o Instituto Histórico de Paris. Outros vinte institutos, que se espalhariam até meados do século XX, se encarregariam das histórias locais e regionais, o do Rio Grande do Norte só seria fundado em 29 de março de 1902. Antes que as academias pudessem ser o lugar de excelência onde o título de historiador poderia ser conferido, eram os Institutos que o faziam.

É marca dessa historiografia perceber a política como ações exclusiva das elites, conforme Circe Maria Fernandes Bittencourt¹⁵⁹, de maneira geral, “os sócios dos Institutos eram representantes dos proprietários de terras, políticos, literatos e intelectuais, das elites”, portanto a compreensão de que as decisões nacionais estavam nas mãos dos abastados é compreensível. A história que se escreve neste período tem na descrição uma forma ideal de leitura dos fatos, em detrimento da interpretação deles, sendo que há uma certa lacuna sobre as informações das bases documentais.

As obras que são fruto dessa década, no Rio Grande do Norte, são “obra seminais”, sua matriz de pensamento é conservador e procuram construir uma certa identidade para o Estado.

No entanto, há obras escritas sobre o Rio Grande do Norte que antecedem, ou são paralelas no tempo àquelas consideradas a “obra seminais” de História desta cartografia, algumas, certamente sobre a influência e apoio do IHGRN. Essas obras

¹⁵⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “O ofício do historiador”. 2006. p. 18.

¹⁵⁹ Idem, p. 18.

foram publicadas, a exceção de “Breve notícias sobre a Província do Rio Grande do Norte”, posteriormente a data limite do nosso recorte, no entanto, seus autores remetem-se a um passado em que nosso objeto se posiciona, seja por tratar de histórias de homens que viveram antes dos autores ou pelo texto remeter a memórias.

Como exemplo a escrita por Manoel Ferreira Nobre (1824 - 1897)¹⁶⁰, com primeira edição de 1877¹⁶¹, portanto, 44 anos antes da publicação de Tavares de Lyra. Sobre Manoel Ferreira Nobre, “não se sabe onde nasceu ... e pouco ou nada se conhece sobre sua infância e adolescência”, mas foi descendente de uma família tradicional norte-rio-grandense, os Ferreira Nobre, filho do Capitão-mor Manoel Ferreira de Sousa, ocupou cargos de destaque na Província, como vereador, deputado provincial, oficial-maior da Assembléia Legislativa Provincial e Capitão da Guarda-Nacional. O livro foi reconhecido pelo IHGRN, tanto que o reeditou alguns anos depois.

Ainda entre os autores que produzem relatos para os quais perguntamos qual a representação do espaço e da cidade, surge ainda Nestor dos Santos Lima, com publicação de 1937¹⁶². Este autor teve importante papel na política de educação do governador José Augusto e presidiu o IHGRN por 32 anos seguidos, de 1927 a 1959¹⁶³, motivos pelos quais há alguns trabalhos acadêmicos sobre sua atuação. Nestor Lima nasceu em 01 de agosto de 1887 e foi,

formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1909. Nestor Lima sempre esteve dividido entre o trabalho de pesquisa histórica, o magistério, advocacia, a atividade política e a vida cultural da cidade do Natal e do Estado do Rio Grande do Norte (...) ocupou os cargos de Diretor Geral da Instrução Pública e de Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte¹⁶⁴

¹⁶⁰ Informações biográficas presentes na própria edição.

¹⁶¹ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. (1ª Edição 1877).

¹⁶² LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. 1990.

¹⁶³ AMORIM, Sara Raphaela Machado de. “Nestor dos Santos Lima e a Educação Norte-Rio-Grandense no período de 1911-1923”. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. 2006. p. 175-176.

¹⁶⁴ MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. “Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional no Rio Grande do Norte”. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. 2002. p. 01 - 10.

Outra obra analisada foi publicada originalmente em 1941, com autoria de Manoel Gomes de Medeiros Dantas¹⁶⁵, filho de um coronel, nascido em 26 de abril de 1867 na futura Cidade do Príncipe, faleceu em Natal a 15 de junho de 1924. Também formado pela Faculdade de Recife em 1890, vinte anos antes de Nestor Lima, é o mesmo a quem nos referimos pelos textos que escreveu n`O Povo. A exemplo de Manoel Ferreira Nobre, ocupou cargos como Promotor Público, juiz, deputado estadual, Procurador Geral do Estado, professor de Geografia do Atheneu, Diretor de Instrução Pública e Governador eleito pela intendência municipal em 1924 e fundou os jornais: O Povo (1889 em Caicó); O Diário de Natal (1893 em Natal); Estado (1895); dirigiu A República (1897-1900). E está na galeria de honras dos fundadores do IHGRN

O sumário da vida pública dos autores em questão não aparece livre de intenção neste texto, não tem um mero caráter informativo sobre as suas biografias, ele tem a função de denunciar o seu “lugar de produção¹⁶⁶”, lugar este ocupado por estes homens quando escreveram. Esse *lugar* nos informa do contexto social em que estavam envolvidos, das condições e possibilidades de produção de seu texto, os inocentam das vezes em que nós historiadores pretendemos que digam mais do que se propunham a dizer, mas este lugar também os denunciam, das suas ligações institucionais, nos informa de seus interesses pessoais e profissionais e o que liam. Além de praticamente todos eles terem sido formados pela Escola de Direito de Recife, tiveram ligação direta com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o que já os conecta a determinadas formas de pensar o social já discutidas neste texto anteriormente.

Para além deste parentesco intitucional, são *homens*, que descendentes de famílias abastadas acabaram por herdar, além de recursos, os cargos políticos mais importantes na província, fossem vinculados a administração ou a áreas importantes como educação e a Igreja. São estas, informações necessárias para compreensão do que escreveram.

1.4. A cidade é tornada relato e os relatos tornam o espaço em cidade

¹⁶⁵ GOSSON, Eduardo. **Sociedade e Justiça** – O Poder Judiciário do RN. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa. 1998, p. 221. E Página on-line do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte: <http://www.mp.rn.gov.br/memorial/pgj06.asp>

¹⁶⁶ CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. 2003, p. 222

Apesar da qualidade de parte dos transportes no século XIX, na Província do Rio Grande do Norte, o fluxo de indivíduos, alimentos, valores e informações, era, se não constante, uma realidade, tomando como exemplo, as pessoas que eram responsáveis pelo censo das cidades, relato das condições urbanas, por levantar dados para os relatórios dos presidentes da Província, informações úteis a administração civil e organização da Igreja e distribuição de bens e alimentos. Manoel Ferreira Nobre se encaixa no perfil de um destes homens que cruzaram o espaço da província antes de 1877 a relatar as condições geo-históricas desta plaga. Passando pela Cidade do Príncipe se diz encantado com a idade daquela aglomeração. Para ele teria sido fundada em 1645, mas também pela beleza, organização, limpeza, pela boa estética de suas senhoras, que “eram geralmente belas, de costumes puros, sinceras nas suas afeições e fiés aos deveres da família e da religião¹⁶⁷”.

Nobre não escreve um texto diferente daqueles escritos pelos historiadores seus contemporâneos, são os “homens-bons” os personagens principais de sua trama. Nem no papel de coadjuvantes poderiam se encaixar uma certa Maria Raquel da Conceição e Maria Paulina da Conceição. A peça que estas encenam pela cidade torna feio o espaço daquelas mulheres de costumes exemplares. Estas duas personagens, sobre as quais Nobre não se detém, por que também nunca foi sua proposta, foram acusadas de aborto em 1880, crime deveras grave houvera sido praticado por estas atrizes ocupantes de um espaço-outro, estas mulheres disputam a cidade, umas pela moralidade, outras pela possibilidade de romper com o que se espera de uma mulher dentro do contexto do século em questão.

Mas é a narrativa de protagonistas, copiáveis em seus honrados atos, que é confirmada por Manoel Dantas. Se para Nobre são as mulheres do sertão dignas de serem seguidas em seus costumes, para Dantas são os homens “exemplos de virtudes públicas, privadas e modelos para as gerações, vidas dístnas de crônicas¹⁶⁸”, que merecem servir de modelos. Ocupar o espaço-sertão para Dantas, por si só, simboliza ser dono de uma “pureza de sentimentos” e esta é uma qualidade de seus “personagens de outr’ora”. Seus valiosos atores vivem cenas em

¹⁶⁷ NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 1877. p. 68.

¹⁶⁸ DANTAS, Manoel. **Homens de Outr’ora**. 1941. p. 6.

espaços reservados à presidência da província, ricas fazendas e nas milícias. Todos são portadores de sentimentos dignos de cópia, como Tomás de Araújo Pereira, “um dos homens salientes da província, que chegou a administrar como seu presidente efetivo”, dono de uma postura disciplinar diante das “mulheres de vida alegre”, obrigadas por este, segundo o autor, a trabalhar durante a época de semeio do algodão. Era esta uma forma de inibir “seus hábitos e instinto de devasidão¹⁶⁹”.

Aquela que não cumprisse com a tarefa diária, que lhe fosse designada tinha a palmatória a sua espera e na mesma proporção em que faltavam os capuchos para concluir o trabalho seria também o castigo, este seu personagem governava a província com o mesmo pulso forte e *virga ferrea* com que vigiava as *demi-mondaine*. Depois de mais idoso não abria mão da forma como *orientava* as pessoas que lhe rodeavam, em Acari, reunia a família e alguns habitantes para rezar o catecismo, “e quando sucedia de algum rapaz ou famulo não estar bem corrente na doutrina cristã, obriga-lhe o entendimento com algumas duzias de bólos, aplicados com puzo rijo¹⁷⁰”.

Nestor Lima¹⁷¹, por sua vez, esvazia a cidade, embora reconheça em Caicó, o mais antigo e importante município da Zona Seridoense¹⁷². O espaço é libertado dos homens bons de Nobre e das dignas mulheres de Dantas. Lima vê o espaço pelo próprio espaço, daí seus personagens serem os rios, lagoas, lagos, serras, açudes, minério, vegetação, animais e as vias de acesso aos povoados do interior do Rio Grande do Norte. Cada um destes caracteres é ricamente descrito. Apesar de tanto terreno ser apresentado por Lima não há espaço em sua narrativa, por não ser esse o seu interesse, para João de Deus da Costa Silva, seus atos não são dignos do tipo de história que escrevia Nestor Lima, por isso não seriam citados. Em 1896 João de Deus foi acusado pelo espancamento e aborto de uma Francisca de Tal. Tal é a importância de Francisca que o seu sobrenome é exatamente este, “Tal”. Nestor Lima quando é convidado a trazer os homens para sua história o faz listando os “magistrados, promotores, republicanos e administradores” a serem vistos e tornados exemplos.

Os acontecimentos precisam ser grandes para serem relatados por Nestor Lima. É preciso ter a teimosia de um rio, que todos os anos se arrasta até que só lhe

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora**. 1941. p. 7.

¹⁷¹ LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. 1932

¹⁷² Idem, p. 27.

resta a areia esperançosa de sentir-se úmida ou molhada no próximo ano; é preciso provocar sorrisos como a chuva, os lagos, lagoas, e açudes; ser austeros como as serras, ricos como os minérios; serem batalha como aquela travada pelas galhas esturricadas e desnudas de folha do sertão do Rio Grande. Aquilo que se passa nas margens não lhe interessa, já que o centro é para ser visto; é no centro que melhor pode-se ser visto, essas outras coisas que acontecem na cidade são caladas, ficam como que escondidas atrás da vegetação, longínquas na margem de um rio, perdidas em uma serra qualquer, silenciosas em *fontes* inexploradas.

É nessa paisagem de “serras rendilhadas de jurema, rios sem água e campos ressequidos”, nessa cidade em brasas, rústica como suas vizinhas, que o Padre Eymard L’Eraistre Monteiro¹⁷³ relata as suas lendas. Sua promessa é tratar de crônicas soltas, sem preocupações cronológicas (e limitadamente corológicas), embora históricas. O palco dos dramas da memória é a cidade, poética, rústica e localizada no meio do sertão ardusto, aí, ele *passeia* por documentos paroquiais, jornalísticos e provinciais. O padre elenca datas oficiais, nomes de administradores e no interstício disto tudo, também, não há “violência e espancamento¹⁷⁴” aparecendo no que escreve, não há a contra-regra nesta cidade métrica e bonita, embora não fosse seu objetivo trazer ao que escreve, as cenas de uma cidade que não fosse a que descreve.

Outros textos poderiam figurar neste momento, mas tomamos esses que citamos como peças importantes para a compreensão de que a Cidade do Príncipe, quando mencionada, remete para um lugar onde os sujeitos são exemplares, gentis em seus gestos, bons homens e mulheres dignas. O espaço da cidade é afastado daquelas histórias que poderiam oferecer outro retrato do espaço. Vemos uma disputa pela história da cidade, por uma versão autorizada, por uma face dos territórios que empurre para o lado ou para a margem aquilo que é danoso para a moral.

São textos-relatos, não tratam das questões que nós pretendemos nesse trabalho, não por que falharam em alguma coisa, mas por que, também, nunca foi sua pretensão fazer uma história urbana diferente da que escrevem. Não há, portanto, culpa naqueles autores. Os homens e os espaços marginais não poderia localizar-se ali em suas obras, por que também não se escrevia a história deles ainda. Não

¹⁷³ MONTEIRO, Pe. Eymard L’Eraistre. **Caicó**. 1944. p. 1, 24, 31, 79, 137.

¹⁷⁴ RIO GRANDE DO NORTE, Comarca de Seridó. Processo Crime. 1897. Caicó. 33 p. Manuscrito. LABORDOC – 07/1897 - Processo Crime contra o réu Francisco Guedes do Nascimento, incurso no Art. 303, por Espancamento, tendo como vítima Thereza Maria Sant’anna.

pretendemos portanto cobrar que os autores digam o que não era de seu interesse dizer, mas tentar perceber que seus discursos desenham uma cidade idealizada, um pouco distante daquela que, por exemplo, as fontes nos fazem *ver*.

Ainda vale salientar que os textos destes autores eruditos se encaixam numa linha de preocupação da geografia clássica, em pensar uma descrição mais regional ou local dos espaços, a *corografia*, em diferenciação a descrição geral a qual se propunha a *geografia*. Entre os séculos XVII e XIX essa preocupação taxonômica e descritiva da geografia reunirá muitos adeptos, mas vai ser paulatinamente substituída pela geografia regional.

No Brasil, a obra mais famosa é a “Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil”, obra dividida em dois volumes, de autoria do padre Manuel Aires de Casal e dedicado ao rei D. João VI, foi também o primeiro livro editado no Brasil, no ano de 1817¹⁷⁵.

No caso dos “relatos” sobre a Cidade do Príncipe, devem ser problematizados em relação, a cidade planejada, como bem diria Juciene Andrade, “uma cidade é fruto de estratégias, planos, cálculos, desejos e sonhos¹⁷⁶”, é portanto desejada, mas essa cidade mantém ligações com outra que é aquela do medo e da violência, dos homens infames, das práticas irregulares e espaços do desvio. Uma mesma cidade encerra em seu espaço territórios vários, proibidos, camuflados, permitidos e estardatzados, e que outras fontes poderiam revelar a cidade do pecado, do crime e dos *homens infames*, daqueles que indesejados são silenciados?

Se o jornal O Povo apresenta esta cidade desejada, pretendida por uma elite de recente leitura republicana de seu universo, há por acaso uma outra cidade, indesejada, proibida, de territórios marginais, do desvio, do erro, do inominável incômodo?

Segundo Eugênia Maria Dantas, “A cidade se divide entre o permitido, o público, o dizível, e em outra face oculta, a privada, escondida intra-muros, marginal. Desta só de pode falar sigilosamente¹⁷⁷” e diante deste argumento nos perguntamos, a Cidade do Seridó, onde os homens honrados e mulheres copiáveis

¹⁷⁵ Para maiores informações sobre a obra do Padre Aires de Casal, ver: PRADO JÚNIOR, Caio. “A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal”. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, SP: AGB, (19): p. 71-97. 1955.

¹⁷⁶ ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó**. 2007. p. 19.

¹⁷⁷ DANTAS, Eugênia Maria. **Retalhos da Cidade**. 1996. p. 70.

viviam, também guardava essa face oculta, da qual só se pode falar sigilosamente? E só se pode falar assim, em sussurros, o que autoriza alguém a falar?

Essas são questões que norteiam o próximo capítulo, tendo como fonte os relatórios de presidente da província e processos-crime, e aquele que deixou-nos notícias de uma cidade dos sonhos, o jornal O Povo, que também deixou ver o inverso dessa cidade desejada.

CAPÍTULO 2

OS RELATOS DA CIDADE:

paisagens do medo e da violência na Cidade do Príncipe

2. Os relatos da cidade: *paisagens do medo* e da violência na Cidade do Príncipe

*A reprodução continua de crimes assusta por modo contristador a classe sã da sociedade*¹⁷⁸.

*É pelo medo que se criam significações de bem e mal e que se dividem os espaços de cada um*¹⁷⁹.

No capítulo que a este antecede, por meio da análise do discurso do Jornal O Povo e dos Códigos de Postura problematizamos *o desejo da cidade*, a intenção de determinados grupos sociais, especialmente aqueles ligados ao Jornal e a Câmara, de que a Cidade do Príncipe se tornasse uma urbe de uma estética privilegiada e habitada por sujeitos de bons costumes e comportamentos dignos de cópia. Tracejamos o desenho do que seria o povo ideal para essa cidade, a mulher eminente para esse povo e como escritos de homens eruditos acabaram por ratificar o imaginário de uma cidade romantizada, tranquila, calma e limpa.

A partir deste momento, perguntamo-nos pelos territórios e personagens da cidade que desdizem estas pretensas imagens ou *cidades imaginadas*, vasculhamos a documentação a procura dos territórios indesejados, do espaço ocupado por sujeitos que causam medo e horror, buscamos as faces ocultas da cidade.

Como fontes, elegemos os Relatório dos Presidentes de Província¹⁸⁰, que após 1889 se chamarão Relatórios dos Governadores do Estado, os Relatórios dos Vice-Presidentes, os Relatórios dos Chefes de Polícia, também chamados de Relatório da Repartição da Polícia ou ainda Relatório da Chefatura de Polícia do Estado, o processo-crime do movimento Quebra-quilos e alguns códigos do Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó.

Levantamos a hipótese de que esta documentação produz “paisagens do medo¹⁸¹” sobre a cidade, por vezes sobre a província/estado, pela descrição dos *males* que acercavam o espaço. Nossa definição de paisagem ultrapassa o

¹⁷⁸ RELATÓRIO do Presidente da Província, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província). Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto.

¹⁷⁹ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 109.

¹⁸⁰ A obrigatoriedade das Falas e Relatórios dos Presidentes de Província foi instituída pelo Art. 8º da Lei nº16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional.

¹⁸¹ Ver: TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. 2005.

posicionamento funcionalista que a concebia como sendo exclusivamente um achado visual, um fruto da lapidação de uma natureza primeira¹⁸² pelo homem, logo, concebemos-na como um elemento que vai além da paisagem pela paisagem, do visual pelo visual. Para Yi-Fu Tuan, a paisagem é uma construção mental, assim como uma entidade física mensurável¹⁸³, por que dela o espaço não está ausente ou descolado.

A paisagem é resultado da demarcação, do ato de nomear e imaginar, não pode ser somente aquilo que nos é oferecido à visão, por que sozinho este quadro visual não se nomeia, ela é um produto de associações sentimentais, no caso em específico de nosso trabalho, o sentimento na atmosfera das descrições dos relatórios analisados é o medo. A paisagem é constituída por linhas de poder, ela comunica da vida dos homens, é história e cultura no espaço¹⁸⁴, se forma a partir de camadas de significado, da experiência social no espaço. “Nesta perspectiva, a paisagem aparece como um universo de signos, de dispositivos, de invenções; um manifesto através do qual se pode efetuar inúmeras compreensões sobre a organização do espaço”, por que transborda o limite do visual e se cola a vida do homem em sociedade¹⁸⁵.

Segundo Simon Schama, “para um romano, uma paisagem aprazível era, necessariamente, aquela que havia sido formada, que trazia em si a marca civilizadora e frutífera do homem¹⁸⁶”, ou seja, a civilização clássica sempre se definiu em oposição a barbárie ou ao ambiente e a natureza. Para um homem, da *classe sã da sociedade*¹⁸⁷, que vivesse no Rio Grande do Norte, mas também em outras cartografias, no final do século XIX, a paisagem ideal era aquela que se distanciava desta descrição:

¹⁸² MÉLO, Evandeira Maria de. **Paisagens em foco: leitura fotográficas de Jardim do Seridó**. 2009. p. 36.

¹⁸³ TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. 2005. p. 12.

¹⁸⁴ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. 1996. p. 17, 22, 70, 336.

¹⁸⁵ MÉLO, Evandeira Maria de. **Paisagens em foco: leitura fotográficas de Jardim do Seridó**. 2009. p. 6, 37, 39.

¹⁸⁶ SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. 1996. p. 91.

¹⁸⁷ Ver epígrafe.

Octaviano Bernardo, morto a facadas em luta travada entre este infeliz e tres individuos desconhecidos, no districto de Carnaubal ... João Caetano assassinado barbaramente por dois individuos no município de Flores [Florânia] ... José Pilonho, assassinado por José Lopes, no lugar paraíso na cidade do Assú ... Manoel Claudino, victima de duas facadas em districto desta capital ... João Carlota, morto a facadas, no lugar sertaozinho do municipio de Papary ... Braziliano no município de Ceará Mirim ... Joaquim Mancio Marinho, em rua da cidade de Macahyba ... José Bezerra de Medeiros, assassinado a tiros de espingarda por um grupo de cangaceiros, na Vila de São Miguel de Pau dos Ferros, em frente a casa da Intendencia Municipal ... Manoel Luiz, victima de uma tremenda cacetada, na cidade de São José de Mipibu Geracina Francisca Gomes, barbaramente assassinada, por meio de estrangulação no lugar Timbaúba ... José Monteiro Braga, morto a punhaladas no lugar Canudos, municipio de Mossoró. No lugar Macacos do municipio de *Currais Novos*, Manoel Izidoro Reis foi victima de uma facada ... Ezequiel de Tal assassinado na cidade de Macau¹⁸⁸.

Esta descrição dos crimes e violências que ocorreram durante a presidência, em uma delas, de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nos comunica do clima em que as cidades do Rio Grande do Norte se encontravam à época. São apenas fragmentos agrupados de apenas um relatório, nos demais este panorama de violência é repetitivo, por mais que o discurso dos relatórios seja de que a situação da província/estado seja de sossego e paz.

2.1. Violências além das fronteiras da Ribeira do Seridó

Segundo alguns trabalhos que vêm sendo produzidos sobre as províncias de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Paraíba¹⁸⁹ à época de nosso recorte, o contexto de algumas das cidades destas cartografias não se distanciava muito da descrição que acima fora reproduzida. Por mais que este período, o final do século XIX, seja tido como um momento de sublevações, crises e violências no Norte do Brasil, configurando nas províncias verdadeiras paisagens do medo, para Fabiana Bandeira, não eram apenas as cidades distantes do centro do Império que viviam uma fase de violências, “a corte também era a cidade do medo¹⁹⁰”. A autora alude ao fato de que normalmente, frente a violência, eram necessários soldados das

¹⁸⁸ RELATÓRIO do Presidente da Província, 14 de junho de 1893. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. p. 3, 4 e 5.

¹⁸⁹ Estes trabalhos aparecerão ao longo deste subitem.

¹⁹⁰ BANDEIRA, Fabiana Martins. “Fardados e disciplinados: recrutamento e enquadramento social na Armada Imperial e na Polícia da Corte (1870-1889)”. p. 2 – 3.

forças do Estado Imperial, principalmente com o objetivo de manter a ordem, em uma época que escravos, forros e vadios foram tornados sujeitos transportadores do medo.

Para Bandeira, trata-se de um momento em que novas formas de dominação estão sendo testadas, em sintonia com as políticas dos Estados Nacionais, uma nova ordem política nascia, coincidindo com as sedições provinciais ligadas às camadas populares, insatisfeitas com impostos altos, falta de alimentos básicos e outras más condições de vida.

Uma situação concernente a nova política do Estado e que provocou em diversas partes do Brasil antipatias e conseqüente violência urbana foi a mudança no alistamento nas forças do Estado. Entre as décadas de 1860 e 1870, com a criação da Armada¹⁹¹, uma espécie de força precursora da atual Marinha, diante do “grande obstáculo em formar oficiais e marinheiros em número suficiente para garantir a defesa do território brasileiro¹⁹²”, o Estado optou pelo alistamento compulsório, que provocou insatisfações em praticamente todo Brasil.

Este “sistema militar” com base no recrutamento forçado e em um regime de castigos, segundo Rosângela Maria da Silva¹⁹³, foi configurado ao longo da formação do Império brasileiro, mas sua essência encontra-se no extenso Império Ultramarino Português. A relação de disciplina no interior deste *sistema*, como a manutenção dos suplícios físicos, estava em plena consonância com a atmosfera escravista do século XIX.

Mesmo em 1883 quando o Artigo 80 dos de *Guerra* é reformado, os castigos físicos baseados nas chibatadas, nas pranchadas de espada, nos açoites, nos ferros aos pés ou calceta, entre outros, ainda permanecem, visando assim, o corpo do infrator como principal alvo a ser atingido¹⁹⁴.

Esta forma de *inclusão* dos homens nas forças de defesa do Estado provocará reações violentas, tanto daqueles que eram alvos das *caçadas*, ou seja, os próprios homens, como também de suas mulheres¹⁹⁵. O recrutamento forçado afastava os homens de suas casas e famílias, dos lugares onde habitaram-se,

¹⁹¹ Ver: ARIAS NETO, João Miguel. “Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais marinheiros pela conquista de direitos”. 2001.

¹⁹² Idem, p. 5.

¹⁹³ SILVA, Rosângela Maria da. **De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883)**. 2008. p. 9.

¹⁹⁴ Idem, p. 15.

¹⁹⁵ Ver “Guerra das Mulheres”. In: MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**.

desde jovens, a viver, o que favorecia as deserções, que eram tratadas com o mesmo rigor empregado no processo de recrutamento, para solucioná-las havia tanto promessas de perdão como de morte, “todas em vão¹⁹⁶”.

A antipatia das mulheres se efetivou na Província do Rio Grande do Norte após a aplicação da Lei nº 2 556, de 26 de setembro de 1874, que alterou a forma do recrutamento de soldados para o Exército e Armada¹⁹⁷. Segundo Hamilton de Mattos o recrutamento se tornou um abuso e uma arma política, vez que através dessa lei o alistamento era feito por uma pessoa designada pelo presidente da província, que poderia indicar quem quisesse ao alistamento. “Os boatos correram dando conta de que todos os homens dessa idade [19 a 30 anos] seriam efetivamente recrutados. Outros diziam que era uma nova lei de escravidão para os trabalhadores rurais¹⁹⁸”.

As mulheres de algumas cidades como Mossoró, São José de Mipibu e Canguaretama, receosas de ficarem sem maridos e filhos, invadiram igrejas, destruíram editais e exemplares da Lei. Em Mossoró a reunião teria alcançado o número de 300 mulheres, que chegaram mesmo a entrar em conflito com soldados responsáveis por abrandar o vigor do movimento.

A reação *quase alérgica* dos homens, e mulheres, ao recrutamento, além dos fatores já mencionados, também diz respeito a cultura do período, ao desprezo pelo trabalho manual da cultura ibérica¹⁹⁹ e também à má reputação que as tropas dispunham no seio da sociedade, parte por realizarem elas o mal afamado trabalho com as mãos, mas também pelos elementos sociais que as compunha. Segundo a autora supracitada, as tropas coloniais e suas sucessoras, abrangiam todas as esferas da sociedade livre, as forças se dividiam em três grupos, a saber:

1. Tropa de linha (exército português profissional e permanente, a única força paga).

¹⁹⁶ SILVA, Kalina Vanderlei P. da. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. 2002. p. 9.

¹⁹⁷ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo. p. 39.

¹⁹⁸ Idem. p. 39, 40 e 41.

¹⁹⁹ idem. p. 4.

2. Milícias (tropas auxiliares, serviço não remunerado e obrigatório para civis, que patrocinavam seu próprio fardamento).
3. Ordenanças: É apenas a listagem de toda a população masculina livre, não recrutada pela tropa de linha – homens aptos de cada Freguesia.

Posteriormente estas três esferas seriam fundidas com a criação da Guarda Nacional (período regencial) em 1831, que viu na organização de seu Corpo de Guardas às mãos das elites políticas locais, a possibilidade de certos vícios serem mantidos.

O consenso é que desde muito tempo às forças de manutenção da ordem e tranquilidade pública no Brasil eram absorvidos das camadas marginalizadas da sociedade, portanto, homens livres, indesejáveis, “criminosos, vadios e outros elementos incômodos²⁰⁰”. Alistava-se, conforme a autora, forçadamente, pobres e vagabundos, dispensando-se apenas filhos únicos e os de viúvas, como também os lavradores. Aqueles condenados por vagabundagem eram decerto alvos privilegiados e os fracos, metidos em picuinhas políticas, também não escapavam, sendo indicados pelos senhores mais ricos, tanto capazes de livrar ao recrutamento a pele e o corpo de quem queriam, como também de condená-los.

Em uma primeira leitura parece antitético que as forças de defesa do Estado fossem formadas a partir daquilo que a sociedade pretendia manter distante, como poderiam formar uma Guarda a partir daquilo que lhes trazia medo? A lógica era que essas forças fossem desenhadas a partir dos cidadãos notáveis e boa reputação, no entanto, na prática isso não acontecia, enquanto esses ocupavam os cargos de comando, na proa das Tropas de Linha, os mal-aventurados marginais eram para encher as fileiras das Ordenanças e Milícias (tropas do período colonial), enquanto esta divisão estava em voga.

No entanto algumas ressalvas devem ser feitas, com base no que nos ensina Kalina Silva²⁰¹. Para a autora o projeto político ia além da formação de defesas para o Estado, recrutar estes sujeitos expurgados pela sociedade, fosse pela falta de meios de sobrevivência, fosse pelos crimes cometidos por eles, resolvia duas questões, uma social e outra administrativa. Em outras palavras, tratava-se de acertar dois coelhos com uma cajadada só: o excesso de vagabundos nas ruas das

²⁰⁰ SILVA, Kalina Vanderlei P. da. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. 2002. p. 5.

²⁰¹ idem, p. 8 - 9

vilas no “mundo colonial açucareiro” e nas cidades do Império casava-se com a falta de soldados nas tropas, restava então uma política de recrutamento que apenas forçasse estes homens a agirem em nome da defesa *pública* e do Estado.

Um problema provocado por este tipo de iniciativa do Estado era que se subtraía os homens das casas, os supostos responsáveis pela alimentação da família. Segundo a autora citada, em tempos de recrutamento, os gêneros de primeira necessidade começavam a escassear-se, fosse por falta daqueles que eram fisgados pela polícia, ou pelos que fugiam para os matos.

Esse era um problema que agravava-se em espaços onde os gêneros de primeira necessidade já eram escassos, ou quando o fatores externos tornavam os produtos mais caros. No final do século XIX a queda do preço do açúcar no mercado externo aumentou a massa de homens vivendo miseravelmente²⁰², que revoltavam-se contra o recrutamento militar, o aumento de impostos, o registro civil dos nascimentos e óbitos, o censo geral da população e mesmo contra os novos padrões de medidas²⁰³. Segundo Hamilton Monteiro, que percebe a violência como fruto das contradições econômicas, à nova lei do recrutamento militar (Lei nº 2.556, de 26.09.1874) foi recepcionada na zona açucareira como uma forma de tornar a população livre em escrava, por isso não teria sido aceita facilmente.

Não temos notícias deste tipo de reação na Cidade do Príncipe, e por isso é difícil calcular os efeitos dessa conjuntura sobre esta espacialidade, mas eles existiram. Em Relatório de 1882²⁰⁴, o chefe da polícia da província reclama das dificuldades em encontrar autoridades policiais, tanto para a verificação dos delitos, como para sua prevenção, já que a deficiência das forças armadas era muito sentida na província, e complementa:

A considerável falta de força armada, a negligencia da parte de algumas autoridades policiaes no fiel cumprimento de tão palpitante dever, tem sido a causa de não serem coroadas com mais felizes resultados os meus constantes esforços, e reiteradas ordens para a prisão desses reprobos.

Embora o presidente não se refira exatamente a cidade onde estes *repobros* se encontravam, nos deixa pistas de onde eles eram mais temidos e de sua possível

²⁰² MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo. p. 14.

²⁰³ Idem, p. 25.

²⁰⁴ RELATÓRIO da Repartição da Policia. Secretaria de Polícia do Rio Grande do Norte, 6 de março de 1882. Chefe da polícia: Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães. p. 2

localização. Na descrição do espaço abaixo, *visitamos* indiretamente o nosso recorte espacial:

infelizmente ainda infestam, sobre tudo, as comarcas do alto sertão, limitrophes desta com a Parahyba ... mesmo assim, tenho a satisfação de declarar a V. Exc — que tem sido capturados 53 criminosos, entre elles, os celebres Miguel Mil homens e seu comparsa José Raymundo Chaves.

É aí onde se indica a localização dos homens criminosos que identificamos a Comarca de Caicó, no que seria hoje o limite sul do Estado do Rio Grande do Norte, em fronteira com o Estado da Paraíba. Este não é o único exemplo em que os relatórios sublinham os sertões da província como sendo o espaço onde se escondem criminosos. E é por meio das descrições que apontam o sertão do Rio Grande do Norte, em sua fronteira com a Paraíba, que somos remetidos para a espacialidade que é o recorte deste trabalho.

Um ano antes desta descrição, em 1881²⁰⁵, no quadro “Tranquilidade Pública, segurança individual e de propriedade”, no título “Estatística Criminal”, o presidente da província também esbravejava contra a insuficiência “do corpo policial”, que nas suas atuais proporções não serviria “às necessidades do serviço público”. Esta é uma fala que se repete nove anos depois quando o Rio Grande do Norte já era um Estado da federação. Conforme o relatório de 1890, “devido á falta de soldados que auxiliem nas respectivas diligências, tem a policia deixado de capturar maior numero de criminosos²⁰⁶”.

Ainda quando a localização dos “fascínoras” se dá pela descrição dos ambientes que possivelmente frequentam ou vivem, também apontam o nosso recorte espacial como propício para práticas desviantes. O *interior* da província, neste sentido, é quase sempre indicado como ponto ideal para os criminosos e suas práticas, seja pela distância da capital, a cidade Natal, seja pela geografia extensa da província e seu relevo pouco plano. A geografia da província é vista como castigada, “cheia de intermináveis serras, mata brenhas e esconderijos, que servem

²⁰⁵ RELATÓRIO, 1881. Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado (no relatório seguinte diz que era Satyro de Oliveira Dias). p. 14.

²⁰⁶ RELATÓRIO, 08 de fevereiro de 1890. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Adolpho Affonso da Silva Gordo. p. 4.

de refugio aos cidadãos degenerados ... criminosos ... [que] alarmam os bons cidadãos cuja honra, vida e propriedade estão constantemente ameaçadas²⁰⁷.

Pelo conhecimento que hoje temos da geografia do Rio Grande do Norte, um relevo que se faz em diferentes níveis, desenhados em serras que não se acabam no horizonte, por uma vegetação emaranhada e que por isso facilita bons esconderijos, é uma descrição da área coberta pelo bioma caatinga, bem presente no atual sertão do Seridó, o que nos aproxima ainda mais de nosso recorte através destes relatos de espaço.

Tais relatos são, neste caso, pistas para deduzirmos que a cartografia em que estava plasmada a Cidade do Príncipe era privilegiada para se tornar esconderijos daqueles que punham em perigo a honra e propriedade de seus habitantes, se a distância do centro político da província era um obstáculo a preservação da ordem, a geografia delineada em várias serras, mata encrespada e esconderijos fáceis, formavam o pano de fundo dos acontecimentos.

Mas estes não eram os únicos fatores utilizados pela autoridades para justificarem junto à Assembléia o número alto de criminosos no Rio Grande do Norte. Para o Chefe interino de Polícia e juiz de direito Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves, “a ignorância, a embriaguez e o jogo, são as principais causas a que se atribuem os ataques movidos a vida e a propriedade do cidadão²⁰⁸”. Para comparar com a situação descrita em outras províncias, no que se refere a antipatia pelo alistamento, vejamos ainda o que diz o mesmo Chefe de Polícia, segundo o qual o trabalho regular não era desenvolvido graças a “negligência e pouco zelo [da pessoas a quem] estava confiada a execução da lei militar, e repugnância que voltam-lhes os cidadãos alistados²⁰⁹”.

Além do número insuficiente de alistados, o quadro físico das cadeias da província não era dos melhores, se era “insuficiente a força pública para satisfazer as necessidades de uma província de tão vasta extensão” o que impedia que fosse “garanti[da] a tranquilidade pública, previni[da] a prática de crimes e avultada a captura de criminosos²¹⁰”, as cadeias, inclusive a da Cidade do Príncipe, eram

²⁰⁷ RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província) Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto. Segunrança Individual e de Propriedade – *Annexo N. 1*. p. 2.

²⁰⁸ RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província) Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto. p. 3.

²⁰⁹ Idem, p. 16.

²¹⁰ RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. p. 4.

“verdadeiramente extensos calabouços, sem convenientes accommodations e boa hygiene²¹¹”.

Para o chefe de polícia acima citado, “a reprodução contínua de crimes assusta[va] por modo contristador a classe sã da sociedade”. Os crimes ou a presença de homens tidos por criminosos produziam uma atmosfera do medo, ou melhor, paisagens do medo na província e certamente nas áreas descritas, que se localizavam nos sertões, no limite com a Paraíba, bem onde infundáveis serras e uma mata arrepiada facilitava aos homens de má-fé se camuflarem. Podemos dizer então que o medo era uma emoção bem presente entre aqueles que viveram na Cidade do Príncipe no final do século XIX.

Para viverem no espaço todos os animais, inclusive o homem, devem ser sensíveis aos sinais de perigo, precisam compreender o medo. O medo tem a ver com violência, existente ou suposta, e com a sobrevivência. O medo tem a ver com a própria manifestação da vida, é praticamente impossível vida sem ele. É nesta perspectiva que Yi-Fu Tuan desenvolve algumas de suas reflexões. Para o autor, “o medo pode ser produzido em uma situação e um ambiente ameaçador, ou não²¹²”, é uma emoção para a sobrevivência²¹³.

A Geografia da percepção tem dado vazão ao tipo de análise em que o sentimento de insegurança e o modo como os indivíduos apreendem o ambiente, concebendo o homem como um ser complexo. As paisagens do medo, nesta perspectiva, são infinitas manifestações das forças do caos, naturais ou humanas, se revelam no tempo e logicamente, no espaço, transformando-se ao longo da vida do homem e da história. “De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, por que existe para controlar o caos²¹⁴”.

Mas o estudo do medo, segundo Diniz e Tuan, não é o estudo do retraimento e entrincheiramento, ele procura compreender também o crescimento, a coragem e a aventura. O medo não é um topor paralisante e um obstáculo a tomada de decisões, a vezes pode mesmo ser estímulo potencializador.

²¹¹ Idem, p. 4.

²¹² TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. 2005. p. 7.

²¹³ DINIZ, Alexandre Magno Alves “A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte”. 2003. p. 8.

²¹⁴ Idem, p. 12.

Por outro lado também temos de pensar o uso dessa sensação como arma de poder e manipulação, como forma de subjugar o coletivo, ou simplesmente alertar para o perigo. O Pelourinho e o cadafalso são exemplos claros da configuração de paisagens do medo e mesmo paisagens de punição. No caso em específico dos relatórios dos presidentes de província, a paisagem do medo que por eles é constituída visa chamar a atenção da Assembléia Provincial/Legislativa para a ascensão da violência, para a necessidade de mais homens para a *polícia*, para a preservação do patrimônio das famílias tradicionais, enfim, para que a ordem seja mantida onde o caos é iminente, para que “um estado anormal e de verdadeira barbaria²¹⁵” seja convertido em espaço de honra e de proteção à propriedade material.

A paisagem do medo institui fronteiras, cria um espaço de proteção e outro de insegurança, ou simplesmente o perigo e a possibilidade de segurança. Segundo Alexandre Diniz essas “fronteiras estão em todos os lugares, por que as ameaças estão em todas as partes²¹⁶”, por que as pessoas estão em toda parte, e elas, as pessoas “são nossa maior fonte de segurança, mas também a causa mais comum de nosso medo²¹⁷”.

Nos discursos dos relatórios observamos então a formulação de paisagens de insegurança, espaços do perigo e do medo no período recortado entre 1880 a 1900. Dentro deste panorama, que alguns concebem como uma fase de crise do Segundo Reinado - que por questões de ordem administrativa não dotava a sociedade de meios de sobrevivência, incursionando muitos a viverem em estado de miséria e mendicância - a recusa ao recrutamento compulsório foi apenas uma das formas de reação às decisões administrativas.

Outra forma de reação às medidas imperiais diz respeito a padronização de pesos e medidas pelo qual o Brasil passará nos finais da década de 1870 e início de 1880²¹⁸, se tratando portanto de acontecimentos que deixam seus reflexos e ressonâncias desaguando em nosso recorte temporal.

²¹⁵ RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. Anexo N. 1, p. 2.

²¹⁶ DINIZ, Alexandre Magno Alves “A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte”. 2003. p. 13.

²¹⁷ Idem, p. 14.

²¹⁸ Ver: MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2007. (Especialmente capítulo 4).

A padronização do sistema métrico foi um dos frutos da Revolução Francesa, por alguns estudiosos é tida como um dos recursos e necessidades do avanço do capitalismo²¹⁹. A lei que a regulamentava chegou ao Brasil bem em vizinhança com a nova lei do recrutamento militar, da qual já falamos, e em outras partes do Brasil juntou-se a cobranças de impostos sobre mercadoria que eram vendidas nas feiras locais, o chamado “imposto do chão²²⁰” e, ainda, a Lei dos Censos de 1870, que sublinham, juntas, uma vontade de saber do Império, de quantos e quais recursos humanos se podia contar e usar no Brasil. No caso dessa última lei, a reação de populares e de setores ligados a Igreja Católica, e toda a demonstração de “insatisfações [punham] em dúvida a credibilidade e autoridade moral das instituições civis, se comparadas às eclesiásticas²²¹”, o método religioso sancionado pelos séculos agora era questionada pelo Estado.

Como se pode perceber, as novas leis e medidas tocam em pontos importantes como terra, alimentos e bebidas, através dos parâmetros para superfície, peso e capacidade. No caso da Lei dos Censos, na declaração de quem os sujeitos eram e o que faziam. Estas normas oficiais não estão descolocadas de contexto, são peças de engrenagens maiores que incluem uma nova linguagem, um momento histórico de construção de séries e padrões, cite-se como exemplo o esperanto, a organização dos fusos horários e a linguagem estatística, iniciativas do século XIX.

O século XIX é o da tentativa de unificação dos padrões, procura-se por simplicidade e universalidade, são medidas que traduzem uma necessidade de prever, de adiantar resultados, de pôr fim as arbitrariedades de sistemas de medidas diferentes, é do contexto a máxima: “um só rei, uma só lei e uma única medida²²²”. O comércio e as comunicações eram beneficiados com isso, o controle das medidas tinha a ver com o controle de preços, de mercadorias, de conhecer demandas e esquematizar planos.

Especialmente sobre a padronização dos pesos e medidas no Brasil as reações populares foram sentidas,

²¹⁹ FERRERAS, María Verónica Secreto de. “Sem medida: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais”. 2004.

²²⁰ Idem, p. 3.

²²¹ Ibidem, p. 3, 4 e 7.

²²² Ibidem, p. 9

Onde quer que tenha eclodido, a ação dos revoltosos seguiu um padrão mais ou menos comum: grupos de homens e mulheres, constituídos por agricultores pobres, artesãos, feirantes e desocupados, entraram em confronto com forças policiais, destruíram pesos e medidas do sistema métrico-decimal recém implantado, se recusaram a pagar impostos, atacaram prédios onde funcionavam repartições públicas, tais como a câmara municipal, a cadeia, cartórios e a coletoria, e em seguida se dispersaram, não sem antes deixarem no ar um clima de apreensões difusas²²³.

Embora a reação tenha se dado de modo semelhante em vários pontos do Brasil, em Campina Grande na Paraíba, como indica o autor acima citado, a especificidade se deu pela participação dos escravos, que aproveitando o momento de euforia dos populares, resolveram lutar por liberdade.

A solução para este tipo de situação era juntar milícias particulares, mas concomitante a tudo isso, segundo o autor, que também propõe novos padrões interpretativos para o tema, observa-se a elaboração de uma draconiana legislação contra a vadiagem²²⁴ e reações de violência contra os insatisfeitos, que se achavam sendo roubados. Um dos mecanismos usados teria sido o “colete de couro”, uma veste confeccionada em couro e imersa em água, retirada daí apenas quando fosse *vestir* o corpo dos revoltosos. Conforme fosse secando o couro, ia pressionando o tórax de quem o estivesse portando, fazendo o suplicado expelir sangue pela boca em virtude da constrição a que eram submetidos seus órgãos, aqueles que não perecessem a tal tratamento intantaneamente, não escapariam a tuberculose ou as lesões cardíacas, que cedo ou tarde os levaria ao túmulo²²⁵.

Os movimentos de reação aos novos padrões foram chamados de quebra-quilos, em alusão as arruaças de 1871²²⁶ no Rio de Janeiro, quando alguns grupos depredaram casas comerciais que teriam adotado o novo sistema métrico de pesos e medidas. A antipatia destes grupos, no entanto não comunicava apenas a mera resistência aos sopros da modernidade, indicam uma situação de reação a situação precária em que viviam, o ato de quebrar as medidas em gramas, quilos e a não

²²³ LIMA, Luciano Mendonça de. “Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande”. 2004. p. 163.

²²⁴ Idem, p. 167 – 181.

²²⁵ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo. p. 31.

²²⁶ No Rio Grande do Norte o movimento se localiza entre 1874 e 1875 e o processo-crime é envolvido neste trabalho, mesmo antecedendo o início de nosso recorte, por acreditarmos que o processo histórico é dinâmico, que a paisagem do medo não se faz instantaneamente, que a década de 1880 herda da anterior o medo do criminoso, dos revoltosos de rua, do quebra-quilos.

adoção do litro, em nome das antigas libras, arroba, salomin, cuias, canadas, palmos e onças²²⁷, não estão soltos no ar, remetem a um clima de miséria social.

A explicação que o Império dava para tais desavenças era de que as pessoas envolvidas em tais quebra-quilos eram ignorantes e que por isso se opunham as inovações científicas. Segundo María Verónica Secreto de Ferreras, citando Guillermo Palacios, o movimento do quebra-quilos era para calar a voz que anunciava a lei, bloquear o enunciado e forçar a imposição do silêncio, e assim, “romper a letra da lei, rasgar os decretos colados nas paredes das igrejas e edifícios públicos”. Esta prática reflete “a batalha dos livres e pobres contra a voz e a palavra escrita do Estado, contra sua linguagem de poder...”²²⁸

E na Cidade do Príncipe um determinado grupo se opôs as novas medidas. Sobre a esta cartografia e este acontecimento agora centramos nosso olhar.

2.2. Violências nas fronteiras do Seridó: a Cidade do Príncipe.

Era o ano corrente de 1874, na verdade os últimos suspiros deste ano, por que em dezembro, especificamente nos dias 4 e depois 12, em dias de sábado, por ocasião “em que se fazia a feira de legumes e mais generos” apresentou-se um grupo, para algumas testemunhas formado por vinte pessoas, para outras, em número de 60 indivíduos, nas portas da “Caza do Comercio” da Cidade do Príncipe, com armas ocultas, segundo alguns: revolveres, punhaes, reficits, pistolas, facas de ponta, garrunxas, facão e uma carga de cacetes, “quebrarão e amação medidas de litros, metros e kilos não só na sobre dita” Casa de Comércio, mas também em casas de venda pertencentes a particulares.

Não fora apenas o “systema métrico escamuncado”, mas também as “authoridades deste local” foram “affrontadas”. O grupo que o fizera, após quebrarem os pesos e medidas da Casa de Mercado, se dirigiu a “Caza e Escriptorio da Collectoria” para queimarem e rasgarem a todos os papéis e leis que tivessem aparência ou fossem impostos. Essa mesma promessa se expandiu para o Cartório

²²⁷ LIMA, Luciano Mendonça de. “Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande”. 2004. p. 01 – 13.

²²⁸ Idem, 2004. p. 4 – 6.

e a “Casa da Camara Municipal”. Concretizava-se então naquele ano “um grave crime de sedição, digno de severa punição²²⁹” na Cidade do Príncipe.

Este é, em linhas gerais, o resumo do processo-crime quebra-quilos que é aberto no ano de 1875 na Cidade do Príncipe para avaliar a participação de João Lopes, Pedro, Antonio de Queiroz, José Alves, Vicente Alves dos Santos, Joaquim Nem e outros. Segundo Hamilton Monteiro, “em todos os pontos de revolta, a ‘massa’ dos sublevados era formada pelos ‘mercadores da feira e por grande número de proletários’ que se identificavam pela ‘baixa condição’ ou, como disse o Comandante do Batalhão de Panelas, por pessoas que ‘não têm o que comer’²³⁰”. No caso específico de que tratamos, podemos dizer, pelo levantamento feito ao longo do corpo do processo-crime que os membros deste grupo eram formados principalmente por pedreiros, sapateiros, ferreiros, *creadores* e agricultores.

O grupo teria atingido além da Casa de Mercado, Comércio particulares, de onde removiam as medidas, as quebravam, jogavam-nas à rua e mesmo “as conduziram para serem sepultadas e afogadas no Poço Mau²³¹”.

No final das contas, a conclusão dos autos foi realizada pelos Juiz Municipal Suplente em exercício, Capitão Thomaz Baptista de Araujo. Ele afirmou estar provado que as medidas e pesos destroçados pertenciam a particulares, que portanto tratava-se de um crime de dano à propriedade e não de sedição como queria o promotor público. Um ponto que contou a favor do grupo desordeiro foi o fato de não terem inutilizado os “archivos das Collectorias e Camara M.^{al}”, se a promessa de que isso ocorreria tivesse sido concretizada, possivelmente teriam sido condenados ao que eram acusados. O movimento era portanto, aos olhos do juiz, algo que não passava de uma “manifestação²³²”, em seus anais não poder-se-ia encontrar relatos de execução de pessoa alguma.

Tendo deixado mortos ou não o quebra-quilos na Cidade do Príncipe, tendo sido culpados ou não os acusados, mesmo antecedendo em pouco o início do

²²⁹ PROCESSO CRIME quebra-kilo. (quebrakilo). 1875. As passagens entre aspas são originais do resumo do processo, p. 1, 2 e 3 - 9. Labordoc/fcc/diversos/cx. 07. Transcrição paleográfica: Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Quênia Leilah Rodrigues. Projeto: “O cotidiano do Príncipe: uma vila do Seridó no século XIX (UFRN/PPPG). LABORDOC/FCC/DIVERSOS/CX. 07

²³⁰ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo. p. 29.

²³¹ PROCESSO CRIME quebra-kilo. (quebrakilo). 1875. As passagens entre aspas são originais do resumo do processo, p. 13.

²³² Cidade do Príncipe 24 de Maio de 1875 – O Promotor Publ^o Antonio Aladim de Araújo. PROCESSO CRIME quebra-kilo. (quebrakilo). 1875. p. 32.

recorte deste trabalho, é o tipo de acontecimento que confirma, a exemplos de outras cidades brasileiras no mesmo período, que a Cidade do Príncipe se encontrava em um contexto de excitações provocadas por antipatias à medidas do Estado, configurando espaços de violência, como se deu com a casa do Mercado e casas de venda de particulares. Ainda revela que os sentimentos provocados por este tipo de evento são responsáveis por traçar uma geografia do perigo, que é descrita a partir de 1880 nos relatórios analisados como paisagens do medo.

Segundo Ferreras²³³, o quebra-quilos, seja visto em conjunto, nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, seja alvejado particularmente, não pode ser considerado tão somente como a reação de um grupo de homens ignorantes, resistentes à mudanças no sistema métrico francês e que se fechava a qualquer processo de modernização. Se tratavam mais de homens preocupados com que os produtos fossem vendidos em proporção de família e não de atacado e menos de simples ignorância e incapacidade de apreciar as vantagens da padronização.

Mas afinal, o que queremos com a descrição deste acontecimento que se deu cinco anos antes de iniciar o nosso recorte temporal? O que justifica sua inclusão neste capítulo?

O quebra-quilos contribui para o nosso argumento de que há a formação de uma paisagem do medo entre o final da década de 1870 e início de 1880. Até o final do século os papéis sociais se invertem diante de alguns acontecimentos e a cidade será palco disso tudo, podemos nos perguntar quem tem medo da polícia como também podemos inverter os termos e nos perguntar de quem a polícia tem medo, as duas situações são bem possíveis, como se observará adiante.

O que veremos é a cidade em disputa, uma teia de poder se projetará no espaço da urbe, os contornos de uma Cidade para o Seridó serão apresentados pelo Jornal o Povo, ao mesmo passo em que um espaço perdido em meio a um relevo de níveis discrepantes entre si, de uma mata contorcida — onde se escondem homens que não se curvam à lei e nem aos seus representantes — é denunciado pelos relatórios dos presidentes de província e seus chefes de polícia.

Se o território se configura como o espaço tramado a partir e pelas relações de poder, numa batalha incessante pela apropriação simbólica ou material do

²³³ FERRERAS, María Verónica Secreto de. “Sem medida: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais”. 2004. p. 14.

mesmo, o que vemos é a formação de diversos territórios na Cidade do Príncipe: o da ordem e dos desejos, o do escândalo e da denúncia e o da prática do desvio. Podemos, portanto, enxergar o delineamento dos *territórios marginais*, espaços insólitos, apropriados de modo acelerado ou não, por sujeitos em práticas contestatórias ou contrárias àquilo que é aconselhado como sendo de bom tom à moral, honra e costumes dignos e saudáveis. O território marginal é o espaço do jogo, da embriaguês, dos amores proibidos, das vinganças levadas a cabo, dos crimes cometidos, das insatisfações dos sujeitos sociais diante do Estado, das paixões compradas, das violências, das proibições e interdições, que mesmo o sendo, são praticadas, as escondidas ou não.

No entanto, não são somente os homens alvejados pela polícia que constroem os territórios marginais. No ano de 1881, um dos negociantes da cidade, o Sr. Manoel Henrique Meira, tendo observado:

os redimentos da Casa de Mercado Municipal, à começar deste mes até o fim do exercicio corrente (...) tem encontrado certos embaraços na respectiva arrecadação, embaraços criados por individuos que mal interpretando o leg^{am}. que rege a materia, negão-se ao fiel cumprimento de uma obrigaçam, nunca desconhecida e jamais posta em dúvida²³⁴.

Diante da verificação de que havia tais embaraços na arrecadação que se fazia na Casa de Mercado o “Illustíssimo Senhor Presidente da Camara Municipal do Príncipe” sugeriu que fosse estabelecido um “systema claro, certo e invariável para servir de base a cobrança de certos direitos ou impostos não regulados por lei, (...) e organizada assim úma tabela e ser esta publicada para conhecimento de todos”.

Percebe-se nessa documentação fissuras na administração e coleta de tributos da Casa de Mercado, uma das principais e centrais construções da Cidade do Príncipe, localizada entre as igrejas do Rosário e de Sant`Ana, no espaço onde hoje, na cidade de Caicó, é a Praça Dinarte Mariz, que embora tenha recebido esse epíteto pelos órgãos públicos para homenagear um importante político, é conhecida por Praça da Liberdade, em virtude das idéias abolicionistas e radicais, para a época, terem sido ali, na então Praça do Mercado, defendidas, como prega a tradição.

²³⁴ LABORDCO. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Príncipe, 11 de janeiro de 1881. p. 6 – 9. As fotografias das Capilhas foram feitas pelo historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, que gentilmente me cedeu.

O prédio era grande, apresentava no centro um ladrilho de tijolos, e tinha suas laterais rodeadas por pilares, que sustentavam alpendres por todos os lados. Tinha um grande portão principal, embasado por degraus e uma calçada larga e alta. No seu interior, onde acontecia semanalmente a “feira de generos alimenticios”, havia os encanamentos responsáveis pelo escoamento das águas usadas e das chuvas e além do espaço para a feira, havia compartimentos, espécies de quartos, que tinham a utilidade de depósito, bem como repartições que se aproximariam de nossas atuais lojas. Sua construção era em tijolo, mas em alguns pontos eles se apresentavam em pequena quantidade e pouco associados a cal e pedra, o que por vezes dava um ar de fragilidade a obra.

Sobre o uso dos *quartos*, como já se disse, normalmente eram usados como depósito, mas em processo crime de 1876²³⁵ uma situação inusitada apresenta outros usos que eram feitos desses espaços. O promotor público da cidade denunciava João Serafim, morador na cidade, por ter “dado duas cacetadas na liberta Ignacia. Segundo a Ignacia, estava no dia 12 do corrente mês em um quarto do Mercado da cidade, acompanhada por Elias, proprietários do estabelecimento e escravo do Reverendo Vigário da Freguesia, Florentina de Tal, Antônio Francelino e do acusado, que no momento cantava e bebia.

Fazia pouco tempo que os dois haviam se desentendido na porta do Mercado. Após isso, indo para casa, ela a ofendida, na companhia de mais duas amigas, passando em frente a casa do Italiano Nicolau, “por ser alta noite, abaixaram-se para verter agoas e nessa occazião apparecendo João Serafim, que as seguia, dera duas grandes cacetadas na offendida”.

Uma das testemunhas afirmou que o réu já havia dito que naquela noite pretendia “dar uma surra em uma negra muito mal criada”. Outras testemunhas também darão informação de que a liberta também estava bebendo na ocasião da confusão entre os dois.

Como se ver, os quartos da Casa de Mercado poderiam ter usos diferentes, como o encontro de pessoas para beber aguardente, podendo inclusive terminar esses encontros na produção de territórios marginais na cidade.

²³⁵ LABORDOC (projeto: Crime e Castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó - século XIX). Processo crime. 1876. Transcrição Helder Alexandre Medeiros de Macedo. LABORDOC/FCC/3°CJ/PC/SÉC.XIX/Nº 023 – MAÇO 01 - 1876

Mas sobre a reapresentação dos aspectos físicos da Casa de Mercado, inaugurada no primeiro dia de janeiro de 1870²³⁶, que há pouco tentamos, somente é possível graças ao estado, não muito vistoso, em que a mesma se encontrava por volta dos anos oitenta do século XIX. O “viriador, Pacifico Florencio de Azevedo” escreveu em 20 de abril de 1880²³⁷ que era indescendente e perigoso a situação do Mercado, os pilares que sustentavam os alpendres, por falta de tijolos e em virtude da má construção dos mesmos, já que cal e pedra não se via ali, ameaçavam desabar. O encanamento que servia para a fuga das águas úteis em seu interior e as pluviais estava entopido em não pequena extensão, formando manchas molhadas nas paredes dos quartos que lhe serviam de depósito.

É de se imaginar, que embora no centro da cidade, o mercado por vezes é apresentado como um prédio não tão afeiçoado, embora as Posturas trouxessem as instruções para seu aceiamento e pintura, como referenciamos no capítulo 1 deste trabalho. Em tempos de chuva ou quando muitos se concentravam no seu interior e sob seus alpendres, poderiam ter que se desviar das poças d’água formadas pela encanação quebrada. Pelo menos entre os meses de março e dezembro de 1880, considerando o que diz o vereador Pacífico Florêncio, não era muito confiável procurar sombra em seus alpendres, por causa de seus frágeis pilares de sustentação, que além de servirem para pendurar objetos comerciáveis, sustentavam a pesada cobertura.

Posteriormente se vê que a Câmara Municipal²³⁸ se posiciona a respeito dos problemas que a estrutura apresentava, ordenando serviços de conserto das paredes e frontão. Além de fazer mais sólidos os pilares e remediar a encanação de esgotos, autorizava pôr duas dúzias de armadores de madeira nas paredes e pilares da Casa, tendo esses serviços sido pagos em dezembro do mesmo ano.

Como podemos ver, a paisagem em que está incrustada a Casa de Mercado, na mesma dimensão em que é um espaço institucionalizado, onde o comércio e a feira acontecem, espaço para onde a Câmara Municipal direciona atenção especial nos Códigos de Postura, é também um território marginal, elaborado pelos eventos

²³⁶ ARAÚJO, Radilson Costa. “Uma viagem pela memória seridoense: Praça da Liberdade ou Praça Senador Dinarte Mariz”. In: Cartilha de Caicó.

²³⁷ LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Vereador: Pacifico Florencio de Azevedo - Paço da Camara 20 de abril de 1880. p. 13.

²³⁸ LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Copia das disposições da Camara M^{al}. Ordenando os serviços de reparos a Casa de Mercado P^o. desta cidade). 15 de dezembro 1880. p. 11.

que ali se desdobram, verdadeiras e transitórias paisagens do medo. Se a Praça do Mercado foi *palco* da revolta quebra-queijos em 1875 e, por volta de 1888, *cenário* onde os simpatizantes às causas abolicionistas se reuniam para defender suas idéias, um pouco depois, no ano de 1890 seria novamente espaço de agitação.

Nesse ano chegará até o Palácio do Governo do já Estado do Rio Grande do Norte um abaixo assinado contendo inclusive assinaturas de vereadores da Cidade, que agora se chamava Caicó. O texto que antecede as assinaturas diz o seguinte:

os abaixo assinados tem a ... honra de procurar no seio de vossa administração o remedio da paz: para tranquilizar ao espirito publico da população desta localidade, e neste intuito vão com respeito devido deante de V.E^a., expor a seguinte ocorrencia que presentemente tem aqui agitado o socego publico. Há muitos anos existe nesta cidade uma casa de mercado a qual não comportando o povo que afflui ali no dia da feira, este tem por uso e costume collocar em frente do mercado, os seus generos que trazem para vender, e a isto [são] habituado ha muitos annos²³⁹.

Acontece que nos dias 5 e 12 do mes de janeiro, dias de feira, o Presidente da Câmara Municipal ordenou a todos que nas calçadas, e não no interior do prédio, faziam comércio, se retirassem para a outra extremidade, para um espaço onde os clientes teriam dificuldade de chegar, pois o mercado não oferecia uma porta para aquele lado. Como não encontrou sentido e nem resposta convincente do Presidente a respeito da mudança, “o povo” continuou ali, o que fez com que no próximo dia de feira Ele viesse acompanhado do “Delegado de Policia Basilio Gomes de Brito Dantas, que, commandando praças de policia preparados de sabre obrigou ao povo a mudar os generos [para] o predito lugar, estranho a todos da feira, do que resultou um grande tumulto”.

Aqueles que assinaram o documento, pediam ao governador do Estado, contrariando o presidente da Câmara, que não “se perturbasse o sucego publico em beneficio particular”, pois queriam a “tranquilidade e paz do um povo”. De acordo com os mesmos, teria sido a instalação de uma loja de um comerciante parente dos presidente e delegado, “por quem muito se esforçavam”, que teria motivado a tal mudança.

Esses eventos marcam o espaço pela disputa, configurando-se territórios de interesses diferentes, mas ali não se davam apenas encontros violentos. No Mercado, espaço do fluxo por excelência, onde os grupos sociais se encontravam,

²³⁹ LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Palácio do Governo do Rio Grande do Norte. 1890.

era onde acontecia “o maior volume de negócios²⁴⁰”. Ali podia-se encontrar “rapadura do cariri”²⁴¹, “perfumes, queijos e couros”, a “aguardente” vendida na Praça do Mercado, do lado do poente, “serviços tipográficos”, “biscoitos, passas, figos, conservas, vinhos”, “cerveja”. Para as senhoras da cidade que desejasse e pudessem andar arrumadas, além dos “chapéus”, havia vários tipos de tecidos, tais como “chitas, algodões, madapolões e brins”, “mitins, bastistas, casimira, casinetas, bicos e enfeites para vestido”.

No entanto, como território marginal, o espaço miscigena práticas, recoloca os sujeitos em disposições que não são as suas, como se percebe na discurso de um policial, ouvido como testemunha no processo quebra-quilos. Manoel Joaquim Fructuôso, que tinha vinte e um anos à época dos acontecimentos, não sabia nem ao menos explicar ao juiz o número de pessoas envolvidas no movimento, “porque estava com medo e se recolhera para dentro do balcão de Manoel Theodosio com os seus companheiros²⁴²”, ele supõe serem 10 ou 12, no outro sábado diz imaginar serem 30 ou 40, ouvira apenas barulho de cacetes sendo atirados em alguma coisa que ele também não sabia do que se tratava, por que a profusão de pessoas o fizera esconder-se por instantes, até que tivesse condições de sair em retirada na direção do quartel. Dos gritos e pancadas que ouvira após isso, *supunha* serem na casa de um certo Rubim, visto já saber que era ameaça daquele grupo ir queimar papéis na casa desse último.

O policial, diante do que via e do que ouvira dizer, ao invés de fazer correr e esconderem-se os arruaceiros, junto aos seus companheiros, possivelmente outros soldados, se esconde e foge do espaço em que estava, por que outro território era cartografado naquele momento. Já não era mais a lei que ordenava a Casa de Mercado, era uma segunda ordem, formada pelas ações daqueles que tomaram o espaço, literalmente, a pau e pedra.

Esta não é a única vez em que aqueles que eram responsáveis pela segurança foram afetados por uma força que lhes destituía de seu dever, no relatório de 1881²⁴³ na Barra do Samandaú (sic), termo da Cidade do Príncipe e comarca do Seridó, há notícias da noite do dia 13 de outubro daquele ano, quando

²⁴⁰ MEDEIROS FILHO, Olavo de Medeiros. **Caicó cem anos atrás**. 1988, p. 87.

²⁴¹ Jornal O Povo. 9 de março de 1889; 04 de janeiro de 1890; junho de 1890; julho de 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. 1988. p. 87 – 99.

²⁴² Depoimento da testemunha Manoel Joaquim Fructuôso. Cidade do Príncipe 24 de Maio de 1875. PROCESSO CRIME quebra-kilo. (quebrakilo). 1875. p. 26.

²⁴³ RELATÓRIO, 1881. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado. p. 04.

“foram assaltados por uma malta de individuos armados”, dois *soldados de linha* que pernoitavam na casa de um fazendeiro, transportando um preso. Como resultado desse encontro de interesses divergentes, o detido foi libertado, os dois soldados e o filho do fazendeiro foram gravemente feridos.

Temos notícias no Relatório de 1881 de mais um grupo armado, “assaltando” à Força Policial e colocando a solto um outro preso, contrapondo com esta ação a todos os códigos de conduta e criminal do Império. O grupo ameaça não somente a cidade e seu entorno, mas aqueles que são incumbidos de sua proteção e ordem: a força policial, invertendo os papeis e a função dos oficiais. Naquele momento a *malta de indivíduos* detinha o poder de pender e libertar, de fazer cumprir a sua vontade, relegando aos policiais a situação de coadjuvantes, como no caso do quebra-quilos.

Estas informações sobre o cotidiano da cidade e seus termos contrapõem o que alguns afirmavam sobre um certo “reinado de sossego maior²⁴⁴”, fazendo honras “aos sentimentos pacificos do povo rio-grandense do norte”, o que de certa forma entra em conformidade com o parecer do relatório de 1885, segundo o qual nenhum acontecimento teria vindo a alterar a tranquilidade pública da província. Não obstante, o mesmo relatório deixa ver um quadro de instabilidade, ao denunciar que a tranquilidade pública, por menos incomodada que tivesse, graças a boa índole daqueles que viviam na província, em algumas comarcas (...) *do sertão*, a proteção dispensada aos criminosos, a “a falta de instrução nas últimas camadas da sociedade, a nenhuma educação moral e religiosa concorrem gravemente para a ausencia de segurança e individual e de propriedade²⁴⁵”.

Dois anos antes desta explicação ser usada para justificar as ameaças a propriedade e o crimes que aconteciam, o chefe de polícia da província já fazia uso de justificativa semelhante, segundo o mesmo,

A falta de instrução diffundida nas ultimas camadas sociaes; a nenhuma educação moral e religiosa para refrêar e conter as paixões e impetos da matéria; a embriaguez, o jogo e uso de armas defezas; que são vicios e mau habito, produzindo primeiro a ausencia da razao e segundo um certo delirio e o ultimo encorajando o individuo para a exagerada desaffronta de offensas minimas, são as causas remotas, porem verdadeiras e (?) da

²⁴⁴ RELATÓRIO, 1887. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Moreira Alves da Silva (obs.: “Relatório 30 de outubro de 1886. Publicado como anexo da falla 15 de janeiro de 1887). p. 05.

²⁴⁵ RELATÓRIO, 1885. Província do Rio Grande do Norte. Vice-presidente Alvaro Antonio da Costa. p. 06.

produção ascente dos crimes contra a segurança individual e de propriedade²⁴⁶.

Outros culpados pela situação, segundo o mesmo chefe de polícia, seria a “criminosa fraqueza de certas autoridades... que se deixam supplantar pelos frouxos sentimentos do coração e muitas vezes pela detrimetosa imposição de uma falsa política, que não pode atingir a verdadeira moralidade”.

Na situação de Estado encontramos as mesmas explicações para os delitos:

A ignorância das leis e a incompleta educação moral dos *habitantes do interior*, o jogo, a embriaguez e o uso de armas defesas são indubitavelmente as principaes causas da maior parte do crime, ás quaes se pode addicionar a immoral e criminosa protecção dispensada aos delinquentes, cuja impunidade se pleiteia com admirável desembaraço para não dar outro nome, perante o tribunal do jury²⁴⁷.

Como se pode perceber no discurso dos chefes de polícia, o *sertão* ou o *interior* da província parece ser o lugar privilegiado da atuação dos *delinqüentes*, como também de práticas como o jogo, a embriaguez e o uso de armas, que como bem vimos no primeiro capítulo, eram condenados pelos códigos de postura e também era alvo de impostos diferenciados, já que ficava instituído em janeiro de 1881²⁴⁸ que havia uma taxa adicional de oitenta reis por “carrada d’aguardente, que for vendida em seu município, procurando” a Câmara arrecadar esta taxa da maneira que melhor lhe fosse conveniente.

No entanto, nem sempre práticas como a embriaguez eram tão mal vistas, por vezes foram elogiadas e até alvos de composições poéticas, como se vê no exemplar de 1889 do Jornal O Povo:

BORRACHEIRA

Pifão
rafão
meu garrafão

—
—

²⁴⁶ RELATÓRIO, 09 de fevereiro de 1883. Chefe da polícia da Província Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. p. 2.

²⁴⁷ RELATÓRIO, 14 de junho de 1893. Relatório do chefe de polícia. Rio grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. p. 3

²⁴⁸ LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Casa do Mercado, 11 de janeiro de 1881. p. 2.

sou eu,
que assim,
sem fim,
lá no seu
gargalo achei,
prazer de um rei.
Ai! Como eu o adoro!
Que esplendoroso encanto.
Encontro em seu bojo que exploro
E alegre de prazer e rio e choro
E danço e folgo, e salto, e pulo, e canto!
Caro, bem de minh'alma és o thesouro,
que me fazes sonhar uns sonhos d'ouro!
Encontrei em ti as minas de Golconda
E bailnas na minh'alma alegre ronda!
Comtigo eu subo e vou á glória!
Sem ti a vida é negra história!
Meu garrafão, anjo amado,
Eis-me aos teus pés prostado!
Sim, dá-me o teu gargalo,
Ai, se não estalo!

(Extr.)²⁴⁹

É interessante que nos espaço de tempo de quatro anos a embriaguez apareça como associada à ignorância, a jogatina e imoralidades, por um lado, e ao prazer, a sensação de tornar-se rei, a dança e ao canto, por outro. Em um momento a *garrafa* é o que leva a uma situação de incompleta educação moral no Estado, no outro, ela conduz a *sonhos d'ouro*, a *thesouros*, representando um elemento que possibilita a ascensão e à *glória*.

Estamos portanto diante de situações que merecem nossa atenção, mais que isso, diante de fontes que merecem ser alvo da dúvida e problematização. Que seja nos dado a ver o lugar de produção destes escritos, de um relatório de chefe de polícia de um lado, e de um periódico, que tem em boa parte dos seus textos os *dedos* de jovens universitários, ou recém formados em Direito, do outro. A quem estes textos interessavam, a quem eram destinados e por quem eram escritos?

Se por um lado O Povo era escrito para homens alfabetizados, simpáticos às idéias progressistas e republicanas, o relatório, como bem já afirmamos, ao construir paisagens do medo sobre a realidade dos espaços que descrevia, buscava a atenção das autoridades políticas para solucionar problemas. Estamos portanto diante de dois públicos distintos, o homem alfabetizado que lia o jornal, que era, supostamente, sabedor de onde ficava, por exemplo Golconda, uma cidade-fortaleza

²⁴⁹ Jornal O Povo - Seridó – Cidade do Príncipe. 06 de abril de 1889.

em ruínas da região central da Índia, conhecida por seus ricos tesouros e comércio de diamantes, e um outro homem em quem a embriaguez não assentava-se bem, talvez um sujeito social semelhante ao que aparece em outra poesia no mesmo exemplar do Jornal supracitado:

Vejo grande multidão de esmoles,
Vagando pelas ruas da cidade;
Homens, meninos e mulheres,
Implorando uma esmola à humanidade.
Esses pobres, macilentos e seminús (...)

Os possíveis homens que vagavam seminús, macilentos, e pobres, pela cidade, eram o elemento de preocupação das autoridades. Neles a embriaguez era como uma doença, era um problema, nunca conheceriam por meio dela os tesouros de Golconda, neles boca e gargalho não eram ascensão, nem glória. Era, portanto, o lugar social ocupado pelos sujeitos que definiriam se a embriaguez levaria a uma poesia ou conduziria ao texto de um processo crime. A mesma prática poderiam conduzir sujeitos para relatos bem diferentes, dependendo de qual fosse o lugar ocupado na sociedade.

Ao que parece “a viúva Teodora Vieira de Medeiros²⁵⁰” foi conduzida a uma situação de pouca glória, por “seguir uma vida irregular” que não condizia com seu “lugar de mãe”, pois teve no ano de 1895 a pouca sorte de ver seu próprio pai, através de uma petição, requerir a tutoria de suas netas ao juiz. Situação semelhante a essa foi vivida por Francisco Alves dos Santos²⁵¹ em 1894, foi intimado para depor ao juiz de Direito da Comarca “por ter abandonado o lar e entregado-se, na Cidade do Príncipe, à embriaguez, jogos proibidos e prostitutas”, o que punha em descrédito o seu lugar de pai.

Podemos afirmar então que encontramos uma outra cidade nos relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte e em alguns Códices. Se nos códigos de postura é a cidade do desejo, uma cidade idealizada e imaginada que nos é apresentada, nos relatórios encontramos esse desejo as avessas, se denuncia uma cidade que não se deseja e por assim dizer, a cidade que se pretende, com a resolução dos problemas apresentados. Os *desastres, ferimentos, suicídio e*

²⁵⁰ Códice, 1895. (Registro: FCC/1°CJ/DIV/CX.04, D.002). Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série Temática dos Diversos. p. 9.

²⁵¹ Códice, 1894. (FCC/1°CJ/DIV/CX.04, D.003). Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série Temática dos Diversos. p. 6.

evenenamentos, homicídios, ofensas físicas, furtos e roubos, fugas de presos, captura de criminosos são os elementos de sua narrativa, portanto são os homens envolvidos nestas histórias marginais nossos personagens.

Há, pode-se dizer, perfis que provocam receio aos oficiais e as pessoas da cidade. Há sujeitos que, pela atmosfera do medo que geram, são capazes de influir na forma como se vive no espaço, no cuidado com a noite, com os horários a se poder circular, e as posturas não são a única fonte a nos dar pistas do medo com o qual as pessoas conviviam naquela territorialidade, especialmente ao anoitecer. O tempo da noite é tempo do proibido, do perigoso, a noite tanto representava o ameaça à honra da família, das moças, como também o perigo do assalto, da violência e da morte.

2.3 Sujeitos intelectuais e o Seridó como *lugar* e os sujeitos infames na produção de paisagens do medo

Foi em uma das noites de 1880²⁵² que se deu um roubo de cinco cavalos entre Jardim de Piranhas e a Cidade do Príncipe. O caso, visto superficialmente, pode perder-se entre outros do mesmo tipo, já que não se pode dizer que era uma coisa muito incomum cavalos desaparecerem nas noites em que o céu se via viúvo da lua. Mas este processo crime prende nossa atenção, seja pelo texto eloquente que escreverá o promotor Numeriano ... de Souza Brandão, que será alvo de nosso olhar no próximo capítulo, seja pela aproximação que se faz dos suspeitos, João Severino, conhecido por João Delgado, Lucio de Tal e de Vicente Oiticica. É sobre a ligação que é estabelecida entre esses três homens e outro personagem, não anônimo, que nos prendemos a partir de agora.

Segundo Raimundo Nonato²⁵³, o Rio Grande do Norte, na região que será conhecida posteriormente como Nordeste do Brasil, é o Estado menos assolado pelo fenômeno do banditismo e do cangaço. Essa afirmação encontra eco no discurso de outro estudioso, Adauto Guerra Filho²⁵⁴, mais especificamente sobre o Seridó, sublinha que essa terra nunca foi espaço de bandidos, por mais que em algumas épocas eles tenham por ali passado. Essa impressão também é legitimada

²⁵² LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

²⁵³ NONATO, Raimundo. **Jesuino Brilhante**, o cangaceiro romântico. 2000. p, 10.

²⁵⁴ GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo**. 2001, p. 19.

por Manoel Dantas²⁵⁵, consoante o qual, devido as suas origens, os habitantes do Seridó do Rio Grande do Norte, por viverem sempre em contato com os criadores de gado pacíficos da Paraíba e o Recife, seriam homens de hábitos pacíficos, não conhecendo rivalidades familiares e nem o “virus do cangaceirismo”.

Juvenal Lamartine²⁵⁶ também reproduz esse discurso, para ele o Rio Grande do Norte nunca foi “sementeira ou pasto” para o cangaço, por mais que reconheça que essa figura “nômade, de pé-na-estrada, lutanda contra todos (...) saqueando, incendiando e estuprando é filho do sertão, da caatinga, do conhecimento palmo-a-palmo das serras, das locas e veredas daqueles mundos” e que Jesuíno Brilhante era filho do Rio Grande do Norte, teria nascido na cidade de Patu em 1844. O autor ainda reitera, a ausência desses sujeitos no Seridó era possível resultado da “índole ordeira do nosso sertanejo”, por isso “O Seridó (...) nunca deu um cangaceiro”.

A narrativa desses autores cria uma expectativa, no sentido de pensar o Rio Grande do Norte e o Seridó como uma paisagem pacífica, diferente da paisagem do medo que percebemos construída em outros textos e documentos. No entanto, quando confrontamos essas narrativas com os discursos presentes na documentação, encontramos algumas descontinuidades.

No relatório de 01 de maio de 1880²⁵⁷, do então Presidente da Província do Rio Grande do Norte, o Snr. Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado referindo-se a “tranquilidade pública, segurança individual e de propriedade”, deixa vir a tona a notícia da morte de um tal Jesuino Alves de Mello, “célebre faccinora (...) conhecido por Jesuino Brilhante, que, á frente de um grupo de salteadores, constituiu-se o terror das povoações do sertão”. O tom da fala no relatório era de satisfação e tranquilidade, por ter sido morto naquele momento um líder de grupo que causava horror nas povoações e cidades do sertão da província.

Jesuino Brilhante morto acabava por trazer de volta a vida à cidade, quando vivo era o medo da morte que trazia consigo, nisso se justifica o tom quase comemorativo com que é relatado o fim do líder brilhante.

Jesuínio Brilhante, na descrição que dele faz Raimundo Nonato²⁵⁸, na obra já referenciada, foi direcionado para a *luta* graças as provocações de seus inimigos e, antes de atender pelo nome de cangaceiro, Jesuíno Alves de Melo Calado era um

²⁵⁵ DANTAS, Manoel. **Homens de Outrora**. Rio de Janeiro, RJ: Pongetti, 1941. p. 40.

²⁵⁶ LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. 1963. p. 102, 103.

²⁵⁷ RELATÓRIO, 1880. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Marcondes Machado. p. 02.

²⁵⁸ NONATO, Raimundo. **Jesuínio Brilhante**, o cangaceiro romântico. 2000, p. 10, 12, 98, 173.

homem de bons costumes, vaqueiro e agricultor. Para além das boas características no que se refere a lide com a terra e o gado, era um homem dotado de qualidades e liderança, disciplina e comando, o que o levou ao sucesso frente ao seu bando.

Em fragmentos de escritos de Luís da Câmara Cascudo, possivelmente em 1941 e transcritos por Raimundo Nonato, Cascudo também não economiza elogios ao Brilhante. Para esse, Jesuíno, que era “baixo, robusto, claro, espadaúdo, era arruivado, olhos azuis, meio fanhoso e tato”, foi “o vingador das moças ultrajadas, dos anciãos humilhados e das crianças indefesas”. Teria tido morte de “homem-macho”, o “guerrilheiro nacional”, digno de glórias e homenagens em todo sertão, já que ninguém além da justiça, segundo Cascudo, o considerava bandido.

No discurso de Cascudo, Brilhante não roubava e por isso, também, não poderia ser comparado a Virgulino Ferreira, vez que esse último em uma explosão de coragem, mas dirigida ao mal.

Sobre a morte de Brilhante, no Processo da Imperatriz, também transcrito por Nonato, consta que teria sido morto pela polícia, com um tiro que transpôs seu braço, chegando até o peito, mas em data ignorada, custando apenas que um médico, muito tempo depois, teria encontrado seu crânio e levado a Mossoró e hoje estaria sob posse do político Lavoisier Maia.

Na obra, regionalista realista/naturalista, “Os Brilhantes”, de autoria de Rodolfo Teófilo²⁵⁹, publicada pela primeira vez em 1895, a narrativa centra-se na vida do cangaceiro e não no cangaço. No livro, o personagem de Brilhante oscila entre um sertanejo puro e um bandido, inspirado em grande medida na lógica determinista do século XIX, que o autor abraçava. Dentre os inúmeros eventos que são narrados, o movimento do quebra-quilos aparece como um acontecimento através do qual os cidadãos honestos do sertão se mobilizam para demonstrar suas insatisfações.

O personagem de Brilhante oscila entre um sertanejo puro e um bandido voraz, que só alcança esta segunda condição em consequência das circunstâncias a que é submetido, no entanto, o narrador não disfarça a simpatia pelas idéias do personagem.

Brilhante, na mesma medida em que mata friamente e com uma destreza que faz a arma parecer uma extensão de seu corpo, é um personagem exemplar, por

²⁵⁹ TEÓFILO, Rodolfo. **Os Brilhantes**. 1972. Ver também a muito boa análise literária que faz Doralice Fernandes Xavier Alcoforado na Revista Boitatá em 2008.

onde passava punha fim aos defloramentos, vez que tendo um rapaz abusado de uma moça, independente de pertencer a família abastada ou não, Brilhante concedia um prazo para o mesmo casar-se com a ofendida, terminando a história em matrimônio ou morte.

Honra e vingança, ódio e generosidade, são, portanto, faces do comportamento do personagem de Rodolfo Teófilo, que vive em um sertão que lembra em muito o mundo feudal, tendo Jesuíno Brilhante o seu próprio feudo, a Serra do Cajueiro e o seu castelo, a Casa de Pedra onde vivia. Brilhante é um homem cheio de nobreza, pela forma *robinhoodiana* com que atacava as tropas do governo para distribuir, entre os pobres, os mantimentos que transportavam, mas também pela destreza que demonstra no domínio de seu cavalo e das armas em defesa dos oprimidos.

Outro autor que não deixou essa figura sem espaço em sua literatura foi Ariano Suassuna²⁶⁰, em uma obra que começou a ser escrita em 1958 e somente concluída na década de 70. Jesuíno Brilhante era um cangaceiro que aparecia em umas canções cantadas por outros dois, personagens, a Tia e a Velha do Badalo, e que consideravam-no um bandido generoso, diferente daqueles que elas tinham notícias no tempo presente e tão corajoso quanto Zumbi dos Palmares, era além de Rei, “cangaceiro e herói sertanejo”.

Na obra de Suassuna, Brilhante era descendente de uma das mais poderosas “famílias feudais” do Sertão, a família Alencar, por isso é narrado como se fosse, cangaceiro, cavaleiro e guerreiro, “típico fidalgo”, e morava em uma casa de pedra, seu castelo. Há ainda outras semelhanças entre as qualificações que o narrador d’A Pedra do Reino atribui a Brilhante e o texto de Teófilo, o que não é coincidência, já que além de ler Teófilo, Suassuna o cita na página 298 através da fala de um de seus personagens.

Mas Jesuíno Brilhante, além de um personagem da literatura, também já foi protagonista de um longa-metragem do ano de 1972, que conta as aventuras de um homem, que a procura de vingança pela morte de um primo, vítima da violência dos coronéis, adota ideais abolicinistas e republicanos e acompanhado por um grupo armado resolve fazer os soldados do governo conhecerem a morte. O filme reconta alguns eventos que de fato aconteceram, como por exemplo, a ocasião em que o

²⁶⁰ SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 2004. p. 67, 167, 228, 231.

cangaceiro invade a cidade de Pombal, na então província da Paraíba, para libertar dois familiares, seu pai e seu irmão, Raimundo Nonato narra o evento, que teria acontecido no famoso assalto de Jesuíno à cidade no ano de 1874, cinco anos antes de sua morte.

No ano de 2011, na Feira de Cultura da cidade onde Jesuíno Brilhante nasceu, se encenará no mês de setembro, o “Auto de Jesuíno Brilhante ou Evangelho Segundo Patu”, na forma de um espetáculo teatral ao ar livre com mais de 130 atores, durante uma hora e meia.

Mas, diferentemente das descrições romanceadas sobre a figura do cangaceiro Jesuíno Brilhante, acréscimos talvez exagerados à sua biografia, o discurso da documentação, ao referir-se a ele e seu bando, é menos dócil. Se o relatório do presidente da província de 01 de maio de 1880 o designa como um facínora popularmente conhecido pelos crimes cruéis que o mesmo cometia, e que por isso espalhava terror nas populações sertanejas, no processo crime de 06 de outubro de 1880, o mesmo a que nos remetemos no início dessa seção, não são tidos de modo menos ácido os três homens suspeitos pelo roubo dos cinco equinos, exatamente pela ligação que tinham com a figura do cangaceiro Jesuíno Brilhante.

João Severino, Lucio de Tal e Vicente Oiticica são tratados como “vagabundos” na primeira página do processo e são considerados perigosos, pelo medo que causam na “população” e pelo costume de formarem pactos com “quadrilheiros”, sendo assim conhecidos por todos. Jesuíno Brilhante e seus homens eram caçados em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, assaltou Pombal em 1874 e Martins, no Rio Grande do Norte, em 1876.

A presença desses homens por estes sertões, provocando medo, possivelmente alcançaram a Cidade do Príncipe, pelo menos com a atmosfera que suas histórias geravam, já que não há notícias de sua presença física, nem de outros, nessa cidade. Juvenal Lamartine²⁶¹, apesar de afirmar que o Seridó nunca teve um cangaceiro nascido ali, não deixou de conhecer “alguns mais afoitos”, por exemplo, em 1901, na ocasião em que Antônio Silvino, com 14 homens de seu grupo passaram na fazenda do Capitão Janúncio da Nóbrega, figura corrente nos processos crime. Lamartine sublinha que na ocasião foram mortos o Negro Azulão e o também afamado Pilão-Deitado, que faziam parte do grupo.

²⁶¹ LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. 1963. p. 104 - 105.

Nesse mesmo ano, 1901²⁶², na cidade de Caicó, há um exame cadavérico do corpo do cangaceiro Félix José da Costa, que havia morrido em um combate entre “um grupo de cangaceiros e a força pública d’esta cidade”. E havendo os peritos procedido o exame ordenado, declararão o seguinte

que examinarão a um homem de côr preta, estatura regular, musculôso, cabellos carapina, encontrarão quatro ferimentos sendo um no umbigo com duas pollegadas de extensão, duas nos vãos esquerdo e direito e outra na frente esquerda, procurando o couro cabeludo, todo sendo feitos com instrumento perfura cortante; se conhecendo ser o cadáver, do preto Félix José da Costa (Cangaceiro).

Ainda conforme Lamartine, outro cangaceiro, Pereirão, também conhecido por Roque, foi preso na Fazenda Lazinha, em Caicó.

O que desejamos com a exploração dessa documentação que nos conecta com essas violências de grupos ligados a um líder, é a hipótese de que o quadro de medos que suas histórias provocam, possam engendrar as paisagens do medo de que tratamos nesse capítulo.

Essas paisagens são, em resumo, imagens de medo que cada época histórica, e em escala bem menor, cada homem tem. Os romanos tiveram medo dos bárbaros, os homens do medievo-ocidental tiveram medo dos não-cristãos e mesmo de seu próprio Deus, já os modernos, apesar de terem levado esse título pelo que a partir deles descobriram, tinham nos mares o que melhor poderíamos definir como a “paisagem do medo”. Mas os medos não só podem ser mencionados em escalas tão vastas, o que é a casa se não uma forma de nos garantir segurança e nos proteger do que temos medo? O que é a roupa senão o mesmo?

Não há sociedade sem medo, e o que tentamos foi inventariar possíveis situações em que a sociedade a que nos detemos neste trabalho teve diante de si imagens que lhe evocava medo, situações e homens, territórios que foram tornados marginais por algo que se disse ou praticou. A paisagem do medo tanto evoca um quadro coletivo, como por exemplo o medo que os sertões, mencionados pelos autores citados, tinham dos cangaceiros, que os cidadãos de Mossoró por exemplo sentiram ao saber que a visita de Lampião era iminente, mais também, como podem referir-se a quadros mais limitados.

²⁶² LABORDOC. Inquérito Policial. 1901.

Em 1896²⁶³, estando Francisca Barrosa, as sete horas da noite em sua casa, conversando com uma sua amiga, seu esposo, Manoel Ignácio, a surpreendeu e lhe matou a facadas. Na investigação que se fez sobre o crime, se concluiu que Manoel achava que sua esposa falava mal de sua pessoa para a amiga, o que fez com que “o juri conclui[sse] que foi por motivo frívolo que o marido matou a esposa, por que abusou da confiança que nele era depositada, por que procurou a noite para mais facilmente cometer o crime, porque era superior em peso, força e arma”.

A morte de Francisca Barroso, fica evidente no documento que a narra, causou euforia e desconforto, seu esposo é chamado de “perverso assassino” pelas testemunhas, ao passo que ela é sempre mencionada como “a infeliz”. Esse exemplo nos remete ao medo da violência masculina, ao poder que sua figura evoca, ou ainda a violência entre familiares, como também a morte de Tomaz de Aquino de Araújo²⁶⁴, vítima de 13 facadas que lhe dera o seu próprio cunhado Manoel Baptista de Lucena Filho, as seis horas da manhã do mesmo ano no município de Caicó, em 1895.

Esses atos de violência, domésticos e públicos, as notícias de presos da polícia que escapam e matam aqueles responsáveis pela segurança pública, o *recrutamento* dos homens, a falta de soldados, a formação de grupos que invadem a Casa de Mercado e põe em risco as propriedades de alguns indivíduos, os embriagados, os jogadores e as histórias de cangaceiros violentos formam um quadro, são elementos de uma paisagem do medo da sociedade em questão. Não podemos dizer que são eles os mais importantes ou que juntos são a descrição total daquilo que causava medo, mas os relatos da cidade nos dão a mínima dimensão daquilo que fazia as pessoas fecharem as portas de suas casas por se sentirem inseguras.

As paisagens do medo, se formam exatamente por que algo é afetado por um risco, por algo que afeta a sobrevivência de alguém ou a estabilidade de alguma coisa. As paisagens do medo são construídas quando os corpos correm perigo, quando o corpo da cidade pode ser violado, quando o espaço é tornado território

²⁶³ LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 165. Registro: 07/1896. Natureza do documento: Processo Crime).

²⁶⁴ LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 152. Registro: 06/1895. Natureza do documento: Processo Crime).

marginal. Sobre estes aspectos: corpos em perigo e o corpo da cidade sendo ferido e/ou analisado versa o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A PRÁTICA DA CIDADE: a ordem, o corpo e as margens

3. A CIDADE PRATICADA: A ORDEM, O CORPO E AS MARGENS

3.1. A cidade e as vozes da verdade, a ordem e a prática.

Ao percorrer as ocorrências da desordem e do crime, começam as superposições entre espaços, práticas e atores. Como um palimpsesto, a cidade boa se interpenetra com a cidade má, os bons lugares são também espaço para a prática do crime, de modo que se tornam, eles também, maus lugares. Uma cidade dentro da outra, sobre a outra, a impor, pela geografia da contravenção, uma outra realidade que desafia a cidade ordenada dos cidadãos²⁶⁵.

Há quase cento e trinta anos, em uma tarde do mês de março, *ano de nascimento de nosso senhor Jesus Christo*²⁶⁶, encontravam-se uma senhora e uma de suas filhas em um terreno localizado por trás de uma das casas da Cidade do Príncipe, província do Rio Grande do Norte. Essas duas mulheres sepultavam naquele espaço uma criança que havia nascido há duas horas. A mais velha delas realizava o enterro daquele que seria seu neto, mas, àquela altura, já estava morto o seu mais novo parente.

A cena narrada evoca uma série de curiosidades. A primeira: o porquê de apenas duas pessoas estarem fazendo o sepultamento de uma criança, às duas horas da tarde e na traseira de uma casa, quando já havia cemitérios na Cidade do Príncipe com a função de guardar os mortos. Desde 1855-56, sob o signo da peste epidêmica de cólera-morbo, o Estado e a Igreja somaram esforços para interditar o sepultamento dos corpos de defuntos no interior dos templos, com o intuito de evitar a disseminação da doença²⁶⁷.

Mas já estamos em 1882 e nesta ocasião não é mais um templo e nem um cemitério que foram usados para guardar o corpo de um recém-nascido, o que causa mais estranheza se lembrarmos que estamos falando de uma sociedade que herda do cristianismo europeu o cuidado com as crianças e os *anjinhos*²⁶⁸. Esse anjinho, nas páginas do processo crime que leva sua mãe – Antônia Maria da

²⁶⁵ PESAVENTO, Sandra. "Crime, violência e sociabilidades urbanas". 2011.

²⁶⁶ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 077. Registro: 03/1882. Natureza do documento: Inquérito policial).

²⁶⁷ Ver: Santos, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. 2011.

²⁶⁸ Ver: PRIORE, Mary del. "Ritos da vida privada". In: **História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1997.

Conceição – à acusação de infanticídio²⁶⁹ está imerso, desde os primeiros relatos, em cenas não muito agradáveis. Primeiro é apresentada por sua tia, que se chamava Joanna, em um quarto, quando esta,

encontrou sua iram deitada em uma cama e a criança envolta em um panno no meio do quarto no xam estando todo envolto e a cabeça e pes e ... tendo os olhos fechados e a bocca aberta, estando com o corpo muito ... deitado de lado, com a placenta ligado ao corpo pelo cordão umbilical tendo ... livremente de ...pridido e tanto a criança como placenta tinha sido recentemente expulsa ... o seu estado di unidade²⁷⁰.

Em um segundo momento ocorre o sepultamento da criança, realizado por sua vó e a dita Joanna, sua tia portanto. Joanna se encontrava em casa quando o menino nascera e seguiu para avisar a sua mãe que sua irmã dera à luz e que a criança estava morta. Sua “mae lhe ourdenará que fosse buscar a criança para sepultar e assim obdeceo ela ... tirou dahi a criança e levou sem demora nenhuma para um ... que tem atras da caza, sob as sombras do qual ja estava sua mae”.

Embora o relato acima chame a atenção das almas mais sensíveis, “durante o período colonial muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar seus próprios filhos²⁷¹” e há quem afirme que a história do abandono dos filhos é a mesma história secreta da dor feminina²⁷², realidade que não se encerra nos próximos três séculos da história do Brasil. Ao contrário, meninos e meninas vão sendo encontrados em calçadas, praias, terrenos baldios, becos, monturos, lixo, tendo em companhia apenas os cães, porcos e ratos de rua, que, muitas vezes os faziam de refeição.

A chegada de uma criança a uma casa poderia, por diversos motivos, ser considerada algo negativo. Tanto poderia simbolizar o aumento das despesas, como levar ao chão a honra de uma família em cujo seio houvesse uma maternidade solitária, o que, segundo Renato Pinto Venâncio, explica a ação das Casas de Misericórdia, o aborto, o abandono e, em alguns casos, o infanticídio,

²⁶⁹ Sobre infanticídio, ver os estudos de Joana Maria Pedro, em especial: PEDRO, Joana Maria (org). **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2003.

²⁷⁰ Depoimento de Joanna de Tal, irmão da acusada e tia da criança morta. LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 077. Registro: 03/1882. Natureza do documento: Inquérito policial).

²⁷¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade Negada”. 2006, p. 189.

²⁷² Idem.

crescentemente objeto de historiadores²⁷³ preocupados em transformar a criança em sujeito histórico.

O abandono não era, em si, considerado um crime. Mas o aborto e infanticídio²⁷⁴ o eram. Mulheres brancas, por motivos morais ou mesmo por miséria abandonavam seus filhos, tendo a noite e o silêncio como cúmplices e a dor como confidente. Outro método de abandono “consistia em fazer das parteiras cúmplices, encarregando-as de levar o bebê a uma família interessada em recebê-la²⁷⁵”, o que não foi o caso de Antônia.

Além de ter feito seu parto solitariamente, mesmo tendo sua irmã Joanna em casa, sua mãe, a mesma senhora que enterrara a criança, era parteira. Como se pode ver na acusação que o promotor lhe faz:

... porém, apesar de ser parteira tratou de isolar sua filha, privando-a de todos os recursos de comunicação. Desta arte perversa resultou que Antonia deu a luz so, não pode tratar a si e seu filho, que nasceu vivo e por esta razão, a privação em que estava Antonia, deo cauza a um infanticidio.

Passados trinta e sete dias do momento em que a cena de enterro se deu, requerido pelo *Dr. Promot^{or}. Pub.^o* os detalhes da exumação são enviados a um médico para análise e este conclui que “no estado vertente de putrefação escapa[-nos um]a observação mais acurada, é mesmo impossível distinguir as lezoes ... o crime, nem pode ser provado, nem esclarecido”, e deste modo, não se podia culpar uma pessoa ou outra por ele.

Após a palavra da Medicina, em nome do Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro, que afirmou “não ser possível declarar se o infante gozou ou não de vida extrauterina”, a Justiça vê-se limitada e impossibilitada de dizer se a avó da criança fora ou não culpada pela sua morte – portanto, se houve ou não o infanticídio enquanto prática criminosa.

A prática do crime se espacializa, a começar pelo quarto que era ocupado por Antônia no momento em que o seu filho iria nascer. Deste ponto, outros espaços são

²⁷³ Para além das referências obrigatórias, como a “História das Crianças no Brasil”, coordenada por Mary Lucy Murray Del Priore de 1999, no âmbito do PPGH-UFRN, foi defendida a dissertação no ano de 2009, “Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação - Capitania do Rio Grande do Norte, Século XVIII, de autoria de Thiago do Nascimento Torres de Paula.

²⁷⁴ Código Criminal do Imperio do Brazil. 16 de dezembro de 1830. TITULO II (Dos crimes contra a segurança Individual), CAPITULO I (Dos crimes contra a segurança da pessoa, e vida) e SECÇÃO II (Infanticídio). Art. 199.

Sobre o aborto, conferir: DEL PRIORE, Mary. Histórias do Cotidiano. 2001. p. 25 a 29.

²⁷⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade Negada”. 2006. p. 193.

interligados, como o terreno no qual foi enterrado e a Casa de Câmara e Cadeia, onde as denúncias poderiam ser feitas. Na forma de uma rede de pontos o território estabelece-se a partir das lógicas de sua montagem, que são os diversos interesses que coadunam ou espargem-se no e através do espaço. A prática do espaço gesta o território, e este por sua vez se distribui em zonas de religiosidade, crime, mistério, centrais, periféricas e marginais.

A avó pratica o espaço: faz um uso diferenciado de um terreno por trás de uma casa, na medida em que, ao invés de lá jogar lixo, usar como depósito para algum objeto inutilizado ou ali criar algum animal *doméstico*, faz o enterro de um neto que não ajudara a nascer, mesmo sendo parteira. Ela dá a ver esse que temos chamado de território marginal, o espaço que não é naturalmente periférico, mas que é tornado margem, o limite daquilo que em seu contexto poderia ser entendido como certo, ideal e natural.

E algo semelhante teria ocorrido em 1880, quando “João Severino, conhecido por João Delgado e seu cunhado Lucio de Tal, por ocasião de se retirarem de Jardim de Piranhas entre o dia 12 e 13 do mes passado subtraíram cinco cavallos contra a vontade de seus donos²⁷⁶”. Segundo Marcos Luiz Bretas²⁷⁷, em uma revisão da historiografia sobre o crime no Brasil, a prisão por furto era muito mais comum se comparada à prisão por crime de outras naturezas, como o homicídio, de modo que essa prática remonta a espaços em que o jogo de interesses de proprietários, posses e interessados são as teias que desenham o território.

No entanto, esse gesto, que se concretiza como a dissonância empírica daquilo que os códigos e leis definem como sendo padrão, é alvo de um conjunto de conhecimentos que visa, dentre outras coisas, produzir normas para a garantia o viver bem em sociedade. A Lei tem por objetivo criar normas harmônicas de convivência e, por assim ser, mitigar os comportamentos indesejados, como o de João Delgado e seu amigo Lúcio de Tal, que além de furtarem alguns animais alheios, autorizaram a “surrarem hũa mulher na povoação²⁷⁸”. Por tudo isso eram considerados, ele e seu cúmplice, “o terror da população”, pela justiça seriam “incurços(sic) no art. 257 do cod. Cr. e a Vicente Oitica como incurso(sic) no

²⁷⁶ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

²⁷⁷ BRETAS, Marcos Luiz. O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente. 1991. p. 54.

²⁷⁸ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime – Autos Conclusos).

mesmo artigo, combinado com o 6º § 2º do m.^{mo} Código e ... todos sujeitos a prisão...”. Prisão esta que não se concretizará, pois em 5 de março do ano seguinte, 1881, o escrivão do processo, Ignácio Gonçalves Valle, mandava a qualquer oficial de justiça que lesse seu pedido, “prendesse e recolhesse” os acusados à prisão da Cidade do Príncipe, já que o oficial de justiça Joaquim de Araújo Pereira, destinado a fazer a detenção, encontrara apenas a notícia de que os réus haviam fugido em direção a Pombal, na província vizinha, Paraíba.

Como se percebe, há um hiato entre o que era decidido para os réus e aquilo que de fato acontecia. Não era de coincidência a relação entre as disposições legais e as práticas dos sujeitos. O que escreve a figura do escrivão isso atesta, porque tudo pelos seus olhos, ouvidos e interpretação passava: a palavra do juiz, do promotor, advogados, réu(s), vítimas e testemunhas. Seus valores, seu ofício, seu lugar de produção eram, ao mesmo tempo, espaço de filtragem e produção de um discurso acerca do réu, dos acontecimentos, dos documentos que implicavam em prisão, detenção e inquirição dos sujeitos.

O escrivão é um personagem que merece atenção, pois tem o compromisso de ser fiel ao que lhe é dito. Ao mesmo tempo, é um sujeito que tem o poder da palavra escrita e não pode escrever de qualquer forma. A eloquência das palavras não depende apenas delas em si, mas de quem fala e como fala. No caso do infanticídio, que abre este capítulo, a palavra de um médico põe fim a uma investigação que se estendia há mais de quarenta dias, inclusive com a exumação de um corpo que já quase não existia, graças ao estado de decomposição avançado em que se encontrava. No segundo caso, em que alguns equinos são subtraídos de uma propriedade e uma mulher anônima é surrada, é o discurso de um promotor que nos chama a atenção.

Seu texto, escrito de próprio punho é uma pérola junto a um processo por roubo de cavalos, nos dá a dimensão de sua concepção de justiça e a esperança e confiança que nela depositava. Suas palavras são endereçadas ao “Illustre Jülgadôr”, aquele presentemente chamado por juiz. Numeriano ... de Souza Brandão, para convencer o juiz de seus argumentos, convida ao diálogo autores clássicos, como o filósofo grego Platão e sua percepção de que “é a justiça aquela sol luminário, (...) que illumina toda a vida e o coração da humanidade, por ser rebento necessário de divina fonte” e mesmo o poeta romano Ovídio, que na frase usada por Numeriano Brandão demonstra precisão e poder de síntese, ao dizer que

a “justiça é o bem”. Ainda cita o “philosopho Cousén Maillet (Cousin Millet?), philosopho de importância [o qual] diz que a justiça é a encarnação do bem no direito próprio”.

Numeriano Brandão se considera um dos “verdadeiros socraterianos da sciencia do direito” e estes deveriam “zelar os principios divinos e moraes desta sciencia”. Neste sentido era “o grande moralista Sócrates” um importante exemplo de quão reta era necessária ser a vida dos “executores da Lei”.

Os homens que falavam em nome dessa “sciencia do direito”, herdeiros morais de Sócrates, respondiam pela aplicação da Justiça, uma das filhas trigêmeas da Natureza que, em batalha fratricida, teve um olho ferido por uma de suas irmãs: a Avareza. Essa batalha, segundo Numeriano Brandão, equiparou-se em miséria e horror à outra discordância familiar de tamanha importância, aquela vivida pelos fundadores mitológicos da cidade de Roma: Rômulo e Remo. Coincidentemente as duas histórias fratricidas, a de Rômulo e Remo e a da Justiça e Avareza, são localizados pelo promotor em um tempo distante, o tempo do paganismo, bem diferente da era cristã em que ele vivia, época em que, portando apenas um olho, em terra onde todos tinham dois, a Justiça era rainha

Além das referências a autores clássicos, o uso em seu discurso de palavras como: honra, moral, consciência, Deus, coração, humanidade, divina, liberdade, bem, direito, Lei, obrigação, dever, perfeição, glória, ciência, batalha, imortalidade d’alma, luta, virtudes, fé, harmonia, Jesus Christo, triumpho, inocência e verdade andam em parceria com a Justiça. Por outro lado, quando deixa de dizer o que entende por justiça e começa a pô-la em prática, soam palavras como: delicto, trago, cicuta, egoísmo, desonra, fratricídio, crime, nódoa, remorsos, fúria, miséria, paganismo, punição, insolência, violência, prostituição, adultério, ladrão, medo, até o ponto de considerar que João Severino e Lúcio de Tal são culpados e “Vicente Oiticica deve sêr punido como cúmplice”.

Ao final do texto Numeriano Brandão afirma que “por melhor acções que pratiquemos, sempre Deus é quem poderá nos dar o passaporte de perdão”, quase uma declaração de que o perdão não é um valor comum à justiça humana.

Ele escreveu:

em vista do inquerito policial procedido pela autoridade competente, pelos antecedentes que mostraram t^{er} Vicente Oiticica, homem de má indole, insolente ao último ponto, *que pactua com toda sorte de quadrilheiros ... da propriedade alheia e ao mesmo tempo tem em pouca consideração a honra das famílias ... innocentes virgem, arrastando por meio da violencia ao ... da prostituição, manchando a honra dos paes de familia adulterando-lhes, como é sabido pela opinião publica imparcial. E presumo, ou melhor ... que as testemunhas tiveram receio de depôr a verdade em juizo, contra o réo Vicente Oiticica. Tendo receio do mesmo, que é tido como um roldão²⁷⁹, (...) os criminosos já são conhecidos por todos deste local. (...) As testemunhas, illustre julgadôr, sabem perfeitamente do facto e não disseram e nem dizem a verdade por que têm medo da furia d'este reptil venenoso cujo contato é pestilencial.*

Príncipe, 9 de setembro de 1882.

Não é comum entre os processos crime que foram usados como fonte nessa pesquisa encontrar verdadeiros tratados sobre a definição do que é justiça. Mesmo quando os juízes dão o seu parecer sobre o crime cometido, não se estendem tão eloquentemente como o fez Numeriano Brandão. Então, nos indagamos por que tanta retórica²⁸⁰ em jogo se ele poderia apenas ter indicado que, de acordo com a análise que faz do processo, os réus eram culpados pelos crimes?

Este promotor fala de um lugar e tem determinadas pretensões. Os discursos não são transparentes, nem quando emitidos por um autor que fale por si, nem quando são oriundos de representantes de um grupo ou instituição e que por eles falem, no caso, os promotores. As práticas judiciais são experiências infiltradas de subjetividade, por isso, o exercício do direito não é somente o espaço onde se pensa triunfar a justiça e a lei, “onde se exerce o controle da violência a partir de regras produzidas por uma sociedade”. É também um lugar formado por sujeitos de uma sociedade que produzem, dentre outras coisas, a própria lógica dos tribunais²⁸¹. Dessa forma, afirma Sara Nunes²⁸², não é o processo a voz daqueles que falam em nome da Lei, a expressão máxima da verdade e nem a consequência mais fiel e profunda do conceito de justiça.

A justiça e o direito, que tratam das leis e de suas aplicações, implicam em instituições de saberes e práticas que fazem parte de atribuições de sentido ao

²⁷⁹ Substantivo masculino, o mesmo que: 1. falta de ordem; confusão, bagunça e desorganização. 2. Lançamento de força, para longe; precipitação, arremessão. Dicionário Houaiss. Editora Objetiva. 2009.

²⁸⁰ A respeito de crimes onde a retórica é usada para transformá-los em grande eventos, pelo uso da palavra e da eloquência, ver: FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. In: _____. **O que é um autor?** Tradução Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4^o Edição. Lisboa: Passagens. 1994. p. 89 – 128.

²⁸¹ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 1999.

²⁸² NUNES, Sara. **Caso Canozzi: um crime e vários sentidos**. 2007. p. 16.

mundo e de interesses de grupos sociais. O próprio Numeriano Brandão responde o porquê de escrever um texto tão longo sobre justiça endereçado a um juiz em um processo sobre roubo de cavalos:

Illustre julgadôr, sou novel(novo) no fóro, a minha extréa é feita neste processo. Sahido o anno passado da ... jurídica, hoje, com quaze o (um) anno de pratica completa, occupo o espinhoso cargo Promotôr Publico; por que sempre hei de cumprir o meo dever; dê no que dêr, arrotarei se neste fôr todas as vicitudes, todas de ?triedade, todos os embates; mas esse tempo algum, fé em deus, hei de manchar a minha toga de magistrado. Espinhoso cargo, illustre julgadôr, por que infelizmente, segundo o julgador, ninguém quer justiça em sua porta, é até então uma anedota um pouco chistosa²⁸³ e do mesmo tempo cunhada de moral.

Numeriano Brandão chegara recentemente. Tinha apenas um ano no Fórum e no dito processo fazia a sua aparição como promotor e precisava, além de demonstrar conhecimento e erudição, convencer o juiz de seus argumentos. Mesmo diante do silêncio das testemunhas, que disseram não muito saber da vida dos réus, ele encontra uma forma de culpá-los, pois a ausência de acusação por parte das testemunhas lhe sinalizava o medo que as mesmas tinham dos réus. Logo a verdade estava ali, nas palavras não ditas das testemunhas e a prova, que deveria ser em tese a demonstração ou recurso material que afirmasse o ocorrido, passa a ser algo da ordem do simbólico, do não declarado.

As falas de Numeriano Brandão procuram estabelecer uma verdade e um sentido universal para o conceito de Justiça, assim como também os julgamentos funcionam como um espaço de produção e construção da verdade, que não necessariamente correspondem aos fatos. As versões, que muitas vezes se diferenciam, são escaladas em uma lógica de verdade e mentira, remetendo àquilo que aconteceu e ao que não, hierarquizando sujeitos, práticas e falas, como se pode ver no relato seguinte.

Qualquer pessoa que presente estivesse “na noite de 15 p^a 16 do corrente mez” de outubro de 1885, próximo do rio Seridó, na altura de uma fazenda, presenciaria ou ouviria uma história que posteriormente ganhou muitas versões e desenhos de verdade, bem como diferentes narrativas de como a vítima, o réu e as testemunhas se apropriam discursivamente do espaço – sinalizando para o que nos

²⁸³ Adjetivo. Diz-se daquilo: 1. que se caracteriza por ou cheio de chistes; engraçado, jocoso. 2. que expressa ou denota chiste; brincalhão, faceto. Dicionário Houaiss. Editora Objetiva. 2009.

diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior acerca do espaço ser “um reticulado de ações, de deslocamentos, de trajetórias, é uma rede de relações de toda ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e de discurso²⁸⁴”.

E é esse olhar que enxerga a dimensão espacial dos acontecimentos que tentamos lançar sobre os discursos presentes no processo²⁸⁵ de 1885. A acusação contra Manoel Francisco Cardoso Filho, conhecido como Manoel Xico, pesa sobre a descrição de que na noite supracitada ele atacara, com uma faca, Ricarda Leopoldina da Conceição. De acordo com as testemunhas, era noite e alguns amigos de Benedicto José de Santa Anna, homem de 67 anos, se reuniam para queimar uma caieira de tijolos. Até aí, tudo bem. Uma noite qualquer onde homens, na qualidade de companheiros, foram convidados ou se propõem – ou as duas coisas – a ajudar um amigo.

As falas das testemunhas vão pouco a pouco revelando que aquilo que parecia uma simples queima de tijolos se tornava quase uma festa. A noite de lua cheia reunia homens e mulheres, uns trabalhando, outros conversando. No meio desses estava a ofendida, Ricarda, uma mulher solteira, costureira, lavadeira e vendedora, residente na Cidade do Príncipe. Em seus próprios termos, teria ido “a queimada [de uma] caieira, vender um taboleiro de bolo e café, que ahi chegando encontrou Manoel Francisco Cardoso ... e sabendo que ele tem declarado que a matava onde a encontrasse”, tratou de se retirar.

Retirando-se a ofendida, convidou algumas suas amigas, como Roza Maria da Conceição, para acompanhá-la até a casa de Benedicto José de Santa Anna, o anfitrião, onde a primeira teria deixado seu filho dormindo. Embora fosse noite de lua, da caieira até a casa havia escuridão, motivo pelo qual Josefa, outra amiga que a acompanhava, “hia adiante com um tição de fogo”, sendo seguida pelo dito Benedicto. Pela mesma escuridão passaria, sem ser percebido, o réu Manoel Cardoso.

Benedicto, ao que tudo indica, era um bom anfitrião. Além do fogo para queimar os tijolos, não esquecia a aguardente “para dar a beber aos seus companheiros de trabalho ...” que ali permaneceriam “até o dia amanhecer”. O

²⁸⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais”. 2009. p. 07.

²⁸⁵ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 045. Registro: 02/1885. Natureza do documento: processo crime).

cenário é também, de certa forma, convidativo: uma noite de lua cheia, homens e mulheres conversando enquanto uma caieira de fogo queimava, aguardente à disposição e venda de café e bolo, ou seja, por tudo isso, de frio ninguém morreria. De frio não.

No entanto,

uma das testemunhas, estando naquela noite em casa ouviu a ofendida dizer para uma mulher ... que Manoel quasi que a mata ... que estava com uma faca a pesigundo (...) ouviu na só dizer macudão que Manoel Xico que me matar, que correndo logo para o lugar, vio Manoel Xico correndo ... que logo tão bem chegou o soldado Francisco, que encontro o dito Manoel Xico com uma faca, que o soldado querendo toma la não pode conseguir, entregando a depois a elle testimonho.

A mesma testemunha disse saber, “por ouvir dizer” que os dois envolvidos eram intrigados. A ofendida, por sua vez, no Auto de Perguntas,

respondeo que ella não tem richa com elle, mas sabe que elle tem, pelo motivo de que vivendo algum tempo na companhia d'elle, e elle ... dormindo áquis enfocar, apertando lhe as goellas com tanta forsa que a firio como mostra pela cicatris que tem na garganta, e ella deixando sua companhia, afirmou elle acabar com ella.

Intrigados ou não, Ricarda, chegando até a casa de Benedicto, encontrou Manoel Francisco, que se dirigiu a ela: “Putá do diacho o que veio ver aqui?” e desferiu-lhe alguns golpes com faca, um dos quais acertou uma de suas mãos, o que confirma o exame de corpo delicto.

Ricarda era um personagem com um pé na marginalidade: mãe solteira, com diversas profissões, dentre elas a de vendedora de café, inclusive no turno da noite, acompanhando homens que trabalhavam e bebiam. Ou podemos pensar que era na verdade uma mulher que lutava pela sobrevivência, já que sem um esposo que a sustentasse, ela e seu filho dependiam das roupas que ela lavava e costurava e dos cafés vendidos, mesmo que sua honra e vida estivessem dessa forma a correr risco.

Independente de qual dessas duas mulheres ela fosse, ou as duas ao mesmo tempo, Ricarda se colocava em um território que não era de seu domínio. Rodeada por homens e sendo mãe solteira, certamente não eram muitos os elogios que recebia. O “envolvimento das mulheres na criminalidade é um indicativo de que os padrões de comportamentos assentados em antigos valores herdados do período

colonial já não contemplavam mais a sociedade que se transformava e com ela as relações sociais²⁸⁶.

A margem, esse território-limite no qual Ricarda é inserida, pela ação de um ex-amante que tenta matá-la, é tão cidade quanto qualquer outra de suas zonas. É a confirmação daquilo que nos diz Sandra Jatahy Pesavento²⁸⁷: a cidade é em si um espaço restrito, onde a desigualdade se faz vitrina, na ocupação do próprio espaço, nas relações sociais e econômicas que aí se assentam, onde a exposição da diferença é acentuada.

A ação que desemboca no ferimento de Ricarda e, posteriormente, no processo crime que ora analisamos remete a um tipo especial de crime, os passionais, que segundo Magali Gouveia Engel²⁸⁸, têm suscitado importantes reflexões, norteadas por diferentes enfoques em diversas áreas do saber. Segundo a mesma autora, as pesquisas têm apontado que o principal alvo das agressões masculinas eram normalmente as mulheres, o que nos conduz a uma outra fonte, de 1884²⁸⁹, na qual aparece Teodora Maria da Conceição explicando como se deu o ferimento em seu corpo. Antes que ela possa falar, ou melhor, ser ouvida, são os peritos do exame de *corpo delicto* a se pronunciarem e

declararao o seguinte: que encontraram na pessoa de Theodora Maria da Conceição parda, com trinta annos mais ou menos, temperamento bilioso, constituição regular, [e com] um ferimento, interrogando-a pello que cobre e bordo superciliar na extensão de dezoito millimetros aproximadamente; as bordas da ferida estão ... indicando acção de um ... instrumento contundente.

Normalmente havia um roteiro de perguntas, no total de dez, a serem respondidas quando da realização de um exame de corpo delicto. Intentava-se saber: "1º Se há ferimento ou offensa phisica. 2º Se é mortal. 3º Qual o instrumento que o occassionou. 4º Se houve ou resultou mutilação de algum membro ou órgão. 5ª Se pode haver ou resultar essa mutilação em destruição de membro. 6º Se pode haver ou resultar inhabilitação do membro ou orgão sem que fique ele prestando. 7º Se pode haver ou resultar alguma diformidade, e qual ella seja. 8º Se o mal resultando

²⁸⁶ RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. "Justiça e costumes: em defesa da honra de homens e mulheres em Mato Grosso, no século XIX". 2008. p. 134.

²⁸⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX". 2004.

²⁸⁸ ENGEL, Magali Gouveia. "Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)". 2000, p. 153.

²⁸⁹ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 028. Registro: 01/1884. Natureza do documento: Inquérito Policial).

do ferimento ou ofensa física produz (...) no modo de saúde. 9º Se inhabilita do serviço por mais de trinta dias. 10º Qual era a cor do dano causado²⁹⁰.

No entanto, interessante é perceber, que embora os *peritos* sejam direcionados a analisarem a natureza e causas do ferimento, no caso da ofendida Theodora, começam sua investigação a partir do temperamento da ofendida: de irritação, mal-humor, uma pessoa de má gênio, “biliosa” – em uma referência à substância secretada pelo fígado, com força suficiente para absorver as gorduras e com um sabor dos mais amargos, tanto que se diz que algo é maximamente amargo, quando assemelha-se a fel, um sinônimo popularmente conhecido da bile.

Não podemos verificar essa associação do comportamento de Theodora à *bili* de modo ingênuo, possivelmente é feita com base no conhecimento que os peritos deveriam ter da “teoria humoral”, ou, como é mais conhecida, “teoria dos quatro humores”, principal corpo de explicação racional da saúde e da doença, que vigora, pelo menos até o século XVII, referindo-se aos comportamentos ou temperamentos melancólico, sanguíneo, bilioso/colérico e fleumático.

A teoria dos quatro humores conhece muitos janeiros, remete a um filósofo da Sicília chamado Empedocles, segundo o qual o sol, a terra, o céu e o mar estão unidos por afinidades, que equilibradas em proporção, dão a medida de calor, frio, secura e humanidade. Depois apropriada por Hipócrates e, por fim, esquematizada por Cláudio Galeno, que vão relacionar essas *situações atmosféricas* com os quatro elementos da natureza, terra, fogo, água e ar e posteriormente com a situação de saúde e doença do corpo humano.

Segundo a explicação da teoria humoral galênica, ou hipocrática, o comportamento estável, bem como a saúde, seria resultante do equilíbrio dos quatro *humores*: sangue, fleuma(linfa), bile amarela e bile negra, respectivamente procedentes do coração, sistema respiratório, fígado e baço. A explicação é quádrupla, na prevalescência de um destes três humores, teríamos os quatro diferentes tipos de temperamentos supracitados, também as doenças humanas seriam consequência da desarmonia desses flúidos no corpo.

Para Hipócrates, considerado o pai da medicina, o trabalho do médico era exatamente de restaurar o equilíbrio desses quatro fluidos. Galeno vai aperfeiçoar a explicação, relacionando os quatro elementos da natureza, os fluidos corporais e os

²⁹⁰ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 066. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Exame de Corpo Delito).

comportamentos humanos, tanto que sua teoria influenciará a medicina por mais ou menos mil e quinhentos anos²⁹¹.

É bem possível então que a leitura do comportamento de Theodora tenha sido feita com base no conhecimento que se tinham da teoria galênica, assim, a descrição do ferimento e o que possivelmente o provocou é a última preocupação dos *peritos*. Ao situarem o comportamento de Teodora como não sendo dos mais fáceis, automaticamente os autores do corpo delito dão vazão ao argumento de defesa de Francisco Vieira Cidra, o réu. O juiz, por sua vez, ao entender que o crime era “particular”, ou seja passional, e sabendo que não houvera flagrante, afirmou que era “lícito a parte [ofendida] desistir da ação” ... “tendo opinado nesta data pelo perdão da offendida”.

Um outro ponto que nos chama atenção é que, no processo crime de Ricarda Leopoldina da Conceição, a mesma declara no “Auto de Perguntas” ser miserável. Por sua vez, o escrivão do processo de Teodora Maria da Conceição sublinha um tal “Autho de Atestado de Miserabilidade da offendida”. Diante dessas referências à condição de vida dessas mulheres, nos perguntamos a razão ou motivo que as fez se declarar ou serem declaradas miseráveis. Em que essa informação, um pequeno fragmento em um texto bem mais amplo, poderia influir no andamento do processo e julgamento de seus ofensores?

É no Capítulo IV do Código do Processo Criminal de 1832²⁹² que algo se torna claro a respeito disso. Na verdade, “sendo o offendido miseravel, que pelas circunstancias, em que se achar, não possa perseguir o offensor, o Promotor Público deve, ou qualquer do povo pôde intentar a queixa, e proseguir nos termos ulteriores do processo”. É a única referência neste código à miserabilidade, deste modo, é provável que dos cofres da municipalidade saíssem às famosas “Custas do Processo”, em outros termos, os gastos com pagamentos de peritos, promotor, publicação e envio de autos e ao juiz. Por esse motivo, o da presença dos sujeitos das classes populares nas indigestões sociais, ou mesmo pela explicação materialista que costumava se dar aos problemas da vadiagem, a historiografia do crime no Brasil costumou acerca-se da pobreza como forma de explicar o fenômeno da violência urbana, dos vadios e da prática policial e judicial sobre esses.

²⁹¹ Sobre a teoria galênica ver: COBAS, Verónica. **A Medicina e a Sua História**. Lisboa, PT: EPUC, 1989.

²⁹² Código Criminal do Imperio do Brazil. 1832. TITULO II (Do Processo em Geral), CAPITULO IV (Da queixa, e Denúncia) e Art. 73.

Trabalhos que se ocupam de histórias marginais acabam por problematizá-las a partir da pobreza de alguns grupos sociais que constantemente aparecem na documentação policial e judicial, os quais, na maioria das vezes, por serem pobres, eram automaticamente tidos como vadios. Especialmente após a libertação dos escravos, quando muitos não tinham para onde ir e o que fazer e, nas ruas, eram tratados pela polícia como vadios, aquele ou aquela, que sem moradia, sem ofício, vivia de esmolas ou de outras práticas para conseguir o sustento. De modo que, como diria Boris Fausto²⁹³, os personagens dessas tramas são invisíveis no plano dos grandes acontecimentos e sofrem uma repressão mais pronunciada.

As cidades maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, são recortes mais bem explorados pelos historiadores. As obras de Boris Fausto e Sidney Chalhoub²⁹⁴ são exemplos disso, no entanto, segundo Marcos Luiz Bretas²⁹⁵, por mais que se estude a violência entre os homens livres e pobres, são as áreas urbanas normalmente o recorte espacial dessas pesquisas, de modo que a história da violência nas zonas rurais ou das cidades pequenas ou que estavam mais distantes da administração, ainda está por ser escrita. De todo modo, segundo o mesmo autor, por mais que essas populações ainda não tenham sido estudadas (ou pouco tenham sido), os historiadores estão descobrindo que o crime não está tão distante assim do cotidiano, tanto das pessoas pobres quanto das não pobres.

No entanto, segundo Magali Gouveia Engel²⁹⁶, na maioria dos casos de crime os envolvidos se tratavam de indivíduos pertencentes aos setores menos favorecidos da sociedade, aquelas camadas pobres ou pauperizadas. “Os resultados parciais das pesquisas em curso revelam, portanto, que a maior parte dos conflitos levantados envolvem homens e mulheres dos segmentos populares, apontando, ainda, para o fato de que, mesmo entre estes grupos sociais, o principal alvo das agressões masculinas eram as mulheres”²⁹⁷.

Como essa compreensão é mais recente, mais comum nos trabalhos de estudo sobre o crime era, anteriormente, trabalhar com a noção de “classes

²⁹³ FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**. 2009. p. 10.

²⁹⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. 1986.; FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. 1984.

²⁹⁵ BRETAS, Marcos Luiz. “O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente”. 1991. p. 53.

²⁹⁶ ENGEL, Magali Gouveia. “Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)”. 2000. p. 160 e 61.

²⁹⁷ idem.

perigosas”. A questão da pobreza para Pedro de Almeida Vasconcelos²⁹⁸ foi especialmente tratada pela sociologia e na geografia, nessa última, destacando-se o nome de Milton Santos, autor de *Pobreza Urbana*²⁹⁹, livro publicado em 1978. As definições de pobreza, embora devam ser relativizadas no tempo e no espaço, passam por noções como marginalidade, dentro e fora, cima, baixo e exclusão. Como se vê, até mesmos os termos com os quais nos referimos à pobreza, se relacionam, coincidentemente ou não, com aqueles com os quais tratamos o espaço.

São dessa forma crescentes os trabalhos sobre a história do crime no Brasil, de modo especial, mas, não somente, no universo da história social. A preocupação com idade, condição social, econômica e de gênero e mesmo a natureza de seus crimes³⁰⁰ quantos eram escravos, a quantidade de absolvições segundo um tipo de crime ou etnia³⁰¹ se tornam vetores através dos quais os historiadores problematizaram o social.

Esse ramo da história tem produzido um bom número de trabalhos. O olhar quantitativo sobre as fontes, estabelecendo estatísticas criminais, questionando a ação das Casas de Câmara e Cadeia, as conexões e diatribes às Ordenações e Leis do Brasil. Neste sentido, os arquivos criminais podem ser uma fonte muito interessante para o estudo da vida cotidiana³⁰². Muitas das análises atuais estão focalizando o controle social e a produção do desvio, formadores das chamadas classes perigosas³⁰³. Essas pesquisas voltam-se para o estudo do controle dos grupos sociais relevantes nos processos de modernização e, posteriormente, industrialização.

Neste sentido, o processo crime, como temos demonstrado ao longo deste texto, dá conta de espaços, atores e práticas e a “fragilidade entre o mundo da ordem e o da contra-ordem³⁰⁴”. E no meio de tantas falas repetidas, estão as

²⁹⁸ VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração”. 2006. p. 20.

²⁹⁹ SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo, SP: Hucitec; Recife, PE: UFPE/CNPV, 1978.

³⁰⁰ GROSSO, Carlos Eduardo Millen. **Poderiam viver juntos?** 2007; SOUZA, Alan Nardi de. **Crime e Castigo**. 2007.

³⁰¹ OLIVEIRA, Fabiana Luci; SILVA Virgínia Ferreira da. “Processos Judiciais como fontes de dados: poder e interpretação”. 2005.

³⁰² BRETAS, Marcos Luiz. *O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente*. 1991. p. 49.

³⁰³ Idem. 1991. p. 53.

³⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no Sul Brasileiro no final do séc. XIX”. 2004.

testemunhas que transitam entre o compromisso que assumem com a verdade – através do juramento com mão direita sobre a Bíblia –, seus interesses pessoais e ainda a fórmula repetida nos processos-crime, recém reciclada por uma famosa emissora de televisão do Brasil: *Na forma da Lei*³⁰⁵.

Os processos-crime são o retrato de intrincadas relações de poder que envolvem homens que elaboram uma forma divergente, por vezes fugaz, de viver além da forma da Lei, de uma rede de policiais e da própria justiça enquanto instituição. Os crimes, por sua vez, constituem a transgressão do cotidiano, porque relacionam elementos como o inesperado no comportamento e a danação da norma. Essa documentação é um ponto de encontro de confissões, denúncias e depoimentos. Juntamente com os inquéritos policiais e exames de corpo delicto, dão-nos a ideia de como a Polícia e Justiça procediam diante do desvio e do encontro com o inusitado.

3.2. A Cidade/território como corpo e o corpo como território

No dia 18 de maio de 1883, na Delegacia de Polícia da Cidade do Príncipe, seriam convidados (na verdade intimados), “os cidadãos José Daniel Diniz e Manoel Henrique Meeira, para como peritos, comparecerem ... as 10 horas do dia no cemiterio publico [da] cidade, afim de proceder se o exame do cadaver de Isabel de Tal³⁰⁶”. Também fazia parte do grupo, o professor Leônidas Monteiro de Araújo. Juntos, a partir de um Exame de Corpo Delicto, avaliariam o cadáver no intuito de confirmar se a morte teria sido mesmo provocada pela própria vítima. Ao que tudo indica, a Isabel de Tal, esposa de Galdino de Tal, planejara seu próprio estrangulamento. Para isso, ordenara a seu filho que fosse até o roçado, onde seu pai já estava. Assim, sozinha, poderia matar-se.

Uma situação semelhante se dera dois anos antes, em 1881³⁰⁷ quando três senhores encontraram “o cadáver da menor Marianna (...) enforcado numa pequena arvore estando com os pes apoiados ao chão”. No exame de corpo delicto, como assim era chamada na época,

³⁰⁵ Série exibida pela TV Globo, de autoria de Antônio Calmon, em 2010.

³⁰⁶ LABORDOC . (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 075. Registro: 03/1883. Natureza do documento: Inquérito policial). Suicídio.

³⁰⁷ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 078. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Corpo delicto).

... encontraram no pescoço ã vinco ja denegrado produzido pela compressão duma corda ou relho sobre as carnes molles. O resto intumescido de um azul ... olhos esbugalhados e ã pequeno arranhão do lado esquerdo do pescoço como feito por unhas ... e quanto as partes pudendas, se acharão ilesas, em perfeito estado e sem vestigios de violencia, segundo afirmarão no exame a que procederam Leonor Maria da Conceição e Guilhermina Rosa da Conceição.

Percebemos que se levantou a hipótese de que houvera estupro, pelo fato de terem analisado a genitália, mas também pela presença de mulheres no exame – o que não era comum nos exames de corpo delito. É possível perceber também que a figura do padrasto é posta em questão, especialmente pelas perguntas feitas às testemunhas sobre a forma como a vítima era tratada pelo esposo de sua mãe, ao que responderam todas “que o padrasto a tratava tão bem, como se a mesma fosse sua filha”.

O corpo da criança foi encontrado às cinco horas da manhã, tendo como testemunhas, além do padrasto e seus dois amigos, o sol, que estava nascendo. Ao verem a cena os três homens, se dirigiram para lá e o padrasto desatou o nó da corda, que ligava o pescoço de Marianna a uma “jurema torta, mais alta que a finada”. Algumas pessoas que passavam pelo local afirmaram que “o corpo ainda tinha quentura, mostrando ter se dado o suicidio a pouco tempo”.

Os homens removeram o cadáver e o levaram até sua casa. E “ao chegar com o corpo em casa, [o padrasto de Mariana] perguntara a sua mulher, que estava dormindo: que de sua filha Mariana? Ao que ella respondeu lhe = foi ver ã feixe de lenha ... ao que repetiu o padrasto: pois ella aqui está morta!”.

Procuramos apontar, através desses relatos, não para fato de que essas duas mulheres, uma já adulta e outra ainda criança, morreram por asfixia ou ainda que os homens que lhe rodearam foram normalmente tidos como suspeitos – não por acusação formalizada, mas pelo texto que os processos trazem. Especialmente nas perguntas feitas às testemunhas e, no caso da menor Mariana, pelo exame feito por duas mulheres, pela atenção dada a genitália e, por fim, pelas inquirições feitas às testemunhas sobre a relação que mantinha com seu padrasto. Essas situações sinalizam para a concepção de que, à época, já normalmente atrelavam violência aos homens, dado que os historiadores vêm confirmando nos estudos sobre crime e criminalidade.

Buscamos chamar atenção, com esses exemplos, para o exame que se procedeu nos corpos já falecidos, o exame de corpo delito, hoje conhecido, na

literatura jurídica, como necrópsia. Esse tipo de exame *tinha* por objetivo detectar lesões, buscar dados como autoria, temporalidade e extensão dos danos. No caso específico de ser realizado em um morto, pretendia-se encontrar a lesão que provocou o falecimento.

No entanto, ao invés de ter um corpo humano como objeto a ser analisado, é a cidade esse corpo a ser examinado, mais especificamente a Casa de Mercado, no ano de 1889. Tendo sido alvo de um furto essa mesma casa, precisavam ser investigadas as marcas deixadas pelos ladrões, para, assim como nos processos citados anteriormente, saber-se quem e o que maculou a integridade da cidade.

A Casa de Mercado, como já afirmamos anteriormente, era um dos pontos centrais da cidade. Por assim dizer, remetemos à lógica de que os territórios marginais são estabelecidos também no *coração* das cidades, a partir de um deslize, de um lapso, de um comportamento que foge às normas. O Mercado, como era conhecido popularmente, é um dos pontos relevante nas considerações do Código de Postura³⁰⁸, onde apareciam os horários a serem seguidos e como deveriam se portar os sujeitos naquela casa. Por sua vez, em casos como esse, de furto, o Código Criminal do Império³⁰⁹ previa prisão com trabalho, de dois a quatro anos e multa de cinco a vinte por cento do valor subtraído.

A partir desse Exame de Corpo Delito e Processo Crime³¹⁰, a palavra que representa o corpo começa a representar a cidade. De modo que cidade e corpo são análogos por estas vias. É como se o espaço pudesse ser ferido, e, por isso, analisado como corpo, sendo as marcas do telhado do mercado o ponto de inflexão da análise dos peritos, que se perguntam, assim como perguntariam em exame a um corpo:

primeiro se ha vestigios de violencias no tecto d' aquelle compartimento. Segundo quais elles sejao; terceiro, se por essa violencia foi vencido, o podia vencer, se o obstaculo que existe para entrada no compartimento; quarto, se havia obstaculo, se se impregou força, instrumentos ou aparelhos para vencello, sexto, qual foi essa força, instrumentos ou aparelhos, septimo finalmente qual o valor do dano causado.

³⁰⁸ Lei Nº 918. 14 de março de 1884. Assembleias Legislativas da Província do Rio Grande do Norte. Presidente em exercício: Francisco de Paula Salles. p. 66. LABORDOC/CERES/UFRN.

³⁰⁹ Código Criminal do Império do Brasil. TITULO III (Dos crimes contra a propriedade), CAPITULO I (FURTO), Art. 257.

³¹⁰ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 074. Registro: 03/1889. Natureza do documento: processo crime).

Ao que parece, o espaço, tendo o corpo como metáfora para sua organização, vem sendo descoberto pela história. Em torno do corpo os filhos de Clio vêm abrindo os seus olhos. Sobre ele, o corpo, cada sociedade deixa suas marcas, “fabricam aparências pela mediação de modelos higiênicos, cosméticos, vestimentares, alimentares, gestais, etc. (...) ele é o lugar do desejo e da dor. Ainda bastante ausente na história, ele é, também, como queria Michelet, um seu território”³¹¹.

O corpo como chave para entender o passado, como o corpo e suas formas foram usados pela arquitetura e o urbanismo, bem como a perda dessa referência por parte dos arquitetos modernos tem sido preocupação dos estudiosos³¹². No caso de nosso processo, é a geometria do corpo que servirá como referência à geografia da cidade.

Aos onze dias do mes de abril do anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e oitenta e nove, as quatro horas da tarde, nesta Cidade do Principe, na Casa do Mercado Publico desta Cidade em um quarto de negócio dos Senhores ... Meira e Manoel Vicente Dias de Araujo, presente o juiz de Pais em exercicio, o Capitão Francisco ... Cabral, comigo escrivao de seu cargo abaixo assignado, os peritos notificados Manoel Francisco da Costa e Alexandre Xavier Pinheiro, profissionais e moradores nesta cidade, o juiz deferio aos mesmos peritos o juramento aos Santos Evangelhos e bem fielmente desempenharam a ... declarando com verdade o que descobriram e encontraram e o que em suas consciências entenderam; e encarregou lhes que procedessem o exame no telhado de compartimento de carga do mercado publico desta cidade, em que os senhores Meira e Araujo tem uma taverna.

Os peritos declararam, como fariam ao analisar um corpo ferido, que encontraram telhas quebradas e um espaço aberto suficiente para a passagem de uma pessoa, no caso, João José Gomes da Trindade, suspeito do roubo. Para as perguntas adaptadas ao peculiar exame de corpo delito, os peritos

Respondem que ha vestigios de violencia no tecto do estabelecimento. Que havia violencia contra os obstaculos, que houve emprego de força manual e sem duvida de instrumentos apropriados para galgar o telhado. O dano do telhado foi avaliado em mil reis, já os objetos roubados, calcularam em cinquente mil reis, segundo as declarações dos donos.

E graças às evidências de que a entrada pelo telhado foi através da violência, automaticamente o promotor utilizará para incriminar João José Gomes da Trindade

³¹¹ PRIORI, Mary Lucy Murray Del. “A história do corpo e a Nova História: uma autópsia”. 1994, p. 52 - 55.

³¹² SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. 2008.

Dantas o artigo 269³¹³, ao invés do 257, do Código Criminal, que prevê o furto acompanhado de violência a pessoas e/ou cousas e como pena, “galés por um a oito annos”, ao invés da pena relativamente leve do artigo 257.

O estabelecimento dessa relação entre o corpo e o espaço, segundo Richard Sennet e José D’Assunção Barros³¹⁴ é nítida na obra do filósofo e parisiense do século XVIII, João de Salisbury, que em 1159 publicou em *Policraticus* que o ‘Estado (*res publica*) é um corpo’.

A perspectiva de Salisbury é um tanto quanto funcionalista e hierarquizada, no sentido de que cada grupo social estaria fadado a desempenhar uma função específica na sociedade. Para o filósofo, o governante seria o cérebro; seus conselheiros funcionariam como o coração da cidade; os comerciantes, o estômago da sociedade; os soldados, suas mãos; camponeses e trabalhadores manuais, seus pés. Nesta perspectiva, o movimento em um templo se daria lentamente, pois a catedral, como parte do cérebro, seria um órgão reflexivo. Já no mercado, parte do estômago, onde se processaria a digestão, o trânsito se daria mais rapidamente.

Na cidade, assim como no corpo, a circulação deve ser facilitada, a movimentação bem distribuída e o trânsito, humano ou não, simulado de modo que não haja choque. Na cidade, as legendas, as imagens e o direito, mas não somente eles, regularizam o que cada um pode manusear e possuir, bem como as condições para tal. Na cidade também é esperado que sejam eliminados seus dejetos, aquilo que em seu *corpo* não é mais útil, por exemplo, o lixo, itens obsoletos e a matéria orgânica morta, mas também aqueles que por desordem, planejada ou não, possam subverter as condições de manuseio e posse do que não lhe pertence.

A cidade, assim como o corpo, sob julgo de intoxicação, tem que eliminar o excedente e o inútil³¹⁵, obedecendo a uma ordem social. A anomia, a convulsão social, a guerra e a crise são imbróglios para as cidades, são exemplos de má digestão no seu corpo.

Cabe imaginar, então, que uma cidade em que as ruas principais são becos – ou rodeadas por eles – , é o cenário ideal para os arroubos sociais. Para Sandra

³¹³ Código Criminal do Império do Brasil. TITULO III (Dos crimes contra a propriedade), CAPITULO III (Damno),

TITULO IV (Dos crimes contra a pessoa, e contra a propriedade). Art. 269.

³¹⁴ BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. 2007. p. 30 e 31. SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. 2008. p. 14, 20 e 22. BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. 2007. p. 30 e 31.

³¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. 2001. p. 239.

Jatahy Pesavento³¹⁶, o verbete *beco* enuncia duas acepções: uma delas, a topográfica, que define o traçado de um tipo de rua, normalmente estreita e que serve de ligação entre um ponto e outro; a outra, a moral, que é a dimensão problemática e pejorativa, que aponta para uma condição que extrapola a demarcação espacial e se direciona para o campo do simbólico.

Os peritos do processo que estamos analisando avaliam um ponto de indigestão no corpo da cidade e usam exatamente a metáfora em relação à urbe para entender o fato, fazendo-nos lembrar, em alguma medida, as palavras de Paul Claval: “É através dos sentidos e de seu corpo que cada um desenvolve sua experiência de mundo³¹⁷”. É essa impressão de que a cidade é um organismo vivo³¹⁸ e ao mesmo tempo uma paráfrase em relação ao corpo que desperta nos estudiosos a ideia de que, seja através do corpo ou da cidade, ou do corpo da cidade, é possível ter outras visões sobre trabalho, pobreza, miséria, criminalidade, já que esses *fenômenos* não existem sem deixar marcas, quase tatuagens, quase feridas, nos corpos e nas cidades.

Mas não é qualquer um que está habilitado a atuar na cidade. Sobre os peritos que normalmente desenvolvem os exames de corpo delito não sabemos muito. Não sabemos o que os habilitava a exercer tal atividade. Ao mesmo tempo, percebemos que normalmente pessoas como professores e padres são convidados a se fazerem presentes, pelo conhecimento que detêm sobre a vida. Em um caso especial, que supracitamos, duas mulheres são as peritas, ao examinarem o corpo da menor Marianna.

No entanto, se alguns são convidados a exercerem um ofício, os processos crime dão a ver também aqueles proibidos de fazê-lo. Em 1881 foi informado ao “Doutor Francisco Pinheiro de Almeida Castro, graduado em medicina pela Imperial Faculdade da Corte³¹⁹” que o senhor “Snr. José Alves de Tal (José Alves Cavalcante), morador nesta cidade” do Príncipe, entregava-se ao exercício da “medicina e da pharmacia sem titulos que o [habilitassem] a pratica de taes profissões”.

³¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Era uma vez o beco: origem de um mau lugar”. 2001. p. 97.

³¹⁷ CLAVAL, Paul. “Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana?” 2008. p. 22 e 24.

³¹⁸ Sobre essa relação Cidade e Organismo, consultamos: WANDERLEY, Claudia. “O Corpo, a Cidade: repetição”. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Fontes, 2001.

³¹⁹ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 082. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Processo crime).

No Brasil, só poderiam exercer a medicina e a farmácia aqueles que fossem graduados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A criação desta remonta ao período de trânsito de pessoas e saberes sobre o Atlântico, que culmina com a chegada da família real portuguesa em 1808 no Brasil. Até 1826 os diplomas dessa instituição ainda eram expedidos pela Universidade de Coimbra. Em 1832 essa *Escola* é transformada em Faculdade, seguindo o modelo francês de instituições de ensino superior. Aí, em um curso de seis anos, seriam formados aqueles destinados a atuarem em medicina e farmácia.

É “em nome da moralidade da forencia, da saúde publica e do amor a vida dos nossos concidadãos e do respeito as leis” que José Alves Cavalcante é intimado a uma audiência onde deveria apresentar os títulos que o habilitassem a exercer a medicina, título sobre o qual não se tinha notícia na Cidade do Príncipe. É em nome da lei, especialmente do Artigo 301³²⁰ do Código Criminal do Império, que se pede a interdição do exercício da medicina de José Cavalcante. Na audiência o réu declara que não possuía os tais títulos necessários às atividades de médico e farmacêutico, mas que não exercia a medicina ilegalmente, no máximo, administrava e comercializava medicamentos.

Comparando os dois últimos processos, podemos encontrar alguns pontos de aproximação e distanciamento. Se os peritos são autorizados a investigar um corpo, o da cidade, por serem portadores de um conhecimento que os autoriza a isso, José Cavalcante é desautorizado por não deter os dispositivos legítimos, os títulos outorgados por uma instituição, para fazê-lo.

As duas situações, a de permissão e a de proibição, tem o corpo como ponto de disputa, como espaço de batalha, como território a ser definido e pertencente a uma ou a outra ordem. Como diria o historiador britânico Roy Porter, “o corpo é prenhe de significados simbólicos profundos, intensamente carregados ... Para os cristãos ortodoxos, por exemplo, sendo originalmente feito à imagem e semelhança de Deus, ele é um templo. Mas desde a queda e a expulsão do Jardim do Éden, os corpos tem sido “vis” e a “carne é fraca e corrupta”³²¹. O mesmo historiador afirma que a medicina, até o nascimento da sociedade moderna, no Ocidente, “foi um

³²⁰ Código Criminal do Império do Brasil. TITULO IV (Dos crimes contra a pessoa, e contra a propriedade). Parte Quarta (Dos crimes policiaes). CAPITULO VI (Uso de nomes e suppostos, e títulos indevidos. Art. 301.

³²¹ PORTER, Roy. **Das tripas coração**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. p. 73 e 185.

negócio de pequena escala, baseado no contato direto entre uma pessoa doente e um amador ou profissional da cura, legítimo ou charlatão”.

José Alves Cavalcante não foge, assim, à regra: defende-se afirmando que apenas manipulava remédios, mas que nunca exercera a medicina em si. De um modo ou de outro, tentou construir para si um espaço próprio, mas sem as condições exigidas para a produção de tal. Por isso, José Alves se localiza em um território da margem, não no sentido físico do termo, como iremos tratar à frente, mas na dimensão simbólica, no sentido em que estava a margem de um conhecimento instituído, o da medicina e da farmácia.

3.3. Territórios marginais na Cidade: (obs)cenas nos subúrbios

Os territórios marginais, por figurarem como espaços disputados – muitas vezes, inclusive, pelo uso da força e da violência – acondicionam relações quentes, onde os atos e as palavras extrapolam os limites de uma convivência pacífica e chegam às fronteiras da ofensa, física e/ou moral. Por vezes, esse território é configurado a partir de competições, até mesmo entre familiares.

Em cinco de setembro de 1883³²² o juiz da Cidade do Príncipe recebia uma carta assinada por Cincinato Torquato de Araujo Pereira. Ao contrário do que se pode imaginar, o Juiz não era amigo daquele que lhe enviara uma carta. Na verdade, o remetente era réu de um processo crime, julgado por injúrias verbais. A carta era parte daquilo, que, acreditava o réu, ser um trunfo para sua defesa. Cincinato Torquato declarava que as denúncias por injúrias verbais conta ele feitas eram todas *ilusórias e filhas do despeito* e haviam sido concretizadas pela vontade que tinha o queixoso de vingar-se dele.

O dito queixoso e *inimigo rancoroso desde longa data* era irmão do cunhado do réu, e de acordo com o texto da carta, já tinha dito em público que Cincinato *tinha o pessimo habito de atirar-me aos bens alheios* e dessa forma vinha manchando a honra do réu. Nas palavras de Cincinato, o queixoso: “me maltrata, me insulta, me calunia e me injuria, até em carta particular (...) carta de mil e uma noite em que o queixoso revela maus ... e tôrto orgulho”.

³²² LABORDOC – (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 073. Registro: 03/1883. Natureza do documento: processo crime).

Cincinato ainda adverte ao juiz que “si as testemunhas depuserem de outra forma [que não a da carta escrita por ele] ou será por má vontade que me têm, ou desejo de agradarem e servirem do protelado queixoso”.

Ao extrapolar os limites da carta e adentrarmos o processo crime aberto em virtude da denúncia feita por Cincinato, percebemos que o conflito envolve algo maior que as palavras trocadas entre um e outro. Chega até uma questão de herança familiar, uma quantia que seria deixada por D. Joaquina, sogra de Cincinato e mãe do acusador.

A família de D. Joaquina era de *abastados fazendeiros* e por hora é Cincinato o acusador, visto afirmar que o pai daquele que lhe acusa, sogro de Cincinato, já impossibilitado de andar e com idade de mais de oitenta anos, ainda *acabrunhado de molestias nervosas* é transportado até a Cidade para passar escritura de terras para o filho que deseja ser possuidor dos bens que existe no patrimônio da família.

A disputa pelos bens se torna também uma disputa pelo espaço e pelo uso da palavra, visto a citada propriedade da Alagoa, que é referida no processo, ser também onde há, além de terras e casas, um olho d'água:

onde o réo tinha sua situação e residia desde muitos annos, herdou [essas] pelo falecimento de sua sogra, com direito ao olho d'água que alli existe, donde bebia e dava de beber agua ás suas creações miudas; assim como herdou o queixoso a pequena casa e poucos beneficios que a elle serviam de logradouro ...

Há, de modo evidente, uma tentativa do filho em diminuir a herança do genro. Há uma configuração daquilo que Rogério Haesbaert chama de “contra-espaços³²³”, de um espaço que se torna um *território alternativo* àquele que deveria ser. Ao invés de prevalecerem os valores cristãos-ocidentais da sociedade onde estava assentados, prevalecem os valores contrários a essa filosofia.

Compreende-se, no entanto, pelo universo social que os cercava, a disputa por um espaço onde havia um olho d'água. Sem desejar cair no maniqueísmo exacerbado ou nas dicotomias clássicas que localizam o sertão no mesmo campo semântico de seca, aridez, distância e incivilidade dos quais fala Caio Amorim Maciel³²⁴, o universo de Cincinato Torquato e seu cunhado é diferente daquele em que se pode falar da força do mar, onde águas violentas têm forma de ondas

³²³ HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2002. p. 15.

³²⁴ MACIEL, Caio. Augusto Amorim. “Hermenêutica da paisagem sertaneja: possibilidades de interpretação do conhecimento geográfico local”. 2010. p. 213.

intranquilas, que violentam o que encontram pela frente. No universo de Cincinato Torquato, águas violentas são aquelas que não vem, são aquelas que não chovem, que não deixam *doce* a argila.

No entanto, conforme relatos, o ano de 1883 não foi dos mais áridos, pelo contrário, o inverno já dava as caras no mês de janeiro, se mostrando também em fevereiro e com mais intensidade em março, dando o que falar e o que comer em abril e assim permanecendo até junho³²⁵. Ou seja, não era somente pelo medo da seca que os envolvidos faziam tempestade em fonte d'água, mas pela *abundância* que os anos de 1882 e 83 estavam trazendo, já que podiam reconhecer um inverno regular naquele ano.

Em um universo onde a água era pouca, tanto a posse sobre ela como a posse das palavras sobre ela são expressões de poder. Num mundo onde a presença de água significa horizontes verdes a perder de vista e a falta dela, por sua vez, paisagens cinzentas e tremulantes, ela se torna objeto de valorização. Essa perspectiva confere a água um caráter seminal, feminino e de fecundidade. Uma gota é capaz de fazer nascerem flores onde antes havia apenas espinhos.

Segundo Bachelard³²⁶, “a água é objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza”, o que de algum modo pode ser percebido nas lendas de fundação da cidade (de Caicó), que normalmente giram em torno da figura de um vaqueiro à procura de água para seu gado e encontrando-a em um poço, faz uma promessa para que o mesmo nunca seque. É o que o universo circundante permite. Se não é possível falar nas espumas que as ondas fazem ao dobrar na areia, na força que estas deitam sobre as pedras quando um mal humor parece abater-se sobre o mar ou se não se pode descrever uma lâmina d'água que se perde no horizonte, pode-se falar em um poço do qual não se sabe a profundidade, onde moram seres encantados, como uma sereia cantora e amante da luz vespertina e da capacidade que o mesmo poço tem de não secar. Se não se pode ser infinito, que seja ao menos perene, uma característica que nem os dois rios que circundam a cidade, Seridó e Barra Nova (antes rio Quipauá) têm. A Mesopotâmia nas terras do Brasil era árida por natureza, mas no seu seio existia uma dádiva, o Poço de Sant`Ana, sobre o qual ainda há o que falar.

³²⁵ p. 62 e 332.

³²⁶ Idem, p. 10 e 15.

A mística das águas transpõe a própria lógica da necessidade, como bem problematiza Simon Schama. A nossa relação com a natureza vai além da referência à exploração. À paisagem atribuímos significações, o que lhe confere caracteres culturais. Pensando desse modo, ao invés de se oporem, natureza e cultura se encontram. Argumentamos que mesmo em uma fotografia, que por tanto tempo foi pretensamente à cópia mais fiel da realidade, podemos cartografar o subtexto de uma visão de mundo particular. Bem como na imaginação da mais verde e impenetrável floresta há cultura, porque imaginar é uma ação eminentemente humana, é um gesto de criação.

No entanto, não apenas pela água se davam as disputas familiares. Anna Maria de Jesus, viúva, em 1885 apresentou-se por meio das seis e meia da noite na delegacia da cidade, denunciando que “ao por do sol seu irmão de nome João tentou assassinar-a servindo-se de uma faca de ponta em punho, que dirigindo se a ella³²⁷”. A terceira testemunha, filha da vítima faz uma descrição de como a cena aconteceu. Segundo a mesma, estavam elas na casa de sua vó, mãe tanto da vítima como do réu, a conversar sobre a venda de um cavalo, quando este adentrou subitamente pela porta de trás da casa, com uma faca em punho, ainda na bainha. O réu teria falado antes de tentar matar sua irmã: *Não minta diacho!*

Há processos onde se localiza o crime: na casa do réu ou da vítima, no roçado, na rua... No entanto, não identificamos o crime precisamente no tecido da cidade, apontando a proximidade com um ponto de referência como o centro, a igreja ou algo do tipo. A indigestão entre os dois irmãos e o processo que é aberto em decorrência do ato de violência é nesse sentido um exceção, porque permite saber em que ponto da cidade moravam os envolvidos.

A viúva Anna Maria de Jesus³²⁸ morava no subúrbio da cidade e a essa cartografia que pretendemos dar visibilidade a partir dos processos que agora analisamos. Com frequência, esse espaço que vai ser chamado de *subúrbios da cidade*, corresponde à beira dos rios, Poço de Sant’Ana ou algum açude que havia há alguma distância do centro da cidade.

³²⁷ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 084. Registro: 04/1885. Natureza do documento: Inquérito Policial). Tentativa de Morte.

³²⁸ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 086. Registro: 04/1887. Natureza do documento: Processo crime).

A exemplo, o roubo praticado na noite do dia 25 de setembro de 1887 por Joaquim de Tal, conhecido por Joaquim Redondo, que encontrando no Açude Mabanga algumas peças de roupa, resolve se apropriar das mesmas e, no dia seguinte, fazer comércio delas.

Anna Maria do Espírito Santo, tendo esta, segundo o costume, deixado as roupas á margem do mesmo açude ensaboadas, envolta em uma coberta para acabar de lavar no dia seguinte. Encontrou nesse dia desarrumadas, encontrando falta de oito peças, inclusive a coberta.

O réu acaba por confessar que se apropriou das peças de roupa, mas defende-se por que se disse embriagado no momento em que foi ao açude – segundo o mesmo, para tomar um banho. No entanto, o argumento da bebida não lhe é favorável e o mesmo é incurso no artigo 257 do Código Criminal.

Preso o réu, é nomeado um tutor para o ele, já que, por não se saber a sua idade real, havia a possibilidade de que o mesmo fosse menor de idade. O curador sugere que a prisão do réu seja encerrada, que já havia sido castigo suficiente para um crime *simples*. O argumento do tutor também não convence ao promotor Olegario Gonçalves de Medeiros Valle, que afirma:

Joaquim Redondo é gatuno de há muitos annos, e é esta a 3º vez que da entrada na cadeia d´esta cidade por furtos que fas. [...] Chamado Joaquim Redondo a Delegacia para responder no autho de perguntas no inquerito policial requerendo pela queixa declarou que não tem morada certa; logo é vagabundo, art. 300 do Reg. De 31 de janeiro de 1742, 2º p. Pelo que em vista das disposições d´este art. Sendo o réo de ..., embora fosse o crime afiansavel, requeremos sua conservação na prisão, servindo nos de ... o disposto no mesmo artigo 300 cit. In princípio, que abre excepção aos vagabundos quando não dispensa estes da fiança no crime conhecido por policiaes, considerando os assim possiveis de toda vigilancia da autoridade publica. Afim de não escaparem a penalidade de seos delictos. Não podem pois prevalecer os argumentos do Curador do réo, que apesar de pelo seu typo phisionomico mostrar ter uns vinte e cinco annos, todavia declarou não saber sua idade, suppondo se menor de vinte e um annos, o que não podemos de presente contestar por não podemos encontrar a sua certidão de baptismo; é isto ainda uma prova do reconhecimento do mal praticado.

Joaquim Redondo corresponde, nas palavras do promotor, à figura do vadio, emergente no final do século XIX, fruto em grande medida do discurso produzido para definir, dentre outras personas, aqueles que, recém-libertos, não tinham certeza de onde iriam morar ou trabalhar. Os vadios tinham como incomum o fato de não terem endereço e ofício fixos, mas a isso poderiam juntar-se outras

características, como aquela dos sujeitos que roubavam, sobreviviam das atividades que desenvolviam à noite ou os embriagados.

Por outro ângulo, vadio era um tipo urbano. Vivia normalmente nas cidades, em territórios que precisavam ser conquistados todos os dias, pois estabilidade, segurança e fixidez, por justa ou injusta causa, não eram valores notáveis em suas vidas. O arbitrário no que se delimitava como vagabundo ou vadio é a possibilidade de que muitos não tivessem casa e ofício garantidos, especialmente em uma sociedade que estava prestes a *libertar* os escravos, uma nuvem humana composta exatamente por uma maioria que não teria a partir de 1888, eira, beira, ou estribeira, como se dizia à época no Brasil. Obviamente algumas considerações precisam ser feitas: a primeira é que muitos escravos, após a libertação no Brasil, permaneceram atrelados aos seus antigos donos e seus domínios. A segunda é que havia de fato, nas cidades, aqueles que aproveitavam a noite para desposar o patrimônio alheio. Por fim, nos processos compreendidos dentro do nosso recorte temporal, os vadios, assim nominados, são poucos.

Outra arbitrariedade reside no fato de que, mesmo tendo cometido um crime, por terem residência e ofício, muitos não eram tidos como vadios. É o caso de Cândido José de Almeida e José Ignácio de Almeida³²⁹ que matavam ovelhas de propriedade alheia, removiam a marcação peculiar aos animais de cada fazenda e vendiam o couro no Termo de Patos da Paraíba. Quando um *Subdelegado de Polícia* foi até sua casa conferir, até mesmo embaixo da cama do Cândido José, encontrou peles de animais mortos. Além de subtraírem os animais alheios, ainda enganavam os seus compradores, pois vendiam gato por lebre, ou melhor, carneiro por ovelha, “o que e[ra] contrário ao uso e costume comum de todos os creadores”, que normalmente comercializam a pele das ovelhas e não dos carneiros.

O furto de animais era um crime muito corriqueiro³³⁰. Não são poucos os processos que tratam dessa qualificação. Comum também acontecerem nos pontos que aparecem na documentação como sendo os arrabaldes da cidade, ou nos subúrbios, o que é compreensível por dois motivos: primeiro, mais condizente é a

³²⁹ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 043. Registro: 02/1886. Natureza do documento: Inquérito policial).

³³⁰ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 102. Registro: 04/1889. Natureza do documento: processo crime). LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 103. Registro: 04/1889. Natureza do documento: Inquérito policial). LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 112. Registro: 05/1892. Natureza do documento: Inquérito policial).

criação nas áreas um pouco mais distantes do centro urbano, pela disponibilidade de terra e, segundo, porque os códigos de postura já vinham dando diretrizes neste sentido.

Nos subúrbios havia uma vida dissonante. Como na noite, na distância da ordem e de seus representantes, os territórios marginais podem ser instituídos de modo menos fugazes. Em um inquérito³³¹ em que se investigava um furto de cavalos pertencentes a Francisco Jacome, a *chefatura de Polícia desta Província* enviou uma escolta para conduzir da cidade de Pombal, na vizinha capitania da Paraíba, para a cadeia da Cidade do Príncipe, o réu Manoel José Filgueira. A escolta era composta por quatro homens, força que o promotor considerou superior em muito ao do sujeito transportado, não resultando outra explicação para a evasão que não derivava “da incuria e completa negligencia com que se houverão no cumprimento de seus deveres” os mesmos policiais.

Esse processo traz um relato semelhante ao que trabalhamos no primeiro capítulo dessa dissertação, quando o jornal *O Povo* noticiara a fuga de um presidiário que era também escoltado. Nesses casos, os praças responsáveis pelo traslado do réu eram intimados a dar explicação para as fugas.

Por outro lado, se alguns crimes são mais comuns nas zonas periféricas da cidade, ser morador destes espaços soa, por vezes, como explicação para os delitos. Assim é que Antônio Barbosa da Costa, conhecido como Carrapixo e *morador nos subúrbios desta cidade*, na Barra Nova, sofre queixa de seu patrão. Segundo este, tendo enviado seu empregado a cobrar algumas de suas dívidas *para as partes da Serra do Teixeira e Pajiú*, teve sua confiança quebrada: o acusado abusou dela e não teria entregue toda a quantia arrecadada.

Os subúrbios são apresentados então através de duas faces, aquela que mostra um espaço propício aos desvios, mas também como explicação para os crimes nos quais seus autores são moradores dos arrabaldes. Neste sentido, o Poço de Sant’Ana, que há pouco referenciamos, aparece na documentação como ponto para onde muitas pessoas confluíam e onde também desembocavam alguns

³³¹ LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 065. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

conflitos, isso, por diversos motivos, dentre os quais ser um ponto com água perene. Essa afirmação pode ser percebida na denúncia feita em 1886³³²:

No dia 14 de dezembro do ano passado dirigindo se M^{el}. ao sítio do sr. Escrivão Ignacio Gls^a Valle, em comp^a. dos menores Joaquim Francisco do Ten. Ce^l. José Bern^{do}. e Celso F^o. da viúva D. Eudacia, a q^{le} a ver umas formas da ordem de seu pai e estes a ... taquaris, ao descerem na decida das pedras do seg^{do}. braço do rio q. Deita p^a. o pôço de Sant'Anna e proximo a uma ingazeira(?) que ha na ribanceira do m^{mo}. dalli pouco mais ou menos surgiu inesperadamen^{te}. José, f^{lo}. do liberto Guilherme e sem ... deu logo duas cacetadas em Manoel, que depois de recebê-las luctou com elle e tomou lhe o cacete, podendo logo evadir-se correndo em procura da casa de seu pai.

O conflito teria ocorrido em virtude de que um dos envolvidos, em um banho que antes tomaram no dito Poço de Sant'Ana, *lançara terra* na face do outro e por esse motivo, já no mesmo dia, tiveram uma *arenga*.

Outro ponto da cidade onde há cenas e cenários semelhantes ao processo que citamos acima é “na praça da cacimba, detras das ruas desta cidade³³³”. Em 1886, estando algumas pessoas *na fonte pub^l. desta cidade* por volta das sete horas da manhã, aparece um Lúcio de Tal e em direção a um dos presentes teria dito: “então moleque diga agora o q. V. me disse de outra vez”, em seguida ergue uma espingarda e dispara o tiro que ocasionou o ferimento constante no corpo delito.

Do depoimento das testemunhas, quatro afirmam que no momento se encontravam “dentro da cacimba dentro do rio síridó”. Outra, que ali passava, indo caçar e no momento em que cumprimentava os presentes, viu o réu chegar e atirar.

Esses territórios que são revelados na documentação analisada no último ponto desse capítulo, apesar de não diferirem em muito no tipo de violência que se desenvolve, em linhas gerais apresentam vinganças e tentativas de manter a honra. Eles já vêm até nós, através da documentação, como territórios marginais mesmo em sua localização. Normalmente são pontos nos subúrbios da cidade.

Nos chama atenção, como já mencionamos anteriormente, a proximidade com pontos onde havia água, como no caso do espancamento que Antonio Higino

³³² LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 085. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

³³³ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 088. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

da Costa comete contra Josefa Maria da Conceição³³⁴, dessa vez não em um poço ou cacimba, mas em um riacho, o da Espingarda.

A distância do subúrbio em relação aos locais onde acontecem esses crimes certamente influenciou no fato de eles acontecerem aí. Outro detalhe que não pode deixar de ser considerado é que as mulheres são normalmente os alvos, muito provavelmente por que era para esses pontos que as mesmas se dirigiam para lavar roupas e outros utensílios, se tornando alvos mais fáceis das violências e vinganças. Por terem água, provavelmente também eram cercados por mata, que pouco ou muito densa, funcionavam como álibis para aqueles que procuravam espancar ou matar alguém.

Os exemplos desses crimes ilustram o que denominamos, já no início desse trabalho, e ali ainda com base na bibliografia e teoria consultada, como territórios marginais. O território marginal é aquele construído por uma parteira que renegou a vida ao próprio neto, até mesmo negando ao seu corpo o *descanso* em um cemitério, já que foi em outro espaço que enterrou o corpo do recém-nascido.

Os roubos e assaltos também são situações em que espaços não marginais, como a Casa de Mercado, se transformam em territórios marginais, ainda mais quando os crimes envolvem possíveis membros de um grupo de cangaceiros, que constituíam na época personagens das paisagens do medo.

Deste modo, durante o dia a cidade poderia tomar conhecimento de eventos como um suicídio, um assassinato, mas a noite era a temporalidade normalmente utilizada para se concretizar as vontades. Nas noites escuras, uns levavam erguidas tochas de fogo para clarear, outros levavam café e bolo para vender, outros ainda deixavam o café e erguiam apenas o copo de aguardente, já Manoel Xico, ex-amante de Ricarda, erguera apenas a faca, com a qual pretendia pôr fim a vida da ex-amada.

Porém se Ricarda foge de seu ex-companheiro para escapar da morte, Isabel de Tal, se distancia de seu esposo, para encontrar com a morte, já que manda ele e o filho para o roçado e mata-se. Seu suicídio, em uma sociedade que o concebia quase como um assassinato, a transporta para o espaço das margens, o espaço daqueles que fogem aos preceitos sociais, inclusive daqueles advogados pela religião de maior expressividade à época no Império, a católica-cristã.

³³⁴ LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 176. Registro: 07/1897. Natureza do documento: Processo crime).

Por outro lado, se o filho de Isabel de Tal, ao retornar do roçado em companhia de seu pai encontra sua mãe desfalecida, é a mãe de Mariana que vai encontrar a filha morta, já que a mesma foi encontrada sem vida, enforcada em uma pequena árvore.

Mas não são apenas os corpos transpostos por relações de violência que os ligam às margem da cidade, da religião ou da maternidade. O próprio corpo da cidade é território marginal, a Casa de Mercado representa bem essa premissa. Além do movimento de costume, um assalto fez com que peritos estudassem o telhado, as paredes, o espaço por onde entrou, quem furtou, os instrumentos deixados para trás, os objetos que foram levados, o que possivelmente se empregou para forçar a entrada e o que se precisou fazer para sair. Esses eram praticamente os mesmos procedimentos utilizados nos exames realizados no corpo humano para saber, em caso de violência, o estado da pele, dos órgãos, se havia partes decepadas, se havia no corpo permanecido partes de alguma arma utilizada, se o corpo havia sido perfurado por algum instrumento cortante ou perfurante, a força empregada e os instrumentos usados.

O exame de delito que se faz no mercado reforça a tese de Richard Sennet, de que o corpo, conscientemente ou não, é o mapa base utilizado para a construção das cidades e para sua observação, ou de Yi-Fu Tuan, de que o corpo é a chave para a nossa vivência em sociedade e experiência com o ambiente. Trata-se de exemplos em que a geografia do corpo é a chave para o entendimento do espaço e da cidade.

Já José Alves Cavalcante foi posto a margem, pois não pertencia ao território da medicina e tendo procurado penetrá-lo, sem as premissas que para isso eram necessárias, sua condição enquanto ocupante de um território da margem foi reafirmada. Percebemos nesses exemplos as disputas pelo corpo, a vida e a morte, pelo conhecimento, mas também pelo uso da terra. D. Joaquina, Cincinato e o cunhado desse último são personagens de uma disputa pelo uso desfruto do espaço, pelos frutos que a Terra da Lagoa poderiam lhes render, já que a água era muito valorizada.

Mas não apenas em atos de oposição a ordem se instituíram os territórios marginais, os promotores, juizes e em outra escala o escrivão, através da palavra e da retórica concebem essas territorialidades, tem seu papel na construção social de uma negatividade sobre o espaço. Temos que pensar que o universo do Direito é

um espaço feito por homens e para eles, que portanto suas vozes são ressonâncias da sociedade em que vivem, logo o que disse e foi escrito por Numeriano Brandão é ligeiramente o retrato de sua época, do que viveu como sujeitos social e do que estudou como advogado e promotor público.

Os territórios marginais são, portanto, resultados de violência e, em última análise, das forças, que se propõem contrárias a ela. A história dos territórios marginais, como são produzidos, por quem, e em que contexto, é a história daquilo que os homens perderam: a paciência, a honra, o amor desejado, da sensibilidade e, de algum modo, a liberdade. É também a história daquilo que querem recuperar ou ganhar. Fazemos, portanto uma história do que se perdeu e concomitantemente, uma história das novas possibilidades. É uma história que cheira a sangue, tem barulho de grito e dor, ou talvez silêncio abafado dos sussurros nos juris e a força dos advogados em defesa ou promotores levantando as causas. A história dos territórios marginais da cidade é a história das infâncias interrompidas, das (obs)cenas de festas ao ar livre e do inesperado da própria história dos homens.

CONCLUSÕES

Entre os anos de 1880 e 1900 a Cidade do Príncipe foi alvo de olhares e ações que visaram transformá-la. Em grande medida os sujeitos que desejavam uma cidade diferente são tributários dos ensinamentos da Faculdade de Recife, de onde nasceram os republicanos do Seridó norte-rio-grandense. Além de simpatizantes de uma nova forma de governo, conheceram com boa vontade os estudos de Darwin, a partir dos quais passaram a pensar a sociedade como um sistema que se desenvolvia em direção ao progresso. O Jornal *O Povo* foi o meio que encontraram para divulgar, pelo menos entre os letrados e aqueles que sabiam ler, as novas ideias e a aplicação delas na cidade onde haviam nascido e/ou viviam.

Neste sentido, seus escritos tornaram-se depósitos de um desejo, ou desejos, sobre a cidade e seus ocupantes. No que se refere aos aspectos físicos, são sublinhadas as necessidades de limpeza e organização, na verdade preocupações que deveriam passar por órgãos públicos, como a Câmara Municipal, mas, também, pelos proprietários das residências que se localizassem na cidade. Pretendia-se que as ruas fossem mantidas limpas, as casas pintadas, as calçadas bem niveladas e os animais mantidos distantes e presos. Havia sugestões, também, no que se refere à arborização. Pouco a pouco tomava-se ciência da importância de conservar as árvores e não extingui-las da cidade.

No que se refere aos aspectos morais, não somente o Jornal *O Povo*, mas também os Códigos de Postura apontavam como deviam se comportar os sujeitos na cidade. Os discursos davam a ver a idealização de uma cidade e de um povo para a cidade. Esse povo não poderia andar pelas ruas em horários muito tarde da noite, nem portar armas que pudessem ser usadas para roubar. Uma preocupação constante era com os horários a se frequentar a Casa de Mercado e quem poderia fazê-lo. Se havia limites de horários para ali permanecer, os ébrios e loucos em momento algum tinham tal permissão. Por assim dizer, também eram proibidas na cidade as jogatinas e bebedeiras e as palavras que ofendessem a moral.

Por outro lado, se durante o dia o comércio era uma coisa comum na Casa de Mercado, durante a noite havia um comércio ilícito, mas praticado. As vendedoras de amor preocupavam os *advogados* dos bons costumes, que vivendo em tempos em que a mulher era a figura utilizada para representar a República, não poderiam permitir a dissimulação dos modelos tidos como exemplares. Um sujeito que

reunisse características cristãs, maternas e vigor, até onde esse não fosse um impasse à submissão de costume.

As proibições são ressonâncias dos temores que uma sociedade tem. O bêbado, o louco e a prostituta não eram as únicas figuras do medo da sociedade da qual tratamos. Analisando especialmente os Relatórios de Presidentes de Província do Rio Grande do Norte e o discurso das autoridades que os assinam é possível perceber o medo dos presos, e mais ainda dos fugidos, que por vezes matavam os soldados que lhes escoltavam ou guardavam. Noutra perspectiva, se tinha medo também dos próprios soldados, de modo mais claro, no contexto dos recrutamentos durante o Segundo Reinado. As mulheres ficavam receosas de perderem seus filhos e maridos, também a força de trabalho de suas casas; os homens por sua vez, da rotina comparável a de um escravo nas Forças do Estado. Não é à toa que o erudito Olavo de Medeiros Filho afirmou que “O sertanejo tinha verdadeiro pavor de ser recrutado para servir, compulsoriamente às Forças Armadas³³⁵”. Ainda havia as notícias de bandidos que se escondiam pelas serras e vegetação da província, tendo como aliado, além da geografia, alguns senhores que os protegiam.

O medo dos cangaceiros era outro temor presente na sensibilidade do homem desse período. Esse quadro compõe o que alguns autores chamam de paisagem do medo, um conjunto de elementos através dos quais os homens revelam seus temores. Os motins, ao passo que poderiam ser uma forma de demonstrar insatisfação para os mais pobres, para os comerciantes eram uma cena de se fazer tremer, pelos muitos riscos que representavam à integridade física e patrimonial de suas propriedades ou estabelecimentos. No entanto, a historiografia regional é quase uníssona em afirmar que pelos sertões do Seridó, espaço onde a Cidade do Príncipe era o principal núcleo *urbano*, não nasceu, poucos passaram ou viveram ou não há notícias de criminosos e bandidos.

Esses autores de tanto que inocentam e dotam de qualidades o homem sertanejo, quase infantilizando-o ou não entendiam por bandido aquele que roubava, falseiava e matava, por criminoso aquele que cometia crime que tinha sua definição prevista em códigos e leis, ou ainda não eram informados dos processos – e das violências que os gerou– que foram analisados. Mas não haveria tantas preocupações e tantos medos se o povo era tão pacífico e ordeiro. Em nosso recorte

³³⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. 1988, p. 67.

temporal o espaço da cidade foi apropriado por homens que, desconsiderando códigos de conduta, leis e códigos do Estado e mesmo o que se considerava como bons costumes, tramaram territórios - territórios marginais.

Os territórios marginais poderiam ser instituídos em qualquer parte da cidade, tanto que residências, fazendas, rios, no Riacho da Espingarda, cacimbas, a sombra de uma jurema, roçados, a Terra da Lagoa, o Açude Mabango e a praça do mercado são referenciados como locais onde as violências aconteciam. A Casa do Mercado cruza este trabalho do início ao fim, pois serviu ao olhar dos que planejavam a cidade, foi palco do movimento do Quebra-quilos e tema de relatos da Câmara Municipal. Por fim, cenário de um assalto e, em virtude do mesmo, alvo de um exame de corpo delito em sua própria estrutura, para investigar os rastros deixados por um *gatuno*. Mas não foram os únicos espaços citados na documentação: o rio Seridó, a Praça da Cacimba, a Terra da Alagoa e a própria delegacia aparecem como territórios que são tornados marginais. Ademais, aqueles próprios espaços que são na documentação mencionados como subúrbios da cidade, como o Catucá, propícios, como quaisquer outras espacialidades, a se tornarem territórios marginais, embora já o fossem na sua distribuição no tecido da cidade e na forma como eram referenciados.

Enfim, essa é uma história da relação do homem com o próprio homem no e com o espaço. É a história dos desejos, dos medos e dos limites, de como podemos transformar o ambiente em nossa volta em territórios marginais e como podemos transformar a nós mesmos em marginais, em sujeitos que por um instante quebram com valores como *honra, moral, direito, lei e bem*. Por fim, não é, no entanto, uma outra história da cidade ou a história de uma outra cidade que já não se tenha narrado. São apenas faces menos conhecidas e que puderam ser reveladas, da cidade que já conhecemos.

FONTES

BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE - BCZN

JORNAIS

- O Povo. Cidade do Príncipe. 14 de janeiro de 1890. Ano 2, n?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 25 de janeiro de 1890. Ano 2, n. ?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 09 de março de 1889. Ano 1, n. 1.
- O Povo. Cidade do Príncipe. ? março de 1889. Ano 1, n. ?.
- O Povo - Seridó – Cidade do Príncipe. 06 de abril de 1889. Ano ?. N. ?
- O Povo. Cidade do Príncipe. 29 de junho de 1889. Ano 1. n. 17.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n. ?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 28 de julho 1889. Ano 1, n. ?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n. ?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 17 de agosto de 1889. Ano 1, n. 24.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 24 de agosto de 1889. Ano. 1, n. 25.
- O Povo. Cidade do Príncipe. ? de setembro de 1889. Ano 1; n. 2(7)?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 9 de novembro de 1889. Ano 1, n. 30.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 23 de novembro de 1889. Ano 1, n. 3?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40.
- O Povo. Cidade do Seridó. 04 de janeiro de 1890. Ano?. N. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. 18 de fevereiro de 1890. Ano 2, n. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. 23 de março de 1890. Ano 2, n. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. junho de 1890 Ano?. N. ?.
- O Povo. Est. do Rio G. do Norte – Zona Serido. 8 de junho de 1890. Ano 2, n. 11
- O Povo. Cidade do Seridó. 29 de junho de 1890. Ano 2, n. 14.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona Serido. 01 de junho de 1890. Ano 2, n. 10.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona Serido. 22 de junho de 1890. Ano 2, n. 13.

Provincial Presidential Reports (1880-1900): Rio Grande do Norte. Centro de Armazenamento e Distribuição de Documentos Eletrônicos do Center for Research Libraries: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>

RELATÓRIO, 1880. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Marcondes Machado.

RELATÓRIO, 1881. Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado (no relatório seguinte afirma que era Satyro de Oliveira Dias).

RELATÓRIO da Repartição da Policia. Secretaria de Policia do Rio Grande do Norte, 6 de março de 1882. Chefe da polícia: Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães.

RELATÓRIO do Presidente da Província, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província). Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto.

RELATÓRIO do Chefe da polícia da Prorvíncia. 09 de fevereiro de 1883. Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. Anexo N. 1.

RELATÓRIO, 1885. Província do Rio Grande do Norte. Vice-presidente Alvaro Antonio da Costa.

RELATÓRIO, 1887. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Moreira Alves da Silva (obs.: "Relatório 30 de outubro de 1886. Publicado como anexo da falla 15 de janeiro de 1887).

RELATÓRIO, 08 de fevereiro de 1890. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Adolpho Affonso da Silva Gordo.

RELATÓRIO do Presidente da Província, 14 de junho de 1893. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

RELATÓRIO, 14 de junho de 1893. Relatório do chefe de polícia. Rio grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

LABORDOC

PROCESSO crime quebra-kilo. 1875. LABORDC/FCC/DIVERSOS/CX. Transcrição paleográfica Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Quênia Leilah Rodrigues. Projeto: "O cotidiano do Príncipe: uma vila do Seridó no século XIX (UFRN/PPPG).

LABORDOC (projeto: Crime e Castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó - século XIX). Processo crime. 1876. Transcrição Helder Alexandre Medeiros de Macedo. LABORDOC/FCC/3°CJ/PC/SÉC.XIX/Nº 023 – MAÇO 01 – 1876

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 065. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 066. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Exame de Corpo Delito).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 078. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Corpo delito).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 082. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 077. Registro: 03/1882. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC – (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 073. Registro: 03/1883. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC . (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 075. Registro: 03/1883. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 028. Registro: 01/1884. Natureza do documento: Inquérito Policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 045. Registro: 02/1885. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 084. Registro: 04/1885. Natureza do documento: Inquérito Policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 043. Registro: 02/1886. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 085. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 088. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 086. Registro: 04/1887. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 102. Registro: 04/1889. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 103. Registro: 04/1889. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 074. Registro: 03/1889. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 112. Registro: 05/1892. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 152. Registro: 06/1895. Natureza do documento: Processo Crime).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 165. Registro: 07/1896. Natureza do documento: Processo Crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 176. Registro: 07/1897. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó). Inquérito Policial. 1901.

LEIS

Lei Nº 918. 14 de março de 1884. Assembleias Legislativas da Província do Rio Grande do Norte.

Lei de 16 de dezembro de 1830. (Código Criminal do Império do Brasil)

Lei de 29 de novembro de 1832. (Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância).

Lei Nº 261, de 3 de dezembro de 1841. (Reforma o Código criminal).

Lei Nº 918. 14 de março de 1884. Assembleias Legislativas da Província do Rio Grande do Norte. Presidente em exercício: Francisco de Paula Salles. LABORDOC/CERES/UFRN.

Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Província do Rio Grande do Norte (Ato adicional que torna obrigatório as Falas e Relatórios dos Presidentes de Província).

LABORDOC

FUNDO JOAQUIM MARTINIANO NETO (FUNDO MADUREIRA)

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Vereador: Pacifico Florencio de Azevedo - Paço da Camara 20 de abril de 1880.

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Casa do Mercado, 11 de janeiro de 1881.

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Copia das disposições da Camara M^{al}. Ordenando os serviços de reparos a Casa de Mercado P^o. desta cidade). 15 de dezembro 1880.

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". (Casa do Mercado). Príncipe, 11 de janeiro de 1881.

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos". Palácio do Governo do Rio Grande do Norte. 1890.

SUBFUNDO DO 1º CARTÓRIO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE CAICÓ.

LABORDOC. Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série temática dos diversos. Códice - Petição 1892. Registro: FCC/1ºCJ/DIV/CX.04, D.002.

LABORDOC. Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série temática dos diversos. Códice - Petição 1894. Registro: FCC/1ºCJ/DIV/CX.04, D.003).

LABORDOC. Subfundo do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó. Série temática dos diversos. Códice - Petição 1895. Registro: FCC/1ºCJ/DIV/CX.04, D.002.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)**. Dissertação de Mestrado em História – UNICAMP, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais”. In: HARRES, Marluza Marques e JOANONI NETO, Vitale. **História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisa**. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2009.

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. “A representação do cangaço em Os Brilhantes”. In: **Boitatá**. Ago. – dez., p. 83 – 109. 2008. Disponível em: (http://www.uel.br/revistas/boitata/index.php?content=volume_especial_2008.htm)

AMORIM, Sara Raphaela Machado de. “Nestor dos Santos Lima e a Educação Norte-Rio-Grandense no período de 1911-1923”. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, MG. v. 1. p. 175-176, 2006.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. (Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em História) Natal/RN. 2007.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do Sertão Antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuarísticas em Caicó e Florância 1970 – 1990**. Fortaleza, CE: Editora do Banco do Brasil. Série Teses e Dissertações, V. 2. 2006.

ARAÚJO, Emanuel Oliveira de. **O teatro dos vícios: transgressões e transigência na sociedade urbana colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2008.

ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Sobre pedra, entre rios: modernização da cidade e transformações no espaço urbano de Caicó/RN (1950 a 1960)**. Dissertação de Mestrado em Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Geografia), Natal, RN. 2007

ARIAS NETO, João Miguel. “Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais marinheiros pela conquista de direitos”. In: **História: Questões & Debates**. Editora da UFPR: Curitiba, n. 35, p. 81-115, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora. 1978.

ASSIS, Sandra Maria de. “Mulheres da Vila, mulhere da vida – Vila do Príncipe (1850 - 1900)”. In: **Revista Mneme**. v. 03, n. 05, abril./mai. de 2002. (www.cerescaico.ufnr.br/mneme).

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos** – ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

BANDEIRA, Fabiana Martins. “Fardados e disciplinados: recrutamento e enquadramento social na Armada Imperial e na Polícia da Corte (1870-1889)”. XIII Encontro de História da ANPUH-Rio.

BARROS, José D´Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, José D´Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, José D´Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “O ofício do historiador”. In: **Anais do I Encontro Regional da ANPUH/RN**. Natal, RN: Editora da UFRN - EDFURN. 2006. p. 16 – 25.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Introdução à História**. Coleção Saber. 4 ed. Publicações Europa América. 1942.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. “A crítica”. In: _____. **Apologia da história, ou, o Ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 2001. p. 89 – 125.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Lisboa, PT: Livraria Martins Fontes, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: **BIB**. Rio de Janeiro, n. 32, 2º semestre de 1991. p. 49 – 61.

CABRAL FILHO, Severino. “A cidade desejada: Campina Grande, imagens e história”. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antônio Clarindo B. (Orgs.). **Culturas e Cidades**. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2009. p. 40 - 54.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, SP: Ed. Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Henrique.; VENÂNCIO, Renato Pinto (Orgs.). **Álcool e drogas na História do Brasil**. São Paulo, SP: Alameda; Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 5, n. 8/9. Set. 1984/abril. 1985. p. 117 – 138.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Achiamé. Fundação José Augusto. 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. São Paulo, SP: Papyrus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1, Artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1986.

CHARTIER, Roger. "A 'nova' história cultura existe?" In: LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO; Sandra Jatthy (Orgs.). **História e Linguagens – texto, oralidade e representações**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Casa de Rui Barbosa/7Letras, 2006. p. 7 – 21.

CLAVAL, Paul. "Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana?" In: SERPA, Ângelo. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador, BA: EDUBA, 2008.

COBAS, Verónica. **A Medicina e a Sua História**. Lisboa, PT: EPUC, 1989.

CORBIN, Alain. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. "A dimensão cultural do espaço: alguns temas". In: **Espaço e Cultura**. Ano 1. Out. 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço, um conceito chave da Geografia". In: CASTRO, Iná Elias de et al (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 15 – 47.

DANTAS, Eugênia Maria. **Retalhos da Cidade: revisitando Caicó**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN. 1996.

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **Homens de Outr'ora**. Rio de Janeiro, RJ: Sebo Vermelho, 1941.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

PRIORE, Mary del. "Ritos da vida privada". In: **História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo, SP: Cia das Letras, 1997.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. "A Geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte". In: **O Alferes**. Belo Horizonte, v. 18, p. 01 – 14, 2003.

DOSSE, François. "O espaço habitado segundo Michel de Certeau". Tradução: Giovanni Ferreira Pitillo. In: **ArtCultura**. Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004.

ENGEL, Magali Gouveia. "Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)". In: **Topoi**, Rio de Janeiro, RJ, PPGH-UFRJ, nº 1, pp. 153-177. 2000.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano** – a criminalidade em São Paulo, 1880 – 1924. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2009.

FERREIRA, Angela Lúcia Araújo; DANTAS, George Alexandre Ferreira. "Os indesejáveis na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930)". In: **Scripta Nova**. Barcelona – Espanha. n. 94, v. 96. 2001. p. 01-17.

FERRERAS, María Verónica Secreto de. "Sem medida: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais". In: **Anales del Segundo Congreso Nacional de História Económica**. Ciudad de México. 2004.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. "Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)". In: **Rev. Bras. de História**. [online]. 2007, vol. 27, n. 53, p. 267-296.

FOUCAULT, Michel. "A vida dos homens infames". In: _____. **O que é um autor?** Tradução Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4 ed. Lisboa, PT: Passagens, 1994. p. 89 – 128.

FOUCAULT, Michel. "Outros Espaços". In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2001. Ditos e Escritos III. p. 411 – 422.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 10 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004,

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, RJ: Nau Ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e Organização Roberto Machado. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1995.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. “O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico.” In: **Revista Sociedade e Território**. V. 13, n. 2, p. 19 – 24, jul./dez. 1999.

GOSSON, Eduardo. **Sociedade e Justiça – O Poder Judiciário do RN**. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa. 1998.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. **Poderiam viver juntos? Identidade e visão de mundo em grupos populares na Porto Alegre da virada do século XIX (1890-1909)**. (Dissertação de Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História) Porto Alegre, RS. 2007.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo**. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

HAESBAERT, Rogério. “Concepções de Território para entender a desterritorialização”. In: BECKER, Bertha Koiffmann.; SANTOS, Milton. Et all. **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Lamparina. Rio de Janeiro, RJ: Coleção Espaço, território e Paisagem, 2006. p. 43 – 71.

HAESBAERT, Rogério. “Identidades Territoriais”. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói, RJ: EDUFF. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

HARVEY, David. “A experiência do espaço e do tempo”. In: _____. **Condição Pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli. “História e discurso em Michel Foucault”. In: MATA, Sergio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda e VARELLA, Flávia Forentino (Orgs.). **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto, MG: Edufop, 2009.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal, RN: Edições Fundação José Augusto, 1963.

LIMA, Luciano Mendonça de. "Sombras em movimento: os escravos e o quebra-quilos em Campina Grande". In: **Afro-Ásia**. 31 (2004), p. 163-196.

LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama e Caraúbas. Coleção Mossoroense. Série C. Volume DXCVI – 596. 1990. Fundação Vingt-Un Rosado.

LYRA, Antônio Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. Ed. Natal, RN: EDFURN – Editora da UFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. "Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó-RN". In: Revista de Humanidades – MNEME. v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005, p. 1 – 17.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História – PPGH-UFRN. 2007.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2005.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. "Hermenêutica da paisagem sertaneja: possibilidades de interpretação do conhecimento geográfico local". In: BRANDÃO, Tanya Maria Pires; ROSAS, Susana Cavani. **Os sertões**: espaços, tempos, movimentos. Recife, PE: Editora UFPE, 2010.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outrora**. Rio de Janeiro, RJ: Pongetti, 1941.

MARANDOLA Jr., Eduardo. "Lugar e território: entre a topofilia e a topofobia". In: **'Londrinhas invisíveis'** – percorrendo cidades imaginárias. Londrina, PR. 2003.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal, RN: Marlene da Silva Mariz, 2005.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. "História, Discurso e Estrutura". In: **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 57-66, 2008.

MARTINS, José de Sousa. Subúrbio. **Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha. 2 ed. São Paulo, SP: Hucitec; Unesp, 2002.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. (Dissertação de Mestrado em História, UFF). Niterói/RJ, 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal, 1988.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em História. Natal, RN. 2007.

MÉLO, Evandeira Maria de. **Paisagens em foco: leitura fotográficas de Jardim do Seridó**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

MENEZES, Antônio de Basílio Novaes Thomaz de. “Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional no Rio Grande do Norte”. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Natal, RN. 2002 - II CBHE - História e Memória da Educação Brasileira. Natal, RN: NAC - UFRN, 2002. v. 1. p. 01 - 10.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal, RN: EDFURN, 2007.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850 - 1890)**. Mimeo.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a Cidade - Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-riograndense: uma geografia da resistência**. Caicó, RN: Ed. do autor, 2005.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Pongetti. (1ª Edição 1877).

NONATO, Raimundo. **Jesuíno Brillhante, o cangaceiro romântico**. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2000.

NUNES, Sara. **Caso Canozi: um crime e vários sentidos**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC. 2007.

OLIVEIRA, Fabiana Lucij; SILVA Virgínia Ferreira da. “Processos Judiciais como fontes de dados: poder e interpretação”. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 244-259.

ORLANDI, Eni P. (Org.). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: Fontes, 2001.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra, 2002.

PEDRO, Joana Maria (org). **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”. In: **Rev. Bras. de História**. [online]. 2007, vol. 27, n. 53, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no Sul Brasileiro no final do séc. XIX”. In: **Estudos Íbero-Americanos**. PUCRS, v. XXX, n. 2. p. 27-37. Dezembro de 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Era uma vez o beco: origem de um mau lugar”. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº. 16. 1995. p. 279 – 290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto”. In: **Revista Esboços**. Gráfica Universitária: Florianópolis, SC. n. 11, vol. 11. 2004.

PESAVENTO, Sandra. “Crime, violência e sociabilidades urbanas”. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**. 2005, [En línea], Puesto en línea el 08 febrero 2005. URL : <http://nuevomundo.revues.org/497>. Consultado el 18 abril 2011.

PORTER, Roy. **Das tripas coração – uma breve História da Medicina**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. “A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal”. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, SP: AGB, (19): p. 71-97. 1955.

PRIORI, Mary Lucy Murray Del. “A história do corpo e a Nova História: uma autópsia”. In: **Revista USP - Dossiê Nova História**. São Paulo, SP. Set-Nov, 1994, p. 49-55.

RAFFESTIN, Claude. “Entrevista de Marcos Aurélio Saquet”. Tradução Eliseu Savério Sposito. In: **Revista Formação**. n.15, v. 1. Turim/Itália. novembro de 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo, SP: Ed. Ática. 1993.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. “Justiça e costumes: em defesa da honra de homens e mulheres em Mato Grosso, no século XIX”. In: **Revista Territórios e Fronteiras**. v.1, n.2 – Jul/Dez 2008.

SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Goiás - Faculdade de História – Programa de Pós-Graduação em História. Goiás, GO. 2011.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo, SP: Hucitec; Recife, PE: UFPE/CNPV, 1978.

SANTOS, Milton. "Geografia, Sociedade e Espaço". In: _____. **Por uma Geografia Nova**. 2 ed. São Paulo, SP: Hucitec. 1980. p. 97 – 155.

SANTOS, Rosenilson da Silva. **Para não dizer que não falei das flores: sobre homens infames** na obra fotográfica de José Modesto de Azevedo. Monografia de Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ensino Superior do Seridó. Caicó, RN. 2007.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2008.

SILVA, Edivalma Cristina da. **As mulheres entram em cena: da construção do script burguês a desconstrução da peça "O Feminino"**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal, RN. 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei P. da. "Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão sobre o recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais". **Lócus** – Revista de História. Juiz de Fora, MG. Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1.

SILVA, Rosângela Maria da. **De um Império a Outro: Portugal e Brasil, disciplina, recrutamento e legislação nas Armadas Imperiais (1790-1883)**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em História – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, PR. 2008.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande, 1920 – 1945**. Campinas, SP. Tese de Doutorado em História - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, SP. 2001.

SOUZA, Alan Nardi de. **Crime e Castigo: a criminalidade em mariana na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História Juiz de Fora, MG. 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias de. Et al (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2004.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza, CE: Editora do Banco do Nordeste/ETENE, 1985.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização de uso, da forma e da função urbana**. Natal, RN: EDFURN, 2009.

TEÓFILO, Rodolfo Marcos. **Os Brilhantes**. 3. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972. (Ed. organizada por Afrânio Coutinho e Sônia Brayner).

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo, SP: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, SP: UNESP, 2005.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. 2 ed. São Paulo, SP: Difel, 1980.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hopodar Felipe. "Transformações no conceito de território: competições e mobilidade na cidade". In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 15. p. 119 – 126, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração". In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n 20, p. 19 - 30, 2006.

VELLOSO, Verônica Pimenta. **Farmácia na Corte Imperial (1851 - 1887): práticas e saberes**. Tese de Doutorado em História – Fundação Oswaldo Cruz - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Maternidade Negada". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo, SP: Contexto. 2006.

VEYNE, Paul. "Foucault, sa pensée, sa personne". Paris: Albin Michel, 2008. In: JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli. **História e discurso em Michel Foucault**. 2009.

VON ZUBEN, Newton Aquiles. "Fenomenologia e Existência: Uma Leitura de Merleau-Ponty". In: MARTINS, Joel; DICHTCHEKENIAN, Maria Fernanda Seixas Farinha Beirão (Orgs.). **Temas Fundamentais de Fenomenologia**. Centro de Estudos Fenomenológicos de São Paulo. São Paulo, SP: Moraes, 1984(94).